UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

Nathalia Reis Fernandes

Sujeito nulo na história do português de São Paulo
1878-1947

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

Nathalia Reis Fernandes

Sujeito nulo na história do português de São Paulo

1878-1947

(versão corrigida)

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

Nathalia Reis Fernandes

Sujeito nulo na história do português de São Paulo

1878-1947

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação do Professor Doutor Marcelo Módolo.

São Paulo

2012

Julgamento pela banca examinadora

À memória de

MARIA NAIR REIS DIAS

(1922-1991)

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio incondicional do meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Módolo, o qual nunca duvidou de que eu teria condições de levar a empreitada a termo, mesmo diante de inúmeros e complexos desafios pessoais e profissionais que enfrentei ao longo dos últimos dois anos. A ele, devo o maior e o mais terno agradecimento.

Boa parte do material sobre História, o material sobre História do Direito e os compêndios de legislação do século XIX foram pesquisados na maravilhosa biblioteca particular dos Profs. Livre-Docentes Nelson Nery Junior (Direito-Unesp e PUC-SP) e Rosa Maria de Andrade Nery (Direito-PUC-SP), os quais me abriram as portas desse incrível acervo com coração aberto e desprendimento.

Devo também agradecer de forma especial aos professores Marilza de Oliveira (FFLCH-USP) e José Rogério Cruz e Tucci (Direito-USP), pelas valiosas observações feitas em meu exame de qualificação, as quais, sem dúvida, foram essenciais para a conformação final do trabalho.

Agradeço também aos professores Francisco Ordóñez (New York University), Emílio Pagotto, Maria Aparecida Torres Morais e Mário Eduardo Viaro (FFLCH-USP), pelo privilégio de ter podido agregar à minha formação o seu conhecimento, exposto em aulas e debates.

Por fim, não poderia deixar de mencionar minha família: meus pais, Pedro e Wanda, meus irmãos, Pedro e André, minhas cunhadas, Letícia e Roberta, e o pequeno Martín, meu adorado sobrinho. Tampouco poderia deixar de mencionar meus muitos e queridos amigos, com especial destaque para Amanda Cordeiro, Camila Gulla, Roberta Balle, Fabiana Martins, Caroline Fakhouri, Juliana Novaes Picone, Vanessa Faullame e Irvine Cunha. Todos estiveram presentes nos momentos cruciais de elaboração do trabalho, apoiaram-me a cada instante e foram o refúgio seguro quando era preciso descansar.

Resumo

Este trabalho analisa diacronicamente o parâmetro do sujeito nulo no português do Brasil, mediante a utilização de documentação jurídica – mais especificamente, os depoimentos prestados em processos e inquéritos policiais. Defendemos que esse tipo de documentação consiste em significativa representação da língua falada para épocas pretéritas.

Após, verificamos o que os dados neles contidos poderiam informar a respeito do parâmetro do sujeito nulo no português do Brasil na época em que foram produzidos, ou seja, final do século XIX e meados do século XX. Limitamo-nos ao estudo do parâmetro em questão apenas em orações subordinadas, mais especificamente no que denominamos *encadeamento de subordinadas*, estrutura muito comum no tipo de documento por nós estudado até hoje. Tal estrutura consiste em um grande número de orações subordinadas ligadas a uma mesma oração principal por meio do conectivo *que*. Por exemplo,

“a testemunha_i disse

que não *cv*_i sabe quanto a autora tinha no Banco Mauá, [...];

que o que ella_i ouviu dizer pelo finado Cavalheiro [...]”

Inicialmente, comparamos tais dados com aqueles contidos em estudo diacrônico clássico sobre o assunto, da autoria de Duarte (1993). Também verificamos o que poderiam nos informar se submetidos às hipóteses formuladas por Barbosa, Duarte e Kato (2005). A análise dos dados permite concluir pela existência de um comportamento esperado para o período analisado, mas ao mesmo tempo contém nuances indicativas das transformações pelas quais viria a passar o estatuto do sujeito nulo no Brasil.

Palavras-chave: sujeito nulo, depoimento, oralidade, sintaxe diacrônica, crítica textual de manuscritos modernos.

Abstract

This work analyzes diachronically the pro-drop parameter in Brazilian Portuguese through statements given in a court of law or during police investigation. We believe that this kind of document shows past spoken language.

After concluding that these statements can really be a source of spoken language, we extracted data to guide us through the situation of the pro-drop parameter in Brazilian Portuguese, at the time the statements were taken – end of 19th century/middle of 20th century. We only studied subordinate clauses, in a structure we call *subordinate clause chain*, which is very common in the type of document we chose until today. It consists in many subordinate clauses connected to the same matrix clause by *que* [that]. E. g.,

“a testemunha_i disse

[the witness said]

que não *cv*_i sabe quanto a autora tinha no Banco Mauá, [...];

[*that* she doesn't know how much the complainant had in Mauá Bank,...]

que o que ella_i ouviu dizer pelo finado Cavalheiro [...]

[*that* what she heard the dead Cavalheiro say...]

We compared these data with those which supported a classical study in the subject by Duarte (1993). And we also checked what they could inform us if submitted to the hypotheses created by Barbosa, Duarte and Kato (2005). We concluded that the data extracted from the *corpus* behave just as it was expected for that period of time, but with slight indications of the changes that would occur ahead in time in Brazil.

Keywords: null subject, statement, spoken language, diachronic syntax, textual analysis on modern manuscripts.

“Historical linguistics can...
be thought as the art of making
the best use of bad data”

(WILLIAM LABOV, *Principles of linguistic change*)

Sumário

Dedicatória, 4	
Agradecimentos, 5	
Resumo, 6	
<i>Abstract</i> , 7	
Epígrafe, 8	
1. Introdução, 11	
2. Rol dos documentos analisados, 14	
2.1 Ação sumária cível movida por Brasília Jorge Cavalheiro da Silva Guerra, 14	
2.2 Inquérito sobre denúncia de bigamia praticada por Francisco Giordano, 14	
2.3 Inquérito sobre denúncia de fraude sofrida por Estela Nialesca, 15	
2.4 Ação criminal de danos supostamente causados ao imóvel de Cima Segundo, 16	
2.5 Inquérito e ação criminal sobre o homicídio contra Angelina Peiró Costa, 16	
3 Contextualização histórica, 18	
3.1 A cidade de São Paulo, 18	
3.2 A organização judiciária e o direito processual no período estudado, 33	
3.2.1 O Poder Judiciário do Estado de São Paulo em 1888, 34	
3.2.2 O Poder Judiciário do Estado de São Paulo entre 1900 e 1930, 35	
3.2.3 O Poder Judiciário do Estado de São Paulo em 1946-1947, 38	
4 Contextualização documental, 40	
4.1 O depoimento judicial: caracterização e relevância para o estudo diacrônico, 40	
4.1.1 Prova, 40	
4.1.2 Depoimento, 42	
4.1.3 O depoimento como fonte de oralidade, 52	
4.1.4 Sujeito nulo e estilística. O padrão de escrita do escrivão, 57	
5 Sujeito nulo na história do português de São Paulo: verificação dos fatos, 60	
5.1 O sujeito nulo no português do Brasil, 60	

5.2	As estruturas com encadeamento de subordinadas, 61
5.2.1	Seleção dos dados, 64
5.3	Encadeamento de subordinadas e sujeito nulo, 66
5.4	Encadeamento de subordinadas e frequência do sujeito nulo, 67
5.5	Um parêntese: a realização do sujeito pronominal, 72
5.6	Interferência de sentença antecedente sobre o preenchimento do sujeito nas encadeadas, 74
5.7	Interferência na realização do sujeito: as hipóteses de Barbosa, Duarte e Kato, 76
5.8	Mudança em curso?, 81
6	Conclusão, 85
	Referências bibliográficas, 87

Apêndice 1, 95

1. Alguns aspectos codicológicos, 95
 - 1.1 Estrutura do documento, 96
 - 1.2 Os processos e suas particularidades, 99
2. Normas utilizadas para a transcrição, 102

Apêndice 2: fac-símiles da documentação e edição do texto, *i*

1. Inquérito da queixa-crime de Brasília Jorge Cavalheiro da Silva Guerra – 1878, *ii*
2. Inquérito sobre denúncia de bigamia praticada por Francisco Giordano – 1908, *xiv*
3. Inquérito sobre denúncia de fraude sofrida por Estela Nialesca – 1914, *xxxviii*
4. Ação criminal de danos supostamente causados ao imóvel de Cima Segundo – 1928, *xlvi*
5. Inquérito e processo sobre a morte de Angelina Peiró Costa – 1946/1947, *xc*

1. Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido com base em excertos de processos judiciais e inquéritos policiais que tramitaram na cidade de São Paulo entre os anos de 1878 e 1947.

Tais excertos consistem em depoimentos prestados nesses mesmos processos e inquéritos. O depoimento é um documento interessante para fins de análise linguística, pois, em nossa opinião, e pelas próprias características de sua elaboração, pode conter marcas de oralidade; exporemos e defenderemos esse *status* dos depoimentos em item próprio.

Essa nossa expectativa se justifica pelo fato de que, mesmo estando diante de um documento que possa comprovar *oralidade*, tal documento foi produzido pelo Poder Judiciário, instituição altamente conservadora, que ainda mantém determinados usos e denominações que remontam ao direito romano da Antiguidade e ao direito português do século XVIII (Fernandes, 2010).

Com base em tais documentos, verificar-se-á se realmente os depoimentos possuem esse *diferencial*, e, em caso positivo, se tal diferencial faz com que tais documentos possam oferecer outras referências, outras luzes sobre o estudo da perda do parâmetro do sujeito nulo pelo português do Brasil (doravante PB).

Restringimos o estudo aos casos de orações subordinadas, mais especificamente no que denominamos *encadeamento de subordinadas*, uma curiosa estrutura muito própria dos depoimentos judiciais até hoje, que vincula — a uma única sentença matriz — diversas orações subordinadas.

A análise do *status* do sujeito nulo no período selecionado será feita com base no trabalho diacrônico de Duarte (1993), a respeito da perda do parâmetro do sujeito nulo. Nossa intenção é analisar como se comportam os dados constantes desse nosso *corpus* que reputamos tão diferenciado.

Posteriormente, será analisado o comportamento do parâmetro do sujeito nulo no período estudado, com base nas hipóteses formuladas por Barbosa, Duarte e Kato (2005) para as orações subordinadas.

Para este estudo, levamos em consideração também o panorama histórico da época estudada, que pode fornecer pistas sobre a observância do parâmetro do sujeito nulo naquele tempo, bem como nos utilizamos da ciência do direito, para fundamentar nossa argumentação em favor da oralidade eventualmente presente nos depoimentos.

Também procedemos à edição da documentação e a um breve estudo codicológico, que serão utilizados em favor da condição de registro oral dos depoimentos.

O interesse em tal pesquisa se concentra na própria documentação escolhida para compor o trabalho. Não é a primeira vez que se trabalha na edição de processos judiciais e, certamente, esta não será a última. Porém, no presente estudo utilizaremos a teoria do direito para obter substrato na interpretação dessa documentação, de forma a comprovar a sua relevância como possuidora de traços da linguagem falada no período ora analisado, anterior à criação do gravador de voz.

Ainda, o escrivão, o representante do Poder Judiciário responsável pela transcrição dos depoimentos é, pela própria condição, representante dos falantes da variante culta, visto que ler e escrever eram capacidades interditas à maior parte da população na época analisada. Encontrar indícios do sujeito preenchido na sua escrita pode ser um sinal de que uma mudança sintática interessante já estivesse em curso, mesmo antes que a rejeição ao parâmetro do sujeito nulo pelo PB ficasse evidente.

O trabalho está dividido em seis capítulos, sendo o primeiro esta parte introdutória do trabalho.

O segundo capítulo traz a relação dos documentos editados, com uma breve descrição de cada um. Essa descrição é importante, de forma a situar o estudo na condição em que o documento foi produzido.

Já no terceiro capítulo, procedemos a uma contextualização histórica da época em que os documentos foram produzidos. Esse trabalho foi dividido em dois focos: a história social de São Paulo e o momento histórico do Poder Judiciário e da legislação na época. Por meio da história social, podemos obter elementos relevantes para entender a maneira pela qual a língua se inseria no dia a dia; pela história judiciária e legislativa, podemos compreender o contexto em que os documentos

foram produzidos (o que pode ter impacto na análise de cada um deles) e mesmo a forma em que foram armazenados (se estavam guardados em local que permitisse boa conservação, se havia relevância nessa conservação etc.).

No quarto capítulo, exporemos as razões pelas quais entendemos ser o depoimento judicial fonte segura e interessante para o estudo linguístico diacrônico, com base na teoria do direito e na legislação vigente na época em que cada documento foi elaborado.

O quinto capítulo analisa o comportamento do parâmetro do sujeito nulo na documentação editada, bem como se os resultados apontados pelo levantamento de dados permitem concluir no mesmo sentido dos outros trabalhos já citados sobre o tema do sujeito nulo no português do Brasil.

E, no sexto capítulo, serão expostas as conclusões a que chegamos em virtude do trabalho desenvolvido ao longo dos capítulos anteriores.

Ao final, apresentamos apêndice do qual consta uma verificação codicológica, que permitiu apontar as particularidades de cada um dos documentos constantes do trabalho, bem como expor o trabalho de edição dos documentos, na forma semidiplomática, acompanhada dos facsímiles de cada fôlio.

2. Rol dos documentos analisados

2.1 Ação sumária cível movida por Brasília Jorge Cavalheiro da Silva Guerra

Extraídos os seguintes depoimentos:

- José Gregório de Souza, 3.4.1878;
- Jacintha Maria das Dores, 5.4.1878.

Escrevente/escrivão: Elias de Oliveira Machado, do Segundo Ofício Cível de São Paulo, SP

Síntese do caso: O irmão da autora havia lhe tomado emprestados trezentos mil réis e faleceu sem lhe restituir a quantia. Brasília pretendia, pela ação, reaver a quantia de sua cunhada Joaquina, que teria se negado a fazê-lo de forma amigável. Pela oitiva das testemunhas, a autora intentava provar o empréstimo e o valor emprestado.¹

2.2 Inquérito sobre denúncia de bigamia praticada por Francisco Giordano

Os depoimentos extraídos deste inquérito são todos datados de 12.4.1908, mas nem sempre aparecem na sequência um do outro:

- Maria Giovanna de Maria, a denunciante;
- Pietro de Maria;
- Francisco Giordano, o réu;

¹ Uma curiosidade histórica envolvendo o caso é a participação no processo, como advogado da autora, de Luiz Gama, jurista e defensor das causas republicana e abolicionista. Figura respeitada na cidade de São Paulo, Gama era mestiço, filho de uma negra livre e de um fidalgo baiano não identificado. A assinatura que consta da documentação deste feito confere com a que aparece em fac-símile de documento também datado de 1878 – com a diferença de que, em nosso *corpus*, Gama assina abreviando o prenome, mas ele é identificado na assentada que precede o primeiro depoimento (o fac-símile foi verificado em Mennucci, 1938, em página especial constante entre as pp. 50-51).

– Rosa Grippa e Gaetana Capucci (sequenciais).

Escrevente/escrivão: Joaquim Augusto de Mendonça, do Posto Policial da Consolação, São Paulo, SP

Síntese do caso: Francisco Giordano se casou com Rosa Grippa no Brasil e, depois de separar-se, viaja para a Itália. Lá conhece Maria Giovanna de Maria, por quem se apaixona e com quem se casa posteriormente. Mais tarde, Giordano volta ao Brasil e traz consigo a nova esposa. Porém, pela lei brasileira da época, o casamento era indissolúvel; não havia separação oficial nem divórcio. Por causa disso, mesmo estando separado de fato da primeira mulher, Giordano não poderia se casar de novo, sob pena de incorrer em crime de bigamia – o que Maria Giovanna provou por depoimentos e documentos.

2.3 Inquérito sobre denúncia de fraude sofrida por Estela Nialesca

Extraído o depoimento da vítima, datado de 11.9.1914.

Escrevente/escrivão: José Rangel, do Posto Policial da Liberdade, São Paulo, SP

Síntese do caso: Estela era polonesa e sua ocupação não é esclarecida. O que se sabe é que ela estava grávida e tinha uma ligação amorosa com o réu, Adolpho Buslik que, a pretexto de procurar um imóvel para moradia de ambos, toma certa quantia em dinheiro da moça e desaparece. Seu depoimento e os de suas amigas eram as únicas provas de que dispunha.²

² O quadro geral do processo leva-nos a pensar que Estela era prostituta, pois se fala em um namorado, cafetão, e de um círculo de amigas que compõem as únicas testemunhas que comparecem em sua defesa – todas polonesas, à exceção de apenas uma delas. Essa hipótese é reforçada pelo fato de que havia quantidade razoável de prostitutas polonesas de origem judia em São Paulo e no Rio de Janeiro (também cidade do cafetão Adolpho Buslik). Essas mulheres mantinham associações de ajuda mútua, cuja memória vem sendo reconstruída nessas cidades (v., a respeito, notícia publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 18.5.2011: “Polacas” do Rio ganham nome em cemitério).

2.4 Ação criminal de danos supostamente causados ao imóvel de Cima Segundo

Extraídos depoimentos prestados em 11.9.1928, todos na sequência:

- José Miniali;
- Carlos Gatti;
- Arthur Barni.

Escrevente/escrivão: Benedicto Soares Pompeu, do Quinto Ofício Criminal de São Paulo, SP

Síntese do caso: Cima Segundo era o mestre das obras no imóvel de Arthur Barni e alega que Angela Schor, vizinha do imóvel, intentava prejudicar o bom andamento da reforma. Os vários depoimentos prestados e uma prova pericial de engenharia eram o que havia para justificar as alegações do autor. O fato curioso do caso é que o mestre de obras intentou a ação, quando o correto seria que o dono do imóvel o fizesse (e, justamente por isso, a ação foi extinta sem decisão sobre quem falava a verdade).

2.5 Inquérito e ação criminal sobre o homicídio contra Angelina Peiró Costa

Extraídos depoimentos não sequenciais e prestados em datas distintas:

- José Peiró, 4.12.1946;
- Luizbino Pinto da Costa, o réu, 15.5.1947;
- Maria Santana Fróis, 30.7.1947;
- Claudio Lima Cavalcanti, 5.8.1947.

Escrevente/escrivão: os dois primeiros depoimentos foram colhidos por Sylvio da Silva, da Delegacia de Polícia da Primeira Circunscrição; os dois últimos, por outro escrevente do mesmo órgão que se identificou apenas pela rubrica, ilegível.

Síntese do caso: Angelina Peiró Costa, filha de espanhóis, foi assassinada pelo marido Luizbino Pinto da Costa, por motivos não esclarecidos por completo. Ele alega, inicialmente, que não fora o responsável pelo crime; mais tarde, com os

depoimentos das testemunhas todos convergindo contra a sua pessoa, alegou como motivo do crime a descoberta de que a mulher se prostituía. Porém, a prova testemunhal coletada demonstrou que ele havia obrigado a esposa a prostituir-se.

3. Contextualização histórica

3.1 A cidade de São Paulo

Para enquadrar em época o estudo a que nos propomos, é preciso proceder a uma breve contextualização histórica social, de forma a indicar a condição dos diversos grupos que aparecem no *corpus*.

Três grupos de pessoas aparecem na documentação coletada: o paulista tradicional, o imigrante e o caipira. Procuraremos detalhar a situação de cada um deles na exposição abaixo, com o objetivo de alcançar a supramencionada contextualização.

O período abrangido por este trabalho é de grande expansão, tanto para a cidade como para a Província (depois Estado) de São Paulo. Em meados do século XIX, a descrição da cidade não é das mais animadoras, como se vê da seguinte carta do poeta Álvares de Azevedo a sua mãe, datada de 12.6.1849:

“Nunca vi lugar tão insípido, como hoje está S. Paulo – Nunca vi coisa mais tediosa e mais inspiradora de spleen – Se fosse eu só o que o pensasse, dir-se-hia q. seria molestia – mas todos pensão assim – A vida aqui é um bocejar infindo –

Nem ha passeios q. entretenhão, nem bailes, nem sociedades – parece isto uma cidade de mortos – não ha nem uma cara bonita em janella, só rugosas caretas desdentadas – e o silencio das ruas só é quebrado pelo ruido das bestas sapateando no *ladrilho* das ruas.

Esse silencio convida mais ao somno q. ao estudo – enlanguesse, e entorpece a imaginação e pode-se dizer q. a vida aqui é um somno perpetuo” (Álvares de Azevedo, 1976, p. 110).

Teodoro Sampaio (1978, p. 71 e ss.) faz um relato mais preciso dessa época, nessa longa citação que achamos por bem reproduzir, haja vista a riqueza de detalhes:

“O clima é excelente, o melhor nesta zona dos Trópicos. A salubridade da cidade é até proverbial.

Contudo, são-lhe frias e nevoentas as noites de inverno, elevada mas suportável a temperatura nas horas mais cálidas do dia.

As ruas são estreitas e tão regulares como o permite a topografia do lugar. Os largos, denominados *pátios*, são pequenos e em todos se exibem os melhores e mais notáveis edifícios da cidade, com oito igrejas, cinco conventos ou mosteiros, e o palácio do governo.

Não há gosto nem elegância na construção das casas, térreas ou de sobrado, mas do mesmo tipo pesado e tristonho. [...]

As paredes de taipa, branqueadas com tabatinga, espessas e pouco elevadas, onde se abrem portas largas, pesadas, e janelas quase quadradas, com gelosias, dão às edificações esse aspecto maciço e abarracado, que uns poucos e mal feitos ornamentos em nada atenuam. [...]

A cidade quase não era visitada por estrangeiros, e estes, tão raros, se tornavam objeto da curiosidade pública. ‘Nossa presença em S. Paulo, diz Mawe, excitou entre o povo tanta curiosidade, como se até então nunca tivesse visto um inglês. O rapazio das ruas manifestava a sua admiração, correndo adiante de nós, tomando-nos as mãos e exclamando quando verificava que tínhamos tantos dedos como toda a gente’. [...]

Os homens da melhor sociedade vestiam-se soberbamente; eram polidos e atenciosos e com muita propensão para obsequiar. O *caipira*, o homem do povo, posto que atrasado, retraído e suspeitoso, era de costumes muito mais brandos que o comum dos da mesma classe nas colônias espanholas.

A polidez de maneiras tinha feito adotar os paulistas o tratamento por vós. Uma senhora ou cavalheiro não recebia o mais humilde dos seus visitantes senão tratando-o com singela e muito digna deferência: ‘*Como se acha o vosso pai? Ele já sarou? Ide-vos sentar para aquele banco, e que não vos dê cuidado o tempo*’. [...]

Em S. Paulo, o clero era numeroso e ilustrado, contando-se entre os seus membros individualidades bem distintas.

As festas religiosas se faziam com estrondo e as procissões eram pomposas e comoventes, atentos ao meio eminentemente religioso que dominava.

Não havia muitos médicos na cidade; em compensação, porém, não faltavam os farmacêuticos e os curandeiros. Nas farmácias é que se fazia então a política da terra, jogava-se o voltarete, a bisca ou o

gamão, e se reuniam os ociosos para comentarem os acontecimentos do dia. [...]

As ruas não eram iluminadas à noite, ficando às escuras, e tão-somente em alguns pontos viam-se lampiões, de azeite, sujos e mal distribuídos. Por isso os habitantes recolhiam-cedo, e, se saíam, levavam consigo lanternas.

Tinha-se começado uma canalização de água no tempo de Bernardo de Lorena; mas esse serviço imperfeito e insuficiente carecia de ser auxiliado pelos aguadeiros, que vendiam água colhidas nas numerosas e boas fontes da vizinhança. [...]

Contudo, o aspecto geral da cidade propriamente dita era bom, e tinha um ar de limpeza que agradava.”

São Paulo ficava atrás de muitos outros centros urbanos do Brasil no século XIX (Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza, Niterói, Porto Alegre e Cuiabá estavam à sua frente, cf. Campos, 2004, p. 18). Esse quadro não é de se estranhar, haja vista a cidade ter sido, nos séculos anteriores, a base das expedições bandeirantes:

“La fase de las *bandeiras* de apresamiento se denomina también ‘ciclo despoblador’ porque, a medida que se alejaban de São Paulo, los sertanistas dejaban tras sí un rastro de destrucción” (Queiroz, 1992, p. 97).

Ainda segundo Queiroz (*idem, ibidem*), o que causou um efetivo impacto negativo sobre a população da cidade de São Paulo foi o ciclo do ouro nos séculos XVII e XVIII, visto que os “homens saudáveis” da cidade entraram nessa “corrida”.

Esse ímpeto expansionista dos paulistas acabou por criar, no caminho percorrido pelos exploradores, novos agrupamentos de pessoas que acabavam por não retornar a São Paulo. Desses agrupamentos surgiram cidades como Jacareí, Itu, Sorocaba, Parnaíba,³ Jundiaí e Mogi das Cruzes. E, numa sociedade em que o *status*

³ Atual Santana de Parnaíba. A vila que deu origem à cidade foi inicialmente chamada Sant’Anna de Parnaíba (1625), mas depois a denominação foi reduzida (não foi encontrado registro da norma que procedeu a essa alteração). Em 1944 volta a ser utilizado aquele é que seu nome atual (Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995, p. 138). Sobre o registro de Santana de Parnaíba como Parnaíba, v.

era determinado pela quantidade de terras, sair de São Paulo e tomar posse de uma extensão de terras poderia ser uma oportunidade de subir ao mais alto escalão (Queiroz, *idem*, p. 100-101).⁴

Acresça-se a isso o fato de que uma boa parte da economia de São Paulo, no século XVII, estava assentada numa base de escravos índios, que eram capturados nas expedições paulistas. Ainda nesse século, começa a ficar cada vez mais difícil o apresamento de índios, o que, como consequência evidente, prejudica imensamente a economia da região. Para piorar, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, muitos paulistas seguem para aquela região seguidos dos seus escravos índios, aumentando a crise de mão-de-obra em São Paulo (Monteiro, 1994, pp. 209-210).

O caipira, por sua vez, estava sendo exposto a um “choque de civilização” decorrente da crescente urbanização: muitos caipiras perdem o referencial de vida, pois, em comparação com o habitante da cidade, percebem que vivem em condições inferiores e são colocados diante de duas situações possíveis: emigrar ou ficar no campo. Emigrar acaba não sendo uma escolha tão ruim, pois a adaptação do caipira acaba sendo mais fácil do que parece.

Quanto à alternativa disponível para solucionar essa crise de mão-de-obra, o negro escravo, insta lembrar que era uma mercadoria, o que demandava dinheiro. Mas, como se vê, não havia uma economia forte que permitisse a aquisição de escravos na quantidade que era necessária para acelerar a produção.

Daí a razão pela qual São Paulo era tida como “feia e sem graça” no início do período estudado. Não havia impulso econômico e nem tampouco mão-de-obra que permitisse o desenvolvimento da cidade, em comparação com outras regiões do país. As próprias características da população ensejavam esse não desenvolvimento. Mas essas condições adversas são superadas, de forma surpreendente, e essa cidade

registro de Araçariguama como freguesia, subordinada a essa vila, aproximadamente em 1653 (*idem*, p. 40).

⁴ É importante destacar que esse trânsito de paulistas pode ter inclusive interferido no português falado nas regiões pelas quais passavam, sem necessariamente terem se fixado. Esse é o objeto de estudo do projeto *História e variedade do português paulista às margens do Anhembi*, coordenado pelo professor Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (FFLCH-USP).

desenvolve-se e cresce com incrível rapidez dentro do espaço de tempo delimitado por nosso *corpus*, como se verá.

No final do século XVIII e início do século XIX, São Paulo começara a se empenhar na produção agrícola, notadamente do açúcar. Essa produção apresentava números modestos se comparados aos de outros produtores que à época eram fortes, como Bahia e Pernambuco. A real expansão se iniciou com o crescimento das lavouras de café em São Paulo. O café era, no século XVIII, considerado um medicamento, vendido apenas em farmácias, em pequenas quantidades. É justamente em 1878 que a produção paulista supera, pela primeira vez, a carioca. Progressivamente, conforme o século foi findando, outras produções agrícolas foram sendo postas de lado, de modo a privilegiar o cultivo do café.

A primeira área alcançada pelo cultivo do café foi o Vale do Paraíba. Sampaio (1978, p. 79) se refere a essa região como o “laço entre a expansão paulista e a fluminense”. As primeiras bases foram as cidades de Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté, no ano de 1835. A partir daí, o café se expandiu na direção do oeste,⁵ começando por Campinas (1840) (Scantimburgo, 2000, p. 173, citando cronologia de Alfredo Ellis). Taunay (1939, v. 2, p. 315) menciona que a produção em Campinas se iniciara a partir de sementes que vieram da plantação iniciada pelo sargento-mor Santos Prado em Jundiá.

Para dar conta da produção sempre crescente, foi preciso pesquisar outra mão-de-obra que não a do negro escravo, tendo em vista a sucessão de leis tendentes

⁵ Não sem antes abusar da fertilidade da terra e das cidades por onde passou:

“No campo não é menor a desolação. Leguas a fio se sucedem de morraria aspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Atila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fóra. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos á virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação europeia por mão de herdeiros dissipados” (Monteiro Lobato, 1946, pp. 5-6).

a restringir o tráfico negreiro e a evitar a propagação do *status* de escravo (o que teve seu ápice com a Lei Áurea, em 1888).⁶

As lavouras de café só não tiveram desenvolvimento mais rápido, no começo do Império, em razão da falta de mão-de-obra – o que causou um aumento intenso do tráfico de negros, que acabou sendo cerceado pela fiscalização britânica. Com a proibição do tráfico, a expansão do café fica como que entorpecida e o preço dos escravos aumenta muito (Taunay, 1939, v. 9, p. 20).

Mesmo assim, a relação entre a produção de café e a escravidão negra era tão intensa a ponto de se chegar a afirmar que *o Brasil é o café e o café é o negro*.⁷ De fato: o comércio negreiro era fundamental para a sociedade e a economia do Brasil.

“[...] o negro ainda constituia, no Império, a base do edifício social e da economia nacional. Era indispensável a percepção dos impostos e à exportação. Fornecia cinco sextos da produção cafeeira, dois terços da assucareira. Intervinha em todas as operações industriais, na pecuária e até na mineração, embora limitada, do país. Emancipação no Brasil era antes de tudo substituição. Nada mais evidente...” (Taunay, 1939, v. 8, p. 176).

O mesmo autor menciona que, apesar dessa relação tão intensa entre a escravidão e a lavoura de café, os fazendeiros tinham consciência de que a exploração do trabalho escravo caminhava para o fim. Não bastasse o alto custo do escravo e as restrições ao tráfico, bem como à própria condição de escravo, havia também o aumento da participação de trabalhadores livres em outras atividades nas fazendas, o que fazia com que estas deixassem de ser isoladas – “augmentavam as

⁶ A Lei Eusébio de Queirós (1850) extinguiu o tráfico negreiro. Depois dela, foram promulgadas leis que visavam à extinção gradual da escravidão. A Lei 2.040/1871 (dita “Lei do Ventre Livre”), é mais conhecida por ter declarados livres todos os filhos de escrava nascidos a partir da data da lei, mas também apresentava um plano de libertação anual de escravos. A Lei 3.270/1885 (conhecida como “Lei do Sexagenário”) beneficiava sobretudo os maiores de 60 anos, mas previa também a extinção de dívidas tributárias em relação a escravos que fossem gratuitamente libertados, bem como a criação de um “fundo” que indenizaria os proprietários de escravos libertos.

⁷ Frase atribuída a Gaspar da Silveira Martins ao definir a economia nacional em 1880, mencionada por Taunay (1939, v. 9, p. 15).

trocas com o exterior, diminuía o papel do escravo e começava o do assalariado a ser cada vez mais avantajado” (*idem*, p. 177).

O caipira, cogitado como uma opção para substituir o escravo, por sua vez, não quis se submeter às condições impostas pelos grandes latifundiários e nem considerava perder sua propriedade (o que, por vezes, ocorria se a algum grande proprietário assim conviesse, mediante o uso da máquina pública), preferindo manter-se na condição de mero parceiro.

Mas, a partir dessa europeização crescente, mais tarde imensa, como se verá, criou-se um estereótipo do caipira – o “preguiçoso” ou o “inculto” –, a partir da comparação com padrões europeus (cf. Oliveira e Kewitz, 2009, p. 235).

Oliveira e Kewitz (*idem*, p. 225) também ressaltam que o termo “caipira” como sinônimo de “inculto” era, até o início do século XIX, aplicado aos paulistas de um modo geral. Ao caipira também era associada rudeza de trato, característica essa que poderia ser decorrente do trabalho duro e à segregação auto-imposta por esse representante do povo paulista: o resultado exposto no comportamento apenas exprimia “uma forma retrógrada de ajustamento ao meio” (Candido, 1964, p. 26). Arraigados a esses costumes, nada mais natural que os caipiras não aceitassem as condições impostas pelos fazendeiros, que desejavam mão-de-obra com urgência e a todo custo.⁸

Este é o motivo da grande vinda de estrangeiros para a cidade e a Província. Poderiam suprir o cada vez mais escasso trabalho escravo e aceitaram as regras dos fazendeiros. A primeira tentativa oficial de instalar colonos estrangeiros em São Paulo data de 1827; em 1829, são instalados colonos alemães no sertão do Rio Negro, em território atualmente pertencente ao Estado do Paraná.

⁸ Com a instalação da Faculdade de Direito na Capital e a consequente maior aquisição de cultura nessa região, o termo passou a ser usado apenas para os paulistas do interior. O Projeto de História do Português Paulista recuperou essa classificação ao autodenominar-se “Projeto Caipira”.

Na sequência, e por determinação governamental, 91 famílias alemãs são instaladas no que hoje é o extremo sul da cidade.⁹ Após diversas negociações, o local indicado para a instalação da colônia seria o sertão de Itaquaquecetuba; mesmo assim, muitos imigrantes não se contentaram com o local e passaram a ocupar a região de Santo Amaro, fora dos limites iniciais – e o projeto da colônia em Itaquaquecetuba, que deveria se tornar uma cidade, definhou.

A chegada dos alemães movimentou a região de Santo Amaro: passou-se a produzir batatas, arroz, feijão, milho e mandioca, o que tornou o local uma espécie de celeiro da cidade; fundaram-se vilas e uma igreja protestante; instalou-se luz elétrica; chegaram carros e foram abertas estradas numa região ainda pouco explorada. Há indícios de que os alemães teriam, inclusive, aderido ao sistema escravista e se unido em casamento a negros e índios (Martins, 2003).

Mas a iniciativa governamental não seguiu mais adiante até 1861, o que forçou a iniciativa privada a desenvolver suas próprias estratégias para trazer trabalhadores estrangeiros, em sua maioria portugueses, com destaque para a estrutura desenvolvida pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.¹⁰

Após a abolição da escravidão, em 1888, sobreveio o agravamento da falta de mão-de-obra. Os negros libertos, em sua maioria, passaram a viver na periferia de São Paulo, assumindo trabalhos semelhantes aos que executavam quando escravos – muito embora houvesse certa restrição quanto à contratação dos negros para tais trabalhos, como se não fossem dignos do trabalho livre.

Em 28 de junho de 1890, é promulgada a Lei Glicério, a qual disciplinava o transporte e introdução de imigrantes no Brasil, bem como normatizava a

⁹ Segundo Martins (2003), a instalação dos colonos de Santo Amaro é que teria sido a primeira tentativa de implantação de colônia no Brasil. A informação de que houve tentativas anteriores a essa é de Cenni (2003).

¹⁰ Em 2.4.1847, foi assinado contrato por meio do qual quatrocentos alemães se comprometiam a estabelecer-se em terras de propriedade do Senador Vergueiro, mais precisamente a fazenda de Ibicaba, em Limeira. O governo brasileiro pagava um adiantamento para a viagem dos adultos, e os imigrantes deveriam reembolsar o valor em até três anos (Taunay, 1939, v. 8, pp. 11 e 13).

colonização das propriedades agrícolas particulares, em uma tentativa de facilitar o recrutamento da mão-de-obra necessária para as lavouras de café.

Algumas levadas de imigrantes chegaram no final do século XIX e começo do século XX se dirigem inicialmente a Santo Amaro, o local da já existente colônia alemã. E cada nacionalidade tinha sua especialidade comercial. Portugueses montavam granjas de aves e gado. Catalães comercializavam roupas femininas. Árabes, turcos e judeus comercializavam tecidos. Russos, húngaros e ingleses eram operários, comerciários e bancários. Americanos e alemães ocupavam altos cargos na indústria. Os japoneses se dedicavam ao cultivo de produtos hortifrutigranjeiros, e seus filhos passaram a exercer profissões liberais (Martins, 2003). E, é claro, também seguiam para Santo Amaro algumas levadas de italianos.

Os italianos constituem o maior contingente de estrangeiros que veio para São Paulo. O grande deslocamento de pessoas dessa origem se deve a alguns fatores comuns a toda a Europa, como o fim do absolutismo (alguns europeus não se conformaram com o fato e deixaram o continente), a introdução das máquinas nos processos produtivos e a continuação do sistema feudal de sucessão, que favorecia apenas o filho mais velho. Um fator específico da Itália que favoreceu a emigração foi a saturação populacional e a crise econômica daquele país no século XIX; o movimento emigratório foi visto como a solução tanto para os que queriam melhorar o padrão de vida como para o governo (cf. Cenni, 2003, p. 212-213 e 215). O Brasil também era visto como um bom lugar para se radicar, tendo em vista as promessas e maravilhas descritas pelos agentes de imigração brasileiros, o que pode explicar o fato de que, entre 1819 e 1947, nada mais, nada menos do que 1.513.151 italianos tenham aportado em nosso país. Em São Paulo, a imigração italiana ganha um impulso gigantesco na década de 1880 e chega ao seu ponto culminante em 1895 (106.526 pessoas) e, na soma do total de pessoas chegadas entre 1877 e 1914, supera de longe os portugueses e espanhóis, em segundo e terceiro lugares, respectivamente (Cenni, *idem*, p. 218-219).

Some-se a isso o fato de que a Itália não estabeleceu restrições à emigração para o Brasil, como fizeram Alemanha e França, em virtude de seus cidadãos terem se queixado de maus-tratos.

Não é de se estranhar, portanto, que os italianos aos poucos fossem alcançando destaque, já que consistiam no maior contingente populacional da cidade de São Paulo. Franco Cenni menciona descrição de São Paulo em 1890, feita por Henrique Rafard:

“(...) a população da Paulicéia era geralmente de origem estrangeira, falando quase tanto o italiano como o português. Muitas tabuletas, em vários edifícios, eram escritas em italiano, coisa que fazia declarar ao jornalista lusitano Sousa Pinto (que, chegando à estação, não tinha conseguido fazer-se entender por vários cocheiros de tálburis, os quais se exprimiam nos mais diversos dialetos italianos, com predominância do napolitano, falado em largos gestos): ‘Encontramo-nos a cogitar se por estranho fenômeno de letargia, em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio’” (Cenni, 2003, p. 327).¹¹

Desde o século XIX eles dirigem publicações em sua língua. Tamanha é a influência que, em 1898, se cogita a candidatura do diretor do jornal “Fanfulla”, Vitaliano Rotellini, para presidente do agora Estado de São Paulo (Leite, s.d., p. 120).¹² Franco Cenni arrola alguns termos que teriam sido incorporados ao português por força do contato com o dialeto predominantemente falado pelos italianos: *cantina*, *caricatura*, *cascata*, *fiasco*, *calamita*, *bravata*, *ribalta*, *sonata*, *partitura* e o famoso *tchau*, derivado da despedida *ciao*. O mesmo autor menciona a influência do italiano na fonologia do português falado em São Paulo, citando estudo de Ivan Silva datado de 1941 (2003, pp. 330-333).

A intensidade da presença italiana em São Paulo ensejou inclusive a sátira de Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Veja-se esta versão “italianizada” de famoso soneto de Camões (1966, p. 33):

¹¹ Silveira Bueno também destaca que “antes do surto nacionalista de 1930 para cá, tais agrupamentos [de imigrantes] usavam a sua própria língua, com jornais, anúncios comerciais, igrejas e sinagogas onde não era empregado o português” (1953, p. 3).

¹² Alemães e portugueses pretendem igualmente alcançar o mesmo objetivo na época em relação a representantes de suas nacionalidades. Leite (s.d., p. 154) lembra que, no Império, fez parte da Assembleia Provincial o irlandês Ricardo Gumbleton Daunt, radicado em Campinas.

“SUNETTO CRASSICO

Sette anno di pastore, Giacó servia Labó,
Padre da Raffaella, serrana bella,
Ma non servia o pai, che illo non era troxa nó!
Servia a Raffaella p’ra si gazá c’oella.

I os dia, na speranza di un dia só,
Apassava spiano na gianella;
Ma o páio, fugino da gumbinaçó,
Deu a Lia inveiz da Raffaella.

Quano o Giacó adiscobri o ingano,
E che tigna gaido na sparrella,
Ficô c’um brutto d’um garó di arara

I inciminció di servi otros sete anno
Dizeno: Si o Labó non fossi o pai dela
Io pigava elli i lí quibrava a gara.”

Vale ressaltar que, como consequência da chegada massiva de italianos e outros europeus, São Paulo começa a se moldar com base em modelos europeus – é o que atesta Teodoro Sampaio já para o ano de 1886 (1978, p. 99). Darcy Ribeiro informa que, em 1950 (pouco tempo depois do final do período abrangido por este trabalho, portanto), como havia mais italianos e descendentes do que paulistas antigos, ocorreu uma europeização de mentalidade e hábitos (s.d., p. 407).

Sinais dessa europeização podem ser vistos na influência do pensamento europeu sobre determinadas expressões culturais e científicas:

(i) a filosofia política trazida pelos operários italianos e espanhóis, que começaram os primeiros protestos e greves por melhores condições de trabalho, de acordo com o ideário socialista;

(ii) a absorção da doutrina jurídica italiana, que influencia os estudiosos do direito de São Paulo com grande força (com a adoção das teorias de Beccaria, Lombroso, Ferri, Canelutti, Chiovenda e outros). Tal influência que chega ao seu ápice com a chegada dos Professores Tullio Ascarelli e Enrico Liebman à cidade, os quais lecionaram na Faculdade de Direito do Largo São Francisco;

(iii) a colaboração no combate a endemias e pesquisas na área de medicina;

(iv) a contribuição de professores estrangeiros na formação dos cursos da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (cf. Cenni, 2003, pp. 359-360, 365-369, 372-381).

Essa europeização excessiva, segundo Ribeiro (s.d., p. 407), também deu origem à Semana de Arte Moderna em 1922, como reação a ela – mas, ao mesmo tempo, não deixava de ser uma expressão das mesmas formas de arte em voga na Europa da época (*idem, ibidem*), em especial o Futurismo de Marinetti, trazidas pelos imigrantes e pelos estudantes brasileiros que de lá regressam.

Esses estudantes eram parte da elite, composta pelo paulista tradicional. E quem seria o paulista tradicional? A descrição desse tipo de indivíduo poderia ser a seguinte: pessoas ditas “de bem” que fundamentavam sua relevância social no fato de possuírem “ascendentes ilustres – caciques indígenas, nobres europeus ou bandeirantes famosos” (Campos, 2004, p. 21).

Essas pessoas formavam uma elite que sustentava uma ponta de “nacionalismo” na sua origem, talvez por influência das tentativas da época romântica de estabelecer um “fundamento” totalmente nacional para o povo brasileiro – haja vista a recuperação da figura do índio nos romances da época, em especial nos livros de José de Alencar e Gonçalves Dias, por exemplo. Enquanto, na Europa, Alexandre Herculano recuperava a Idade Média em seus romances históricos, os brasileiros recuperavam seu passado indigenista.

Já em menor número ante a arraia-miúda que compunha a paisagem da cidade de São Paulo no final do século XIX – escravos, forros, trabalhadores comuns, desocupados e mendigos foram também superados em quantidade pelos imigrantes no século XX, como visto anteriormente. Mas faziam parte da paisagem social no final do período abrangido pela pesquisa, alguns apenas vivendo das conquistas de seus antepassados.

No final do século XIX e começo do século XX, aliás, essa paisagem de São Paulo já se mostrava um tanto quanto diferente, além da já citada intensa influência italiana:

“Famílias abastadas do interior estabeleceram residência na capital e de 50 a 60 casas eram construídas por mês. Na Rua Boa Vista, esquina

com São Bento, estabeleceram-se o Hotel de França e o Grande Hotel Paulista. No Largo São Bento havia um grande edifício de propriedade da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais e uma casa ocupada com uma sucursal da Estrada de Ferro do Norte, da Cia. São Paulo e Rio de Janeiro, onde se registravam bagagens, compravam-se bilhetes e emitiam telegramas. Na Rua São Bento funcionavam a Caixa, uma filial do Banco do Brasil e localizavam-se as casas comerciais de Antônio da Silva Prado e de Elias Chaves. O prédio que mais tarde seria sede do 'English Bank of Rio', estava sendo construído e a rua contava, ainda, com o restaurante 'Sereia Paulistana', a confeitaria 'A Paulicéia', uma fábrica de luvas e uma casa que vendia café em pó.

Na Rua da Imperatriz (atual 15 de Novembro), a Nagel e outros cafés e confeitarias funcionavam, além do 'New London and Brazilian Bank' e do prédio da 'São Paulo Railway'. No Largo do Rosário, a 'Gentil Pastora', o 'Cafê Java' e o 'Cafê do Terraço Paulistano' atendiam a clientela que crescia dia-a-dia, o último contando com a amabilidade das 'caixeiras'. Nesta rua funcionavam, ainda, o Banco de São Paulo, iniciavam-se as obras do Clube Internacional e o prédio da casa Garraux.

Na Rua Direita funcionavam o edifício do Banco de Crédito Real, a casa do barão de Piracicaba e se construía o Hospital da Santa Casa, no lugar onde antes estava a Igreja da Misericórdia. No Largo da Sé a catedral recém restaurada era decorada com pinturas de Almeida Junior representando Nossa Senhora e a conversão do padroeiro São Paulo. O Largo do Colégio [*sic*] estava sendo ajardinado e a construção do Palácio do Governo era concluída. Este era vizinho da antiga igreja do colégio dos jesuítas (inaugurada em 1681), e da sede do Correio Geral" (Jacino, 2006, pp. 26-27).

Por fim, no final do período abrangido por este estudo, a cidade tem 1.435.700 habitantes (dados de 1944), informação essa que, em contraste com os 44.030 habitantes de 1886, mostra um crescimento muito expressivo mesmo para os dias de hoje (os dados são de Leite, s.d., p. 121 e 223). O município foi incluído na modernidade, com o desaparecimento do escravismo, a organização em classes do trabalho e a afirmação de uma classe empresarial que liderou a economia e a política brasileiras durante toda a República Velha.

Quem descreve a São Paulo que existia pouco antes dessa época é Caio Prado Junior:

“(…) S. Paulo compõe-se hoje [1933]¹³ de um núcleo central que ocupa o maciço cercado pelas várzeas do Tietê, do Tamanduateí e do Pinheiros; e de uma auréola de bairros que se instalaram numa parte destas várzeas e, transpondo-as, vão alargar-se pelas elevações da outra margem. Bairros que nasceram, em sua grande maioria, ao acaso, sem plano de conjunto; frutos da especulação de terrenos em ‘lotes e a prestações’, - o maior veio de ouro que se descobriu nesta S. Paulo de Piratininga do séc. XX. Desenvolveram-se muitas vezes, o mais das vezes mesmo, não porque o local escolhido fôsse o melhor ou respondesse mais às necessidades imediatas da cidade, mas simplesmente porque eram vendidos com facilidades maiores de pagamento ou acompanhadas de propaganda mais intensa ou mais hábil. As terras que cercavam S. Paulo quando se deu o surto atual, que começa nos últimos anos do século passado, estavam praticamente abandonadas. Os especuladores de terrenos, adquirindo-os a preço baixo (ou a preço nenhum pelo tão difundido sistema do ‘grilo’, que é a ocupação pura e simples sem título algum), não tiveram mais que traçar as ruas, às vezes no papel apenas, e passá-los aos compradores (...). E como cada qual cuidava naturalmente apenas do seu, permanecendo os poderes públicos numa indiferença completa, aconteceu o que era fatal: bairros desarticulados e desordenadamente distribuídos, que mesmo quando traçados internamente com algum critério – o que aliás raramente foi o caso – não se ligam entre si, não fazem ao menos corpo com a cidade dentro de um sistema lógico e de conjunto” (Prado Junior, 1953, pp. 137-138).

A ocupação desordenada dos arredores da cidade, descrita pelo autor, sem dúvida decorre do aumento populacional acarretado, sobretudo, pela chegada maciça dos imigrantes. Além de crescer muito e desordenadamente, a “pequena e feia” cidade do final do século XIX já tinha, em 1944, passado pela Semana de Arte Moderna e pela Revolução Constitucionalista de 1932. Antes disso, por meio da política do “café com leite”, na República Velha, era pólo de poder político em nível

¹³ Data da primeira edição da obra da qual se extraiu este excerto.

nacional, posto que conquistou mediante a participação intensa no movimento republicano.¹⁴

A escolha do *corpus* editado para o presente trabalho, de certa forma, reflete as transformações históricas mencionadas neste item. Foi interessante perceber, em nosso levantamento de dados junto ao Arquivo do Tribunal de Justiça, a quantidade de processos envolvendo imigrantes ou seus descendentes. Chega mesmo a ser difícil encontrar processos com caipiras ou representantes da elite no século XX:

“Aos doze dias de abril de mil novecentos e oito, nesta cidade de São Paulo, na Força Policial da Consolação, onde se achava o *Doutor* Antonio Nacarato, primeiro subdelegado, connmigo escrevente juramentado adiante nomeado, ahi compareceu Maria Giovanna de Maria, italiana, natural da provincia de Salerno, filha de Pietro de Maria, de trinta e quatro annos, (...)”

(Inquérito sobre a denúncia de bigamia praticada por Francisco Giordano – 1908)

“Aos onze dias do mez de Setembro de mil novecentos e quatorze, nesta cidade de São Paulo, em o Posto Policial da Liberdade, onde se achava o Senhor *Doutor* Accacio Nogueira, Segundo Delegado, connmigo escrevente juramentado ao final assignado ahi compareceu Estela Nialesca de vinte e dois annos, solteira, sem profissão, polaka, natural da Polonia, (...)”

(Inquérito sobre denúncia de fraude sofrida por Estela Nialesca – 1914)

“*Segunda* testemunha

Carlos Gatti, italiano, casado, com trinta e um annos de idade, servente de pedreiro, residente á rua Cruzeiro, *número* 30.”

(Ação criminal de danos supostamente causados ao imóvel de Cima Segundo – 1928)

“Têrmo de declarações

Aos Quatro dias do mês de Dezembro de mil novecentos e quarenta e seis, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia de Polícia da *Primeira* Circunscrição, onde se achava o *Doutor* A. P. Pinto Moreira,

¹⁴ A exposição de Leite (s.d.) sobre o período de cinco anos que antecede a proclamação da República, ano a ano, mostra com nitidez o envolvimento dos paulistas nesse movimento.

Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu JOSÉ PEIRÓ filho de Geronimo Peiró com quarenta e sete anos de idade, de côr branca estado civil casado, de nacionalidade ~~brasileira~~ Hespanhol natural de Hespanha de profissão comerciante”
(Inquérito e processo sobre a morte de Angelina Peiró Costa – 1946/1947)

Os dois documentos do século XIX envolvem paulistas tradicionais e caipiras.

Todavia, considerando que existe a possibilidade de que o escrivão se atenha literalmente ao que sua testemunha diz (ver item 4.1, *infra*), é interessante contar com essa predominância dos imigrantes no nosso *corpus*, pois dessa forma é possível apurar de forma mais fiel à realidade o falar corrente e heterogêneo da época.

3.2 A organização judiciária e o direito processual no período estudado

Uma breve estrutura do aparelho judiciário e sua situação histórica também se faz necessária para a caracterização do intervalo de tempo aqui estudado, bem como do material que compõe o *corpus*. E, para melhor compreender o papel do depoimento judicial e como ele pode contribuir para os estudos linguísticos (sobre o que se discutirá mais tarde), é também preciso verificar quais as regras processuais vigentes à época, as quais regulam a forma pela qual deve ser tomado o depoimento.

O período abrangido pelo *corpus* é de intensa mudança nas instituições judiciárias, talvez como reflexo das próprias mudanças econômicas e históricas.

Dentro desse período, houve nada mais, nada menos do que cinco Constituições Federais, cada uma com uma estrutura diferenciada para o Poder Judiciário: a Constituição Imperial de 1824, a Constituição Republicana de 1891, a Constituição de 1934, a Constituição de 1937 e a Constituição de 1946.

3.2.1 O Poder Judiciário da Província de São Paulo em 1878

O primeiro grupo de documentos arrola depoimentos tomados no ano de 1878; a justiça, nessa época, está estruturada com base na Constituição Imperial de 1824 (Brasil, 1824). Existe, então, um “Poder Judicial” composto de juízes e jurados,

que atuam tanto nas causas cíveis como nas criminais. Os recursos contra as decisões dos juízes eram enviados às “Relações” (ou Tribunais de Relação),¹⁵ as quais “reparam ou rectificam os erros, e estabelecem o julgado definitivo, confirmando, modificando ou revogando essas sentenças ou decisões nos termos da lei” (Pimenta Bueno, 1910, p. 71). Na capital do Império, além da respectiva Relação, havia também o Superior Tribunal de Justiça, o qual funcionava como centro regulador ou conservador da ordem judiciária, unificando a aplicação do direito pela revisão dos atos dos juízes e tribunais que lhe são inferiores (cf. Pimenta Bueno, 1910, pp. 70 e 76).

Ainda dentro da estrutura do “Poder Judicial”, havia também os juízes de paz, os quais conduziam as obrigatórias tentativas de conciliação, antes da propositura da ação.

O Tribunal da Relação das províncias de São Paulo e Paraná foi instalado na cidade de São Paulo em 1874, no final do Segundo Império, portanto. Antes disso, havia Relações apenas no Rio de Janeiro, São Luiz do Maranhão e Pernambuco – o que denota que o fato de possuir uma Relação estava diretamente ligado à importância político-administrativa da região.¹⁶

Porém, as instalações desse Tribunal eram de péssima qualidade. Frederico de Barros Brotero descreve a situação do prédio, situado na Rua Boa Vista:

“Velha edificação vinda do princípio do século passado, sem conservação cuidadosa, dentro de pouco tempo tornou-se imprestável

¹⁵ De Plácido e Silva esclarece que, em termos propriamente forenses, o termo “relação” significa *exposição* ou *informação* feita sobre fato substancial de um processo perante juiz ou tribunal; seria “narração sumária sobre a causa a ser julgada, ou para que seja objeto de deliberação”. Daí teria surgido a designação de *Relação* atribuída aos tribunais de segunda instância, os quais deveriam julgar os recursos procedentes do juiz de primeira instância (in Carvalho Santos, s.d., v. 48, p. 87). As Relações foram convertidas mais tarde em Cortes de Apelação e em Tribunais de Justiça, como será exposto ao longo dos itens seguintes.

¹⁶ Na mesma data em que foi criada a Relação paulista, foram criadas, por força do Decreto 2.342, de 1873, outras mais: Pará e Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Azevedo, 1974, p. 10).

para o fim ao qual fôra destinado; o soalho apodrecia em vários lugares; as janelas dos cartórios onde se acumulava incipiente, mas valioso arquivo, não ofereciam segurança e, inconveniente maior, inúmeras goteiras deixavam a chuva penetrar em todos os cômodos inclusive na sala de conferências” (Brotero, 1944, p. 104).

O mesmo autor informa que, em 1884, o Tribunal foi destacado para um sobrado na Rua José Bonifácio, em razão de uma reforma, por um período inicial de dois anos, que acabou sendo estendido por mais um ano. Depois disso, os juízes retornaram à antiga e combalida sede (*idem, ibidem*).

Deduzimos daí que os locais em que o material que compõe nosso *corpus* estava estocado não eram dos mais adequados; não obstante, encontramos os processos em bom estado de conservação, como se pode ver no Apêndice, item 1.

No que diz respeito à legislação processual vigente, o processo penal era regido pelo Código do Processo Criminal do Império (Brasil, 1832), com as alterações das Leis 261/1841 e 2.033/1871. Já o processo civil fora regido pelas disposições provisórias sobre o tema que constavam do Código do Processo Criminal de 1832; a legislação processual civil fora surgindo de forma esparsa e em tal quantidade que foi preciso reuni-las no volume único da *Consolidação das Leis do Processo Civil*, organizada por Antonio Joaquim Ribas, com força de lei por determinação imperial datada de 1876. As causas comerciais eram regidas pelo Regulamento 737/1850 (Brasil, 1850).

3.2.2 O Poder Judiciário do Estado de São Paulo entre 1900 e 1930

Os três grupos de documentos seguintes são depoimentos tomados nos anos de 1908, 1914 e 1928, todos de fundo criminal. Com a proclamação da República, foi promulgada uma nova Constituição em 1891 e, com ela, uma estrutura completamente nova, com a criação da Justiça Federal, competente para os casos envolvendo direito constitucional, fronteiras e questões com estrangeiros. As demais causas – tais como as que fazem parte do *corpus* deste trabalho – ficaram a cargo dos Juízes e Tribunais Estaduais.

Em razão da criação da Justiça Federal, o Congresso Nacional passou a ter o monopólio legislativo sobre o direito processual dessa entidade, deixando a cargo dos Estados o direito processual a ser aplicado em cada um deles.

Apenas em 1930 entra em vigor o Código de Processo Civil do Estado de São Paulo, e nunca se chegou a elaborar um Código de Processo Penal.

No que diz respeito à organização da Justiça em São Paulo, com a instauração da República, começou uma reorganização judiciária¹⁷ que substituiu a Relação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Tribunal foi inaugurado em 8 de dezembro de 1891, dentro das prerrogativas fixadas pelo então presidente do Estado, Américo Brasiliense, com tanta pressa que foi deixada para trás a necessária aprovação do Senado. Quando José Alves Cerqueira César assume a presidência do Estado em 1891, reinstitui a Relação de São Paulo; o sucessor deste, Bernardino de Campos, retomou a instituição do Tribunal de Justiça.

Apenas em 23.08.1892 é que Bernardino de Campos organiza, em definitivo, o Tribunal de Justiça, cuja composição inicial continha nove magistrados. Em 1895, se fez necessário o aumento desse número para doze (Brotero, 1944, pp. 184 e 222).

Nota-se que a organização judiciária do Brasil começava, então, a se desvincular da forma adotada em Portugal. Também era novidade, nesta época, a independência dos três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), uns em relação com os outros.¹⁸

¹⁷ O Poder Judiciário do Estado de São Paulo foi organizado, de acordo com as diretrizes da Constituição estadual, também de 1891, por meio da Lei 18, de 21.11.1891. Essa lei imputou o exercício do Poder Judiciário aos Juízes de Paz (nos distritos), aos Juízes de Paz adjuntos, correccionais e júri, aos Juízes de Direito (nas comarcas) e ao *Tribunal de Justiça*, em todo o Estado (Brotero, 1944, pp. 179-180).

¹⁸ Essa “novidade” foi trazida pela Constituição de 1891. A Constituição do Império, de 1824, possuía, além dos três poderes do costume, o Poder Moderador, exercido pelo Imperador, que deveria velar “sobre a manutenção da independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos” (Brasil, 1824), o que pressupunha que o Legislativo, Executivo e Judiciário estavam submetidos ao Imperador.

Vale destacar que as instalações do novo Tribunal de Justiça do Estado ainda ficaram até 1900 no edifício da Rua Boa Vista. Constatadas as terríveis condições de trabalho naquele local, foi aberto, pela Fazenda do Estado, um crédito extraordinário para o Tribunal, que passou a funcionar na Rua Marechal Deodoro, 8. Este edifício não era muito mais confortável que o anterior – não possuía elevadores, o que prejudicava muito os juízes de mais idade (Brotero, 1944, p. 247). Depois da mudança, em 1909, para um prédio mais adequado, na Rua José Bonifácio, 13, finalmente o Tribunal foi instalado em um prédio construído especialmente para ele, na Praça da Sé, em 1933 (cf. Schneider, 2007, pp. 84-86; a data de 1933 é indicada por Azevedo, 1974, p. 32). É o prédio em que está situado até hoje, com a diferença de que os juízes de primeira grau¹⁹ trabalham nos diversos fóruns espalhados pela cidade,²⁰ e os gabinetes dos desembargadores (juízes de segunda instância) estão localizados em edifícios em outros pontos da cidade (Avenida Paulista e Rua Conselheiro Furtado).

¹⁹ A noção de “grau” diz respeito à competência específica do juiz para apreciar esta ou aquela questão. *Grosso modo*, pode-se dizer que o juiz de primeiro grau é o que analisa o processo pela primeira vez, ficando reservado aos Desembargadores (juízes de segundo grau) o julgamento dos recursos das decisões desses juízes, e os Ministros dos Tribunais Superiores zelariam pela uniformização do entendimento da Constituição (STF) e da lei federal (STJ) no Brasil, sendo que suas decisões, de certa forma, acabam funcionando como paradigma para casos futuros (cf. Nery Junior e Nery, 2009, p. 476). O Supremo Tribunal Federal analisa se a decisão tomada fere ou não a Constituição. Porém, os Desembargadores dos Tribunais Estaduais e Tribunais Regionais da Justiça Federal, bem como os Ministros dos Tribunais Superiores, em alguns casos específicos – notadamente em relação a determinadas autoridades (arts. 102, I, *b*, *c* e *d*, e 105, I, *a*, *b* e *c*) – podem fazer o primeiro julgamento (por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça tem competência para julgar em primeiro grau crimes comuns cometidos pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal).

²⁰ São Paulo e Campinas possuem mais de um fórum para as causas cíveis e criminais comuns, tendo em vista a extensão territorial dessas cidades e o número de processos nelas submetidos a julgamento todos os anos. E, com a criação da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar, várias comarcas do País possuem, além da chamada Justiça Comum (ou Estadual), Tribunais específicos para essas Justiças especiais. Portanto, o Poder Judiciário está bem mais descentralizado e específico, o que pode ser atribuído à necessidade cada vez maior de atender com mais cuidado a determinados tipos de ações.

Também em 1900, o número de juízes do Tribunal é elevado a 15, sendo dividido em duas Câmaras, a Civil e a Criminal e de Agravos (Brotero, 1944, p. 247).

A situação das instalações do Tribunal deixa evidente que o Judiciário era visto como um simples meio administrativo de solução de conflitos, sem que tivesse uma efetiva participação política. Afinal, os prédios eram os mesmos pequenos e ruins até 1933, não obstante o serviço judiciário tivesse crescido muito, como reflexo do crescimento da cidade.

3.2.3 O Poder Judiciário do Estado de São Paulo em 1946-1947

Na época da coleta do último grupo de documentos (1946-1947), a Constituição tinha sido alterada por duas vezes, nos governos de Getúlio Vargas (1934 e 1937).

A Constituição de 1937 esteve em vigor até 17.09.1946. Nessa época não mais existe a Justiça Federal, surge a Justiça Militar, competente para julgar questões envolvendo militares e pessoas envolvidas em crimes contra a segurança interna do país ou contra as instituições militares. Com a Consolidação das Leis do Trabalho, é criada a Justiça do Trabalho, em moldes muito semelhantes aos que ainda estão em uso.

A partir de então, os Estados poderiam legislar sobre direito processual, em caso de lacuna da legislação federal a esse respeito. Em 1939, é promulgado um Código de Processo Civil unificado para todo o país, o qual somente seria substituído em 1973 pelo Código que está em vigor até hoje. Em 1941, é a vez do Código de Processo Penal, o qual, com muitas modificações, ainda é a legislação processual penal básica nos dias atuais.

E sobrevém uma nova mudança constitucional, com reflexos na estrutura judiciária. A Constituição de 1946 cria o Tribunal Federal de Recursos (o qual seria o ponto de partida para a retomada da Justiça Federal), mantém a Justiça Militar e a Justiça do Trabalho e cria a Justiça Eleitoral, para julgamento de causas ligadas às eleições e ao alistamento de eleitores. Os Estados não mais podem legislar sobre matéria processual.

Quanto à organização judiciária do Estado, a Constituição Federal de 1934 havia alterado a denominação dos Tribunais de segunda instância para “Cortes de Apelação”, devendo os juízes serem denominados *Desembargadores*. E a Constituição de 1937 altera novamente a denominação do Tribunal, que passa a se chamar *Tribunal de Apelação* (Brotero, 1944, pp. 416 e 454).²¹

Em 1930 foram criados mais três cargos de Ministro do Tribunal de Justiça; mais oito cargos foram criados em 1935, perfazendo um total de vinte e cinco (Brotero, 1944, pp. 390 e 425).

Mas é na década de 1940 que a demanda de serviços judiciários ultrapassa a capacidade do Tribunal de Justiça, tendo em vista o acelerado crescimento da cidade. Em função desse crescimento, o Palácio da Justiça receberia um edifício complementar, que viria a ser o atual Fórum João Mendes Júnior (Fórum Central).

Em razão disso, em 1947 foi aumentado novamente o número de desembargadores, e criado, por sugestão do Desembargador Mário Guimarães, um segundo tribunal que auxiliaria o Tribunal de Justiça em determinados casos, o chamado Tribunal de Alçada, o primeiro do tipo no Brasil. Novamente em razão do aumento do volume de trabalho dos juízes, referido Tribunal foi dividido em três (o Primeiro e o Segundo Tribunais de Alçada Civil e o Tribunal de Alçada Criminal).

A estrutura do Judiciário paulista nestes moldes, com um Tribunal de Justiça e três Tribunais de Alçada, perdurou até 2004, quando os Tribunais de Alçada foram extintos em todo o País pela Emenda Constitucional 45, a qual determinou, em seu art. 4.º, que os membros desses Tribunais fossem integrados aos Tribunais de Justiça dos respectivos Estados.

²¹ Os juízes de segundo grau conservam, até hoje, o tratamento de Desembargadores. Quando da criação dos Tribunais de Alçada, seus componentes eram tratados por *Juízes de Alçada*. Após a extinção desses Tribunais e a incorporação de seus quadros pelo Tribunal de Justiça, também passaram estes a serem tratados por Desembargadores.

4. Contextualização documental

4.1 O depoimento judicial: caracterização e relevância para o estudo diacrônico

Também se faz necessário conhecer algumas diretrizes da ciência do direito para que se fortaleça a possibilidade de que o depoimento judicial²² possa servir como fonte segura para os estudos linguísticos, em especial os diacrônicos, a fim de se fazer o melhor uso possível de dados aparentemente ruins, como Labov preleciona em famosa afirmação.

4.1.1 Prova

As questões suscitadas e alegadas pelas partes num processo judicial nem sempre são passíveis de verificação apenas pela lógica ou pela adequação à legislação vigente. Um determinado fato pode exigir comprovação de sua existência. E é com essa finalidade que existe a *prova*, em direito: ela é um meio processual ou material próprio para essa comprovação.

O vocábulo *prova*, em direito, está mais ligado à ação ou efeito de provar, visando à convicção do juiz acerca das afirmações ou alegações feitas pelas partes. A legislação processual prevê diversos meios de prova dos quais as partes poderão se servir, embora qualquer meio moralmente legítimo possa funcionar como tal (nesse sentido dispõe, aliás, o art. 332 do Código de Processo Civil). O juiz, porém, não fica obrigado a decidir de acordo com a literalidade da prova produzida, podendo julgar com base na sua própria apreciação do que foi provado e levando em consideração o conjunto de todas as provas e as alegações das partes (art. 131 do Código de Processo Civil; art. 155 do Código de Processo Penal).

²² Embora seja de se presumir que o *depoimento* seja o resultado da prova que também tem esse nome e que da prova testemunhal resulte o *testemunho*, é de se notar que está consagrado o uso indistinto de *depoimento* para designar os dois casos, ou mesmo de *testemunho* para se referir ao resultado de todos os meios de prova (v., nesse sentido, Amaral Santos, 1972, p. 56-58). Neste trabalho, tendo em vista não só esse fato, como também a simplificação da leitura para o leigo em Direito, usaremos indistintamente o termo *depoimento* para significar o resultado da oitiva da pessoa envolvida no *depoimento pessoal*, no *interrogatório do réu*, na *confissão* e na *prova testemunhal*.

No período abrangido por nosso estudo, os meios de prova levados em consideração pela legislação processual variaram.

No início desse período, estavam em vigor as Ordenações Filipinas, promulgadas pelo Rei Filipe II da Espanha, em 1603, época em que Portugal e Espanha estavam unificados. O Brasil absorveu essa legislação quando da época da colonização, mas, mesmo depois do fim da União Ibérica e da Independência, continuou a observá-las, conforme foi substituindo as suas diversas disposições por legislação específica. Parte delas foi observada até a entrada em vigor do Código Civil de 1916.

Nas Ordenações, eram previstos, como meios de prova, o depoimento pessoal das partes, a prova testemunhal²³ e a prova documental (Cruz e Tucci e Azevedo, 2009, p. 132). Em matéria penal, elas foram revogadas pelo Código do Processo Criminal do Império (1832), pelo qual se conduziu a maioria dos processos dos quais foram extraídos os depoimentos que compõem nosso *corpus*. Esse Código menciona expressamente como meios de prova as testemunhas (art. 84), os documentos e cartas particulares (arts. 92 e 93), a confissão do réu (art. 94) e o que ficar apurado no auto de corpo de delito (art. 136).

O processo datado de 1878 foi conduzido com base na Consolidação das Leis do Processo Civil, da autoria de Antonio Joaquim Ribas (consultamos edição de 1915). Essa Consolidação admitia os seguintes meios de prova: a confissão, os instrumentos,²⁴ as testemunhas, o juramento,²⁵ as presunções,²⁶ o arbitramento²⁷ e a vistoria.²⁸

²³ No próximo item entraremos em maiores detalhes sobre o depoimento e a prova testemunhal.

²⁴ “[...] tudo quanto pode instruir a causa, inclusive os depoimentos das testemunhas, depois de escriptos” (Ribas, 1915, nota ao art. 365 da Consolidação, p. 206).

²⁵ “[...] asseveração de um facto como verdadeiro sobre a invocação do nome de Deus” (Ribas, 1915, nota ao art. 429 da Consolidação, p. 242). O juramento é instituto muito típico do Estado religioso que era o Império do Brasil (v. art. 5.º da Constituição Imperial de 1824). Com a proclamação da República, que instituiu o Estado laico, sem vinculação com a Igreja, o juramento perdeu a razão de ser. Isto porque o poder político temporal não depende da confissão religiosa adotada pela população ou da religião adotada pela maioria (Nery Junior e Nery, 2009, p. 142).

Por fim, os depoimentos datados de 1946/1947 foram conduzidos com base no atual Código de Processo Penal, o qual entrou em vigor em 1941 e considera meios de prova válidos o exame de corpo de delito e perícias em geral (art. 158 e ss.), o interrogatório do acusado (art. 185 e ss.), a confissão (arts. 197 a 200), o interrogatório do ofendido (art. 201), a prova testemunhal (arts. 202 a 225), o reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228), a acareação entre acusados, acusado e testemunha, acusado e ofendido ou ofendidos (arts. 229 e 230), os documentos (231 a 238) e os indícios (art. 239).²⁹

4.1.2 Depoimento

Consideraremos, para fins deste estudo, o depoimento como sinônimo de prova oral de modo geral, que pode ser subdividida em depoimento pessoal e prova testemunhal.

O depoimento pessoal é aquele que um dos litigantes toma da parte contrária sobre os fatos por ele afirmados (Câmara Leal, 1923, p. 19). Já a prova testemunhal

²⁶ Consequências que a lei ou o magistrado tira de um fato conhecido para outro desconhecido (Ribas, 1915, nota ao art. 445 da Consolidação, citando definição então vigente do Código Civil francês, pp. 248/249). Atualmente, a presunção não é mais considerada um meio de prova processual, mas consta entre os meios de prova do negócio jurídico, citadas no art. 212 do Código Civil.

²⁷ “[...] estimação, que louvados nomeados pelas partes ou pelo Juiz, fazem as cousas consistentes em facto, e de cujo perfeito conhecimento depende a decisão da causa” (Ribas, 1915, nota ao art. 454, p. 254).

²⁸ “[...] acto judicial pelo qual o Juiz se certifica do facto, que se controverte em juizo, por meio da inspecção ocular” (Ribas, 1915, nota ao art. 469 da Consolidação, p. 259). Atualmente, o equivalente à vistoria é a inspeção judicial, prevista nos arts. 440 a 443 do Código de Processo Civil.

²⁹ Estes últimos são definidos pelo Código de Processo Penal de forma muito semelhante ao que Ribas define como presunção (art. 239: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”).

consiste no testemunho de terceiro, pessoa capaz,³⁰ estranha ao processo, que preencha determinadas condições previstas em lei (Amaral Santos, 1972, p. 58).

Em direito processual, o depoimento da parte (autor/réu da ação) é valorado de forma diversa da prova testemunhal, e dela não é exigido o compromisso de dizer a verdade, pois sua versão pode estar “contaminada” pelo seu próprio interesse no desfecho da questão (de certa forma, o mesmo pode ser dito do interrogatório do réu, no inquérito policial).

Mas, ao contrário do que ocorre com os demais meios de prova – os quais encerram em si certeza e, por isso, consubstanciam eficácia probante –, o depoimento não gera por si mesmo certeza, que só emana da confissão, da qual ele é um dos meios de manifestação.

Já a testemunha deve se comprometer a ser imparcial e a dizer a verdade, motivo pelo qual seu depoimento é considerado autêntico meio de prova. Porém, a sua descrição dos fatos será considerada ou valorada apenas se a pessoa não estiver vinculada a determinadas situações.

A título de exemplo, note-se que o Código de Processo Civil atualmente em vigor, datado de 1973, resume tais condições em seu art. 405: (i) incapacidade, caso a pessoa sofra de doença mental, menor de 16 anos ou, sendo cega ou surda, seu depoimento dependa dos sentidos que lhe faltam; (ii) impedimento, se se tratar de cônjuge ou parente da parte, da própria parte ou de quem intervenha em nome da parte no processo (representante legal, advogado etc.); (iii) suspeição, se se tratar de condenado por falso testemunho, de pessoa que não seja “digna de fé” (de vida desregrada), inimigo capital ou amigo íntimo da parte ou de pessoa que tem interesse em determinada solução para a causa posta em juízo.

³⁰ A *capacidade*, em direito, consiste na possibilidade de a pessoa poder usufruir de seus direitos e contrair obrigações. Considera-se *capaz* aquele que não incorre nas situações previstas nos arts. 3.º e 4.º do Código Civil. Os *absolutamente incapazes* não podem exercer quaisquer atos da vida civil, por determinadas razões de idade ou saúde. Já os *relativamente capazes* possuem restrições quanto a certos atos ou à maneira de exercê-los, também por razões de idade e saúde (cf. Gomes, 1999, pp. 172 e 174). Especificamente quanto ao depoimento da testemunha em juízo, é preciso considerar as questões de incapacidade específica para depor, de impedimento e de suspeição, as quais serão mencionadas adiante no texto.

Para melhor compreensão desse valor, faz-se necessária uma breve exposição sobre a estrutura e as peculiaridades embutidas em um depoimento judicial.

A leitura dos depoimentos editados para a composição deste trabalho permitirá verificar que, não obstante o longo intervalo temporal e as diversas alterações legislativas ocorridas nesse período, as formalidades exigidas em todos os depoimentos analisadas são mais ou menos as mesmas, com algumas variações. Também é digno de nota o fato de que tais formalidades remontam às Ordenações Filipinas.

Abaixo transcrevemos o que dizia o Livro I, Título LXXXVI (*Dos Enqueredores*), das Ordenações (edição comentada de Almeida, 1870, p. 203-204), destinados aos “inquiridores”, isto é, aos encarregados de colher depoimentos em investigações e processos instaurados. As disposições aqui transcritas mostram grande similitude com o procedimento mostrado em praticamente todos os depoimentos transcritos:

“Dos Enqueredores

Os Enqueredores devem ser bem entendidos e diligentes nos seus Officios, em modo que saibam perguntar e inquirir as testemunhas por aquillo, para que forem offerecidas. E antes que a testemunha seja perguntada, lhe será dado juramento dos Santos Evangelhos, em que porá a mão, que bem e verdadeiramente diga a verdade do que souber, acerca do que for perguntado. O qual juramento lhe será dado perante a parte, contra quem he chamada, se ella a quizer ver jurar; do qual juramento o Tabellião, ou Scrivão dará sua fé no dito da testemunha que screver. E depois que assi jurar, dará seu testemunho secretamente, sem nenhuma das partes delle ser sabedor, até as inquirições serem abertas e publicadas. E assi as perguntará logo polo costume e cousas, que a elle pertencem, convem a saber, se tem devido ou cunhadio com alguma das partes, e em que grao, e se tem tão estreita amizade, ou odio tão grande a alguma dellas, por que deixem de dizer a verdade. E se receberam de alguma dellas ou de outrem em seu nome algumas dadivas, e se foram rogadas, ou subornadas, que dissessem em favor de alguma das partes: e lhes perguntarão por suas idades. E tudo o que disserem screverá o Tabellião, ou Scrivão, que a inquirição screver. Polo qual costume perguntarão sempre as testemunhas, sob pena de perdimento dos

Officios, assi nas inquirições devassas, como judiciais. Porém nas inquirições devassas geraes, ou particulares perguntarão polo costume no fim do testemunho.”

Nota-se aqui, além dos procedimentos semelhantes aos dos depoimentos transcritos, o fato de que o escrivão ou tabelião responsável pela colheita do depoimento deve escrever *tudo* que a testemunha disse e ao escrito *dar fé*, isto é, certificar que o que está escrito é expressão verdadeira do que foi dito no interrogatório. Em razão disso, eram obrigados a manter a mais rigorosa atenção ao que estava sendo dito. Essa forma, em termos gerais, é utilizada até hoje.

Porém, na maioria dos depoimentos escolhidos para o *corpus* do presente trabalho, os escrivães se limitam a dar a sua certificação de veracidade pelo lançamento do termo ao final da oitiva da testemunha. No entanto, como que implicitamente dando *status* de veracidade ao documento, o escrivão sempre se identifica ao final:

“Nada mais houve; e para constar mandou o Juiz lavrar este termo que [assignaram] a testemunha e partes. Eu Elias d’Oliveira Machado, escrivão escrevi.”

(Depoimento de José Gregório de Souza na queixa-crime movida por Brasília Jorge Cavaleiro da Silva Guerra – 1878)

De qualquer forma, como já mencionado, aqui temos um indício de que o escrivão deveria reter com a maior atenção possível o que era dito pela testemunha.

Com relação à ouvida de testemunhas no Código do Processo Criminal do Império, note-se a similitude com o procedimento previsto nas Ordenações (Brasil, 1832):

“Art. 84. As testemunhas serão offerecidas pelas partes, ou mandadas chamar pelo Juiz ex-officio.

Art. 85. As testemunhas serão obrigadas a comparecer no lugar, e tempo, que lhes foi marcado; não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio algum.

Art. 86. As testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma, excepto se forem de tal seita, que prohiba o juramento.

Devem declarar seus nomes, pronomes, idades, profissões, estado, domicilio, ou residencia; se são parentes, em que gráo; amigos,

inimigos, ou dependentes de alguma das partes; bem como o mais, que lhe fôr perguntado sobre o objecto.

Art. 87. A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo Escrivão: o Juiz a assignará com a testemunha, que a tiver feito. Perante o Jury se guardará o que está disposto nos arts. 266, e 268.

Se a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa, que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas.”

[...]

“TITULO UNICO

Disposição provisoria ácerca da administração da Justiça Civil

Art. 11. As testemunhas serão publicamente inqueridas pelas proprias partes, que as produzirem, ou por seus Advogados, ou procuradores, e pelas partes contrarias, seus Advogados, ou procuradores, na fórma dos artigos 262 e 264 do Codigo do Processo Criminal.”

Quase todos os depoimentos editados para este trabalho se pautam por essas disposições (1878-1928), à exceção do grupo datado de 1878, que, por ser afeito à esfera cível, esteve submetido às regras da *Consolidação das Leis do Processo Civil*, de Antônio Joaquim Ribas. Sobre os depoimentos judiciais, essa consolidação previa o seguinte (edição de 1915, p. 237):

“Art. 421. Os requisitos legais para a forma do inquerito são os seguintes:

§ 1.º A testemunha deve prestar juramento; salvo se por sua religião lhe for vedado o jurar (672 – C. CCLXXXIII).

§ 2.º A parte deve ter sido citada para vêr jurar a testemunha, na forma do art. 220 § 1.º (672 – C. CCLXXXIII).

§ 3.º A testemunha deve ser inquirida de viva voz e publicamente em juízo pelas proprias partes, seus advogados ou procuradores, e reperguntada pela parte contrária, seus advogados ou procuradores, podendo o juiz fazer ex-officio as perguntas, que julgar necessarias (672 – C. CCLXXXV).

§ 4.º Se começará a inquirição, perguntando á testemunha pelo seu nome, idade, profissão e costumes.

Esta ultima pergunta refere-se ao parentesco civil ou espiritual, ao grau de amizade ou inimizade em relação ás partes, ao suborno ou

rogo delas para deporem a seu favor, ou a qualquer motivo que torne a testemunha suspeita. (675)

§ 5.º A testemunha será inquirida precisamente a respeito dos artigos, que lhe devem ser lidos; não devendo o escrivão escrever o que ella depuser alem do conteúdo ou substancia delles, quer lhe seja ou não perguntado. (676)

§ 6.º Se indagarão todas as circunstancias do facto articulado, a razão por que a testemunha o sabe, o tempo e o lugar em que o viu, se estavam ahi outras pessoas que tambem o vissem; e no caso em que o saiba de ouvido, de quem ouviu, em que tempo e lugar.

Assim mais se farão as outras perguntas, que parecerem necessarias, para que melhor e mais claramente se possa saber a verdade. (677)

§ 7.º O Juiz attenderá bem ao aspecto e constancia com que a testemunha falla, se varia, vacilla, muda de côr ou se perturba de modo que pareça falsa ou suspeita, fazendo-se de tudo declaração no depoimento. (678)

§ 8.º As testemunhas serão inquiridas separadamente, e não em presença uma das outras. (679)”

No Código do Processo Criminal do Império, chama a atenção o art. 87: o escrivão deverá escrever tudo quanto foi dito pela testemunha, ressaltando que *a declaração será lida no caso de testemunha que não saiba escrever*. Daí a razão pela qual, ao final, usa-se a fórmula “lido e achado conforme” (ou outra semelhante), também utilizada até hoje: o depoimento foi lido à testemunha (caso não soubesse ler nem escrever, o que era bastante comum no período analisado), que concordou com o que foi transcrito pelo escrivão ou escrevente, ou então leu a transcrição e não encontrou razões para pedir alguma correção:

“Nada mais disse lido, e por conforme vai este assignado pela autoridade e declarante fazendo a seu rogo por ser analphabeta Guilherme Falcone, connmigo José Rangel, escrevente que o escrevi.”

(Depoimento de Estela Nialesca no inquérito sobre a queixa por ela oferecida – 1914)

Esse fato reforça a necessária fidedignidade de que deveria se revestir o registro dos fatos narrados pela testemunha.

Já a *Consolidação* de Ribas se destaca por exigências de outra ordem: a parte deve acompanhar o juramento (talvez para se assegurar de que a testemunha não faltaria com a verdade); o juiz deveria estar atento às reações emocionais do depoente etc. Destaca-se o fato de que o escrivão, nesse caso, não poderia escrever o que não tivesse relação com o caso – o que poderia configurar um elemento de pressão sobre alguém que já deveria, por natureza da profissão, escrever rápido e com atenção, para não deixar de lado nenhum detalhe que pudesse fazer a diferença na apuração da verdade.

Ainda persiste a determinação de que o escrivão/escrivente, como funcionário público, tem a prerrogativa de que suas declarações sejam tomadas, no exercício de seu trabalho, como expressão da verdade, a menos que haja prova em contrário. Em virtude da relevância dessa tarefa, se ela for inadequadamente realizada, a parte prejudicada pode requerer, nos dias de hoje, a responsabilização do Estado pela má prestação jurisdicional.³¹ Não expressar corretamente a verdade, propositalmente, configurava (e ainda configura) crime.³² Em razão disso, o escrivão permanecia atento a qualquer desatenção no registro da fala da testemunha, o que lhe autorizava a corrigir o que já havia escrito, o que observamos na sequência seguinte:

“[...] filho de Antonio Giordano, sabendo ler e escrever, e sabendo ler, digo, e declarou o seguinte: [...]”

(Depoimento de Francisco Giordano no inquérito que investiga se ele cometeu crime de bigamia – 1908)

³¹ Com base no disposto no art. 37, § 6.º, da Constituição (Brasil, 1988): “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

³² O crime é o de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal (Brasil, 1940): “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

Ao perceber que havia repetido a expressão “e sabendo ler”, o escrivão evita rasurar o texto, apondo ao lado da segunda ocorrência a forma verbal “digo”, no sentido de “na verdade, quis dizer que”.

O único depoimento extraído de procedimento criminal que não segue as disposições do Código do Império é o último (Angelina Peiró Costa, 1946-1947), o qual já foi processado segundo os trâmites previstos pelo atual Código de Processo Penal, datado de 1941, e que dispunha, na versão vigente à época, o quanto segue para a inquirição das testemunhas e partes (Brasil, 1941):

“Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Art. 204. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos.

Art. 205. Se ocorrer dúvida sobre a identidade da testemunha, o juiz procederá à verificação pelos meios ao seu alcance, podendo, entretanto, tomar-lhe o depoimento desde logo.

[...]

Art. 210. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho.

[...]

Art. 215. Na redação do depoimento, o juiz deverá cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente as suas frases.

Art. 216. O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela, pelo juiz e pelas partes. Se a testemunha não souber assinar, ou não puder fazê-lo, pedirá a alguém que o faça por ela, depois de lido na presença de ambos.”

Os procedimentos são aproximadamente os mesmos, assim como as responsabilidades do escrivão/escrivente. Porém, este Código enfatiza, no art. 215, *a necessidade de que o depoimento seja redigido da forma mais aproximada possível ao que foi dito pela testemunha*, justamente para guardar a verdade dos fatos da forma mais precisa possível.

De forma a demonstrar a fidedignidade necessária do depoimento em relação à fala do depoente, veja-se a preocupação do escrivão em relatar minuciosamente as expressões utilizadas pelos depoentes, conforme o disposto no art. 215:

“(...) que certa vez Angelina chegou a dizer que o declarante era um sargentinho atoa e que ela ia arranjar um gostosão para o matar (...)”

“(...) os três pararam e o declarante pediu a Angelina que fosse para o Hotel das Bandeiras em companhia do irmão e que no dia seguinte fosse embora com ele para Araraquara, tendo Angelina se enfurecido e dito que o declarante era um ‘CORNO MANSO’ e que ela o havia traído em Santos, em Ribeirão Pires e mesmo aqui em São Paulo e que ela não saía de São Paulo enquanto não vesse ao declarante morto (...)”

(Trechos do primeiro depoimento de Luizbino Pinto da Costa no inquérito que investigou o assassinato de Angelina Peiró Costa – 1947)

As disposições acima mostram que o escrivão deveria ter atenção extrema ao que era dito. Essa exigência de atenção extrema poderia acrescentar um ingrediente extremamente interessante – a pressa para acompanhar a fala da testemunha. Essa pressa fica patente em momentos nos quais o escrivão erra, como visto acima, no exemplo extraído do inquérito instaurado para investigar Francisco Giordano.

Tendo em vista que a expressão da testemunha era muito mais relevante, porque se destinava à averiguação de fatos e ao julgamento final pelo juiz, é muito mais fácil deixar de lado convenções estilísticas.

Em contraste com essa tendência a deixar a formalidade, havia (e ainda há) fórmulas próprias para abertura do depoimento. Nessa parte padronizada, o escrivão

tem tempo de redigir com calma e se utiliza, por vezes, de fórmulas prontas construídas de acordo com o que prevê a “boa gramática”.³³

Via de regra, esses pontos em que o escrivão redige sem pressão são as certidões e assentadas, nas quais ele certifica e informa determinados fatos:

[1878] “Assentada

E logo no mesmo dia, mez e anno ao principio declarados, presente o Doutor Juiz Substituto da Segunda Vara Civil, Dom Francisco D’Assis Mascarenhas, a autora acompanhada de seus procuradores Luiz Gama e solicitador Manoel José Soares, e o Doutor João álvaes de Figueira Bueno, advogado da ré, passou-se a inquirir as testemunhas pelo modo que abaixo segue; de que faço este termo. Eu Elias de Oliveira Machado, escrivão e escrevi.”

As frases citadas neste trabalho, salvo menção em contrário, são todas da parte em que o escrivão é obrigado a reproduzir o que é dito pela testemunha – o que pode ser considerado o depoimento propriamente dito –, momento em que há uma grande probabilidade de que não haja atenção ao que fosse considerado norma culta na época.

Quanto ao que chamamos depoimento propriamente dito, ele é prestado na forma de perguntas (feitas pelo juiz ou delegado) e respostas (prestadas pela testemunha), mas o escrivão, após a qualificação da testemunha (indicação de nome, estado civil, nacionalidade, idade, endereço e profissão) e a certificação de que se trata de testemunha idônea (isto é, não seja incapaz, impedida ou suspeita), limita-se a transcrever as respostas dadas.

A transcrição de cada resposta está separada das demais por ponto-e-vírgula e pelo conectivo *que*. Veja-se um exemplo:³⁴

³³ Pimenta Bueno (1910) traz uma interessante coleção de modelos de termos processuais para cada uma das diversas fases do processo, que poderiam servir de base ao escrivão ou escrevente para a redação desses trechos padronizados (pp. 403-545). Dentre tais modelos existem “formulários” para a tomada de depoimentos e testemunhos.

³⁴ Essa forma de transcrição das respostas é usual nos depoimentos judiciais até hoje.

[1908] “(...) e declarou o seguinte: *Que* Francisco Giordano, ha quatorze annos, approximadamente foi á Europa receber uma herança que lhe cabia por morte de seu pae e frequentando a casa do declarante apaixonou-se por sua filha Maria, pedindo-a em casamento e allegando que era solteiro e sem impedimento algum; *que*, á vista deste facto, o declarante concordou, celebrando-se o acto no dia oito de junho de mil oitocentos e noventa e cinco, celebrando-se o acto, digo, perante o official do registo civil de São Mauro Cilento; *que*, depois disso, os esposos embarcaram para esta Capital, sendo acompanhados pelo declarante e em seguida foram residir na Franca; (...)”

Durante o depoimento, provavelmente o diálogo entre o juiz (ou delegado, conforme o caso) e a testemunha ocorreu da seguinte forma:

“- Como o senhor conheceu Francisco Giordano?”

“- Há catorze anos, aproximadamente, Francisco Giordano foi à Europa receber uma herança que lhe cabia, pela morte de seu pai. Frequentava minha casa e se apaixonou por minha filha Maria. Pediu-a em casamento, disse que era solteiro e que nada o impedia de casar.”

“- O senhor concordou com o casamento?”

“- Sim, e o casamento aconteceu em oito de junho de 1895, perante o official de registro civil de São Mauro Cilento.”

“- E o que aconteceu depois disso?”

“- Eu, minha filha e o marido embarcamos para São Paulo, e fomos residir em Franca.”

4.1.3 O depoimento como fonte de oralidade

E em que o depoimento pode ser válido também como “prova”, mas do ponto de vista linguístico?

O sistema processual brasileiro, notadamente o processo civil, é muito mais escrito³⁵ do que oral; o contato direto, “oral”, do órgão que profere a decisão com os

³⁵ A escrita principiou como instrumento do processo no século XIII, por força do desenvolvimento do processo inquisitório nas justiças eclesiásticas; tudo que merecia registro era proferido de viva voz a um escrivão ou tabelião (Almeida Junior, 1920, pp. 120 e 124).

demais sujeitos do processo é muito restrito (a definição é de Cappelletti, 1970, p. 36, foi dada para os países latino-americanos em geral e se encaixa na realidade nacional).

No caso brasileiro, os advogados representam as partes na maior parte dos atos processuais e estas acessam o juiz quando das audiências ou sessões do Júri. Essa representação por parte do advogado se faz por meio de peças escritas que consubstanciam as diferentes manifestações possíveis no sistema processual.

Mesmo no inquérito policial, no qual nem sempre as partes são assistidas por advogado, os depoimentos são tomados e registrados em papel. O mesmo ocorre com as outras provas; ao final, tudo é reunido de modo a formar um instrumento, um respaldo documental para a denúncia ou queixa³⁶, o pedido inicial da ação penal, que se baseará nos fatos apurados pela investigação policial.

Essa tendência a apegar-se à forma escrita cria uma outra diretriz, visando a registrar pela escrita, em mínimos detalhes, os procedimentos orais. Isso tem inúmeras consequências, especialmente para o processo civil, em termos de celeridade – o que tem dado margem a tentativas de alterar essa realidade, como, por exemplo, as leis que regulam os Juizados Especiais, baseados intensamente na oralidade, a ponto de evitar os registros escritos dos depoimentos dados em audiência e de admitir gravações de voz como registros válidos desses mesmos depoimentos.³⁷

³⁶ Estes termos não são sinônimos. A *denúncia* era (e ainda é) a forma pela qual o promotor público inicia a ação penal, com base nos elementos fornecidos pela investigação ocorrida no inquérito, e desde que se trate de ação penal pública, isto é, que não precise da iniciativa da vítima para ser proposta (arts. 37 e 74 do Código do Processo Criminal do Império; art. 24 do Código de Processo Penal atual; art. 129 da atual Constituição Federal). A *queixa* é a forma pela qual o ofendido ou seu representante legal dá início à ação penal, nas ações penais privadas, que são movimentadas por ele (art. 72 do Código do Processo Criminal do Império; arts. 24 e 30 do Código de Processo Penal atual). No sistema atual, a vítima pode, no caso de ação penal pública em que não haja iniciativa do Ministério Público para a propositura da ação, iniciar essa ação (art. 29 do Código de Processo Penal).

³⁷ Nesse sentido, vide, por exemplo, o art. 13, § 3.º (“Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão”) e o art. 36 (“A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a

Porém, para o estudo linguístico histórico, tanta ênfase na forma escrita pode ser um indício de que o depoimento constitua uma fonte bastante segura para aferir dados linguísticos. Nele, o oral precede o escrito, e certas circunstâncias podem ter influência sobre o texto resultante da transcrição – no caso, o confronto entre a pressa para registrar tudo o que está sendo dito e as exigências do sistema processual com relação a esse registro, sobre as quais discorreremos no item anterior.

Cuida-se agora de saber se a pressa e as exigências processuais induziriam o escrivão a transcrever literalmente o que era dito pelas testemunhas, ou se haveria uma simples mudança de variantes dentre as que eram utilizadas pelo próprio escrivão. Para verificarmos tal fato, poderíamos tomar como exemplo os depoimentos prestados por italianos.

Silveira Bueno (1953), em estudo que talvez careça ainda de maior embasamento linguístico, elenca algumas particularidades da fala em São Paulo no início do século XX, em função da grande quantidade de italianos que chega à capital. Além do vocabulário próprio (e razoavelmente conhecido do paulistano), chama a atenção para morfologia e para sintaxe peculiares:

(i) o emprego da preposição conforme o uso do italiano, como, por exemplo, *de* em lugar de *para* (“Antônio foi *do* médico”), e a sua inclusão em verbos que não as pedem, como *ser* (“somos *em* três”),³⁸

(ii) o uso do pronome *se* como complemento indireto (“*me* fiz mal no dedo”);

(iii) a formação invariavelmente analítica do aumentativo e do diminutivo (*mais grande, mais pequeno* etc.).

Na documentação analisada que envolvia italianos, não pudemos localizar evidências desse uso, ou de outras marcas, de forma que não se pode dizer que o escrivão tenha reproduzido literalmente a fala das testemunhas italianas.

sentença referir, no essencial, os informe trazidos nos depoimentos”), ambos da Lei 9.099/95. Mas tais dispositivos não são a regra no processo nacional.

³⁸ Os exemplos entre parênteses são de Silveira Bueno.

Há ainda um caso em que a testemunha é uma mulher polonesa. O polonês é língua de sujeito nulo (cf. Conceição, 2006); seria de se esperar que a mulher falasse português como L2 e que, nas suas tentativas de incorporar a língua do Brasil, tenha utilizado estruturas de sua própria língua.

Mas será que o depoimento não poderia ter traços da fala, do registro coloquial do escrivão? O hábito de atender às convenções de escrita poderia fazer com que o escrivão as utilizasse, vez ou outra; mas nada impede que o escrivão, em razão da pressa, possa simplesmente fazer um *switch* rápido para a forma coloquial, mais facilmente internalizada por ser razoavelmente comum no dia a dia.

É importante lembrar que o escrivão, em praticamente todos os documentos que compõem o nosso *corpus*, escreve *à mão*, o que lhe dava ainda menos tempo para pensar quando está a transcrever aquilo que chamamos *depoimento propriamente dito*. Mas o único grupo de documentos escritos à máquina é muito extenso, com alguns erros de datilografia, o que demonstra que o escrivão, nesse caso, também teve de escrever com muita pressa e sem muito tempo para avaliar o que estava sendo escrito.

Com base nesses documentos, nota-se que o escrivão - de acordo com as regras da boa estilística - tem o cuidado de elaborar o texto quando tem tempo para fazê-lo, bem como amolda as fórmulas usuais e tidas como eruditas ao parâmetro do sujeito nulo.

Ressalte-se, por fim, que somos levados a outros meios de investigação e prova da língua falada na época estudada em razão da insuficiência dos meios então disponíveis. Não havia gravadores de voz, e não parecia haver outros meios de registro da fala a não ser os diálogos de romances e peças de teatro, que, na verdade, constituem escritos que precedem à fala – logo, podem imputar à fala características próprias da escrita.

As peças de teatro – *corpus* que fundamentou o trabalho de Duarte (1993) –, em nossa opinião, não se encaixam à perfeição nessa condição representativa da língua falada, pois são *escritas* antes de serem *faladas*; a própria autora aponta que, ao verificar uma gravação da peça mais recente, datada de 1992, o índice de preenchimento do sujeito aumentou muito, em especial na terceira pessoa (p. 121).

Em nossa pesquisa, portanto, deparamo-nos com o mesmo problema apontado por Burke (1992, p. 337) quanto à insuficiência descritiva “do que realmente aconteceu” na história, o que obriga o historiador a encontrar novas formas narrativas³⁹ que supram essa falha. Em nosso caso, embora não trabalhemos com fatos históricos tradicionais (acontecimentos, batalhas etc.), lidamos com a verificação do que era língua falada no cotidiano do final do século XIX e início do século XX, o que não deixa de ser uma verificação histórica.

E, tendo em vista que pretendemos reconstituir a fala desse período, verificamos que as “narrativas” tradicionalmente utilizadas por outros estudiosos, relativamente ao mesmo fenômeno aqui estudado, mostraram-se insuficientes para tanto, em razão da possível imputação de características da escrita à fala, como já mencionado.

Mas, por todos os elementos antes apontados – a exigência de veracidade, a necessária atenção ao que é dito, o acompanhamento da fala da testemunha e a consequente pressa –, defendemos que o depoimento judicial tem toda a condição de servir como um *registro que traz traços da língua oral* falada pelo paulistano tradicional,⁴⁰ sendo, pois, uma forma diferenciada de registro da língua, em nosso esforço para verificar o estatuto dos fenômenos linguísticos no período estudado.

³⁹ Neste artigo, Burke trata da adoção de tipologias textuais distintas da narração para a descrição de fatos históricos. Todavia, essa referência é, de certa forma, também útil a nós, no sentido de que o documento que compõe o *corpus* de um estudo linguístico diacrônico também é um estilo de registro de um fato histórico, qual seja a língua da época.

⁴⁰ Esta expressão foi extraída de Campos (2004), e já a mencionamos no capítulo 3. Ela serve como referência àquele paulista descendente de bandeirantes, que era minoria absoluta em termos populacionais, mas que, ao mesmo tempo, constituía a elite da sociedade da época. Vale lembrar ainda que, pelo simples fato de saber escrever, o escrivão era uma *avis rara* numa sociedade em que a educação era privilégio de poucos. Era também o usuário e propagador das regras da norma culta – quando não estava, como no caso do nosso *corpus*, premido pela pressa e pela rigorosa atenção aos fatos, como quando transcrevia os depoimentos.

4.1.4 Sujeito nulo e estilística no período analisado. O padrão de escrita do *escrivão*

E interessante notar que o sujeito preenchido não era, porém, bem visto. Era considerado um fato à parte, estranho pelos cultores da norma padrão da época – o que reforça o caráter de coloquialidade/vulgaridade dessa estrutura de preenchimento, caso ocorresse. Veja-se a opinião de José Oiticica, mais detidamente com relação ao preenchimento com pronomes, considerando a prática *galicismo*:⁴¹

“Eis aqui os galicismos de sintaxe mais comuns:

1.º - abuso dos pronomes pessoais subjectivos; ex.: *Eu* saí apressadamente pela porta do quintal; *eu* abri a cancela do fundo e, dentro em pouco, *eu* me achava perto do riacho” (Oiticica, 1944, p. 18).

Pouco antes desse trecho, o autor critica de forma ferina os galicismos de sintaxe, dentre os quais, como vimos, se encontra o preenchimento do sujeito:

“O verdadeiro mal, êsse grave, está nos galicismos de sintaxe, por nocivos à riqueza e à ao carácter mesmo da nossa língua, mais opulenta, maleável e original, nos modos de dizer, que a francesa” (Oiticica, *idem, ibidem*).

A título de curiosidade e com o afã de encontrar galicismos, até Camões, um dos autores indiscutivelmente clássicos da língua portuguesa, é atacado. Vejamos a seguinte crítica de Ruy Barbosa a versos de Camões, nos quais se verifica o preenchimento do sujeito:

“Da reiteração do pronome pessoal, *ordinariamente indigitada como francesismo*, aqui temos característico exemplo:

‘Elle quebra as cerejeiras,
Elle vendima as parreiras,
E não sei que faz das uvas.

⁴¹ Interessante a classificação do preenchimento do sujeito como galicismo e não como anglicismo, visto que tanto o inglês como o francês são línguas que não admitem o parâmetro do sujeito nulo, e o mesmo autor fala da importância das importações da língua inglesa, feitas inclusive pelo francês (Oiticica, 1944, p. 14). Na realidade, o que ocorre é uma falsa defesa da língua, pela crítica à cultura da qual o Brasil mais importava referências.

Elle não vae a lavrada,
Elle todo o dia come,
Elle toda a noute dorme,
Elle não faz nunca nada’ (I, p. 171)” (Barbosa, 1904, n. 457 – grifos
nossos)

É bom lembrar que o escrivão, como profissional da pena, deveria conhecer a fundo tanto gramática como bons estilistas da língua. Porém, na situação de pressa em que se encontrava, não teria condições de fazê-lo, deixando de lado as convenções em favor da atenção aos preceitos legais que regulamentavam o depoimento.

Sendo um “official de penna, que ganha a vida com as pontas dos dedos” (Bluteau, 1708, v. 3, p. 228), um “oficial público, encarregado de escrever os documentos legais, autos, atas e mais termos dos processos, junto a diversas autoridades” (Freire, s/d, v. 3), presume-se que o escrivão necessite de um conhecimento mínimo da linguagem culta.

Evidentemente, como se pode depreender das definições acima, saber escrever era (e ainda é) relevante para a atividade de escrivão. Os concursos públicos para o provimento das vagas de funcionário do Poder Judiciário exigem o bom conhecimento do vernáculo. E a exigência não é apenas de hoje: as Ordenações Filipinas (Livro I, Título LVIII, edição comentada de Almeida, 1870, p. 103) previam a pena de suspensão para o escrivão que não soubesse escrever.

“3. Outrosi terá cuidado de saber, que Tabeliães ha em cada Villa e Julgado de sua correição, e se sabem fazer bem seu Officio, e se usam delle como devem. E achando que algum por seu máo ler e screver, ou outra inhabilidade, não he sificiente para servir o tal Officio, o suspenda delle, e lhe assine termo, a que appareça perante os Desembargadores do Paço, aos quaes enviará dizer seus defeitos, e a causa, porque o suspendeu, para elles o examinarem, e proverem nisso como for direito”.

É natural concluir que um profissional da escrita ligado ao serviço público tenha de obedecer à norma culta da época em seu trabalho. Como vimos anteriormente, a necessidade de uso de boa linguagem fazia com que houvesse

mesmo fórmulas prontas que forçavam o uso de parâmetros da linguagem considerada culta à época. E onde se encaixa nosso escrivão, o artífice da documentação aqui debatida? O simples fato de saber escrever, no período que estudamos, é um indício de que ele fazia parte de um seleto grupo que teve a oportunidade de frequentar a escola.

Diga-se ainda que, em fins do século XIX e começo do século XX, o ensino público em São Paulo era moldado junto ao padrão da Escola Normal, cujos professores e diretores provinham da Faculdade de Direito do Largo São Francisco – instituição em que se reproduziam e se impunham os costumes e cultura da elite (ver, a esse respeito, Ribeiro, 2011, pp. 110-111). Ou seja, para a escrita, o escrivão deveria se moldar por esses parâmetros.

Mas tais parâmetros exigiam extrema atenção do escrivão, visto que não se trata da língua coloquial, mais facilmente internalizada. E, em razão do quanto expusemos nos itens anteriores, as situações de exceção nas quais se via inserido o escrivão durante a transcrição de um depoimento ou testemunho poderiam fazer com que deixasse vir à tona a linguagem do dia a dia.

5. Sujeito nulo na história do português de São Paulo: verificação dos fatos

Este capítulo pretende contribuir para a apuração do estatuto do sujeito nulo no português do Brasil (doravante PB) em orações subordinadas no período compreendido entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, com base no *corpus* específico já apresentado nos itens anteriores.

Considerando o *status* especial que defendemos para nosso *corpus*, sobre o que discorreremos nos itens anteriores, propomo-nos a analisar os dados dele extraídos com outros trabalhos que tratam da evolução diacrônica desse mesmo parâmetro, para verificar se há semelhanças ou diferenças relevantes.

5.1 O sujeito nulo no português do Brasil

A partir de sua teoria de princípios e parâmetros, Chomsky (1988, p. 240) postulou a existência do Parâmetro do Sujeito Nulo ou *pro-drop parameter*, segundo o qual determinadas línguas permitiriam sujeito foneticamente nulo em frases finitas – as chamadas línguas de sujeito nulo, ou *pro-drop*. Segundo Chomsky, as línguas que admitem o Parâmetro do Sujeito Nulo teriam as seguintes características:

- “(i) missing subject
- (ii) free inversion in simple sentences
- (iii) ‘long *wh*-movement’ of subject
- (iv) empty resumptive pronouns in embedded clause
- (v) apparent violations of the *[*that-t*] filter”⁴²

Ainda segundo o mesmo autor, as línguas que não observam esse parâmetro não possuem nenhuma dessas características.

Como é sabido, as línguas românicas, de modo geral, seguem o Parâmetro do Sujeito Nulo, tendo em vista a influência do latim, que tinha a morfologia de pessoa marcada na desinência do verbo, o que permitia a omissão do sujeito. As exceções

⁴² Tradução livre: “(i) sujeito oculto; (ii) inversão livre nas sentenças simples; (iii) longo movimento *qu* do sujeito; (iv) pronomes remissivos vazios em sentenças encaixadas; (v) violações aparentes do filtro *[*that-t*]”.

são o francês – hipótese estudada inicialmente por Kayne (1969) – e o romanche suíço (citado por Kaiser, 2009).

Nosso estudo tem como base o português do Brasil, mais especificamente o português falado em São Paulo – e no português, assim como no latim, a rigor a flexão verbal é orientada em dois sentidos: (i) o sujeito do verbo, por meio da desinência pessoal, e (ii) características que acompanham a significação intrínseca da forma verbal (aspecto, tempo e modo).

O português herdou, portanto, do latim a relação direta entre verbo e sujeito, a qual, como é sabido, fica marcada em desinência verbal específica da pessoa.⁴³ Em razão disso, a tendência dessa língua é demarcar o sujeito por meio da desinência verbal, sem obrigatoriedade de expressão do sujeito.

Mas já ficou comprovado por diversos estudos – dentre os quais os mais conhecidos são os de Duarte (1993 e 1995) – que o PB tende a desconsiderar essa obrigatoriedade, fazendo com que deixasse, aos poucos, de observar o Parâmetro do Sujeito Nulo e a utilizar pronomes nas situações em que se esperaria o sujeito nulo. Mas não ficou comprovado que essa inobservância seja *total*, tal qual ocorre com o francês e o inglês, exemplos dados por Chomsky de línguas que não possuem nenhuma das características de línguas de sujeito nulo por ele elencadas.

Essa perda progressiva comprovaria que o PB está se tornando uma língua de *sujeito nulo parcial*, isto é, que restringe as possibilidades de aplicação do Parâmetro do Sujeito Nulo, sem, no entanto, rejeitá-lo de todo.

5.2 As estruturas com encadeamento de subordinadas

Nosso trabalho pretende demonstrar o comportamento do sujeito nulo no português no Brasil, em situações de terceira pessoa, com ênfase nas orações

⁴³ Mattoso Câmara bem demonstra a intensidade da relação sujeito-verbo em português e latim, ao afirmar que nessas línguas, bem como nas línguas indoeuropeias em geral, “a visão linguística é a de um mundo de seres a que tudo que se passa é necessariamente reportado” (1979, p. 125): os fatos do mundo estão sempre vinculados a uma pessoa do discurso, que participa daqueles ou deve deles ter conhecimento.

subordinadas, no período especificado e levando em consideração as características específicas de nosso *corpus*.

Justificamos nossa escolha. Tem sido normalmente aceito que, em casos envolvendo terceira pessoa, o PB admite o sujeito nulo, nas seguintes situações relacionadas por Holmberg e Sheehan (2010, p. 125):

1. o sujeito não temático é nulo (e indicado pelas categorias de pessoa e tempo);
2. em situações genéricas, que não requerem individualização;
3. quando o sujeito é controlado por um argumento em uma frase superior.

O foco de nosso trabalho está no item 3, e daí nosso interesse nas orações subordinadas. Mais especificamente, o estudo será focado em uma estrutura muito particular dos depoimentos judiciais, impregnada nos usos e costumes judiciários, a qual denominamos *encadeamento de subordinadas*.

Como o depoimento consiste em uma reprodução da fala de outra pessoa (de forma a registrar os fatos que são de conhecimento dela e que interessam ao processo), mas que muda a referência – da primeira para a terceira pessoa –, os encadeamentos têm foco na terceira pessoa. A relevância do fato está em que a terceira pessoa, ligada a sujeito correferente (isto é, a um sujeito presente em orações vinculadas entre si), é considerada um condicionamento importante à preservação do sujeito nulo (Duarte, 1995, p. 64).

No item 4.1, demonstramos a forma pela qual se estruturava o depoimento judicial: as respostas dadas às diferentes perguntas eram separadas entre si por ponto-e-vírgula e pelo conectivo *que*. A sequência das respostas, assim estruturada, é o encadeamento de subordinadas a que nos propusemos estudar.

Todas essas respostas estão na forma de orações subordinadas substantivas objetivas, ligadas a uma sentença principal que é imediatamente anterior à primeira frase da sequência, a qual se inicia por *que*, mas é precedida de dois-pontos.

Vide, a título de exemplo, a estrutura abaixo:

[1946] “[...] compareceu

JOSÉ PEIRÓ [...]

sabendo ler e escrever e declarou:

que reside em Araraquara, onde é estabelecido com uma pequena comercial, sendo pae de oito filhos e dentre estes tinha a menor de nome Angelina; que Angelina estava com dezessete anos e estava trabalhando com outras irmãs na Fabrica de Meias Lupo; que a Fabrica Lupo, todos os anos, dá férias coletivas aos seus empregados [...]” (grifos nossos)

No caso, pressupõe-se que “José Peiró” é o sujeito de todas as frases encadeadas que não tenham sujeito expreso, na sequência que se inicia após os dois-pontos. A oração “compareceu José Peiró [...] sabendo ler e escrever e declarou” é a oração à qual estão ligadas as subordinadas encadeadas.

A título de curiosidade, vale ressaltar que esse tipo de estrutura ainda se perpetua nos dias de hoje:⁴⁴

[2006] “[...] *que* na data e horário dos fatos, deslocava-se de Campo Grande a Dourados, na BR 163, próximo a cidade de Nova Alvorada, percebeu que um caminhão furgão que estava a frente de seu veículo começou a fazer ziguezague, acreditando que o condutor do veículo deveria estar com algum problema; *que* dois carros tentaram ultrapassar o caminhão e um deles, após invadir o acostamento da faixa contrária, conseguiu ultrapassar o caminhão; *que* o caminhão a que se referiu tinha cor branca; *que* quando o caminhão furgão adentrou num aclive da pista, acabou invadindo a pista contrária e quando o motorista percebeu que na outra pista vinha uma carreta, tentou voltar com o furgão, mas não teve tempo hábil e a carreta acabou atingindo o furgão na lateral esquerda; *que* na referida subida a faixa de rolamento era contínua, sendo impossível qualquer tipo de ultrapassagem na pista contrária; *que* não havia nenhum veículo trafegando na frente do caminhão furgão; [...] *que* viu o acidente

⁴⁴ Os depoimentos citados neste item foram extraídos de decisões do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as quais podem ser localizadas pelo *site* <www.tj.sp.gov.br>, por meio da busca de jurisprudência (= conjunto das decisões e interpretações das leis feitas pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato – cf. *Dicionário Houaiss*, verbete “jurisprudência”, p. 1140).

acontecer [...]; *que* o ponto de colisão entre os caminhão foi na pista contrária a que seguia o furgão” (Depoimento de Elio Fernando da Silva Cardoso, tomado em 2006. Extraído do acórdão⁴⁵ da Apelação Cível 18872-61.2006.8.26.0161, julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 29.6.2011).

O Poder Judiciário, como é sabido, é instituição muito conservadora. Sendo assim, é de se esperar que esse modelo de escrita se perpetuasse até os dias atuais.

5.2.1 Seleção dos dados

Os dados foram selecionados com base nos seguintes parâmetros:

1. Separamos os depoimentos prestados em inquéritos policiais daqueles prestados em ações judiciais. Essa providência é relevante, visto que o depoimento em inquérito é prestado de forma mais apressada, tendo em vista a ansiedade pela colheita rápida de provas, o cumprimento dos prazos específicos e o risco de desaparecimento da testemunha ou dos vestígios de prova – o que pode conferir ao inquérito maior informalidade. O inquérito é visivelmente mais direcionado para a colheita de provas,⁴⁶ de forma a apurar o crime e descobrir seu autor (Nucci, 2005, p. 121), e os depoimentos dele constantes são colhidos por autoridade policial, sem a mesma formalidade de quando se está em audiência, na presença de um juiz de direito.

Se houver diferença estatística relevante entre os depoimentos decorrentes de inquéritos e processos, então seria cabível dizer que o inquérito, justamente em razão da sua maior informalidade, tende a representar de forma mais fidedigna a oralidade;

⁴⁵ Documento pelo qual o Tribunal expõe as razões pelas quais aceita ou não um recurso. Sintetiza a conclusão tomada por três ou cinco juízes, conforme o caso, sendo que um juiz (“relator”) fica responsável pela redação dessa decisão. Caso esse juiz queira fazer menção aos depoimentos de testemunhas, deverá transcrevê-los literalmente, a fim de que fique assegurado de que eles efetivamente sustentam seu argumento.

⁴⁶ V., a título de exemplo, os arts. 6.º e 13 (rol de providências que a autoridade policial deverá tomar quando tiver conhecimento de uma infração penal) e o art. 10 (prazos específicos para a finalização do inquérito policial), todos do Código de Processo Penal atualmente em vigor.

2. Seleccionamos ocorrências dentro do depoimento propriamente dito, fora da parte ritualística ou padronizada;⁴⁷

3. Nesse contexto, seleccionamos situações de encadeamento de subordinadas.

Com base nesses parâmetros iniciais por nós fixados, obtivemos o percentual de ocorrência dessas estruturas no *corpus* que baseou este trabalho:

<i>Ano do processo</i>	<i>Total de subordinadas</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas</i>
1878	44 (100%)	18 (36%)
1928	109 (100%)	48 (43%)

Tabela 1: Ocorrência das subordinadas encadeadas em depoimentos prestados em processos.

<i>Ano do inquérito</i>	<i>Total de subordinadas</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas</i>
1908	28 (100%)	19 (64%)
1914	14 (100%)	9 (64%)
1946/1947	193 (100%)	89 (46%)

Tabela 2: Ocorrência das subordinadas encadeadas em depoimentos prestados em inquéritos policiais.

Estas estatísticas mostram como os encadeamentos de subordinadas “dominam” os depoimentos e testemunhos, o quanto são relevantes na sua composição.

Os dados demonstram ainda que o encadeamento é mais frequente nos inquéritos do que nos processos, mas isso se justifica pela própria natureza investigativa do inquérito, em contraponto àquela própria do processo; no processo,

⁴⁷ Tratamos dessa parte “ritualística ou padronizada” quando expusemos nossa hipótese de que os depoimentos servem como demonstração da língua falada (item 4.1.3).

as perguntas ficam a cargo dos advogados das partes, que intentam comprovar suas alegações e não comprovar a verdade dos fatos.⁴⁸⁻⁴⁹

Ressalte-se que as estatísticas para o sujeito nulo e para o sujeito preenchido, no encadeamento de subordinadas, tomam por base apenas os casos nos quais o sujeito da subordinada coincide com o sujeito da sentença matriz. Caso isso não ocorra em determinado levantamento de dados por nós efetuado, o fato será informado. Os dados relacionados a subordinadas com sujeito distinto do da principal serão mencionados à parte, caso seja necessário citá-los.

5.3 Encadeamento de subordinadas e sujeito nulo

Como dito anteriormente, o encadeamento de subordinadas pressupõe uma oração principal única para todas elas. O sujeito dessa oração principal pode ser ou não o sujeito da subordinada. Interessam-nos, para fins de estudo do sujeito nulo, os casos nos quais o sujeito da subordinada coincida com o sujeito da principal.

Nas línguas que atendem ao parâmetro do sujeito nulo, a tendência é que a existência de um sujeito na oração principal faça com que o sujeito da subordinada não seja expresso; nessas línguas, pressupõe-se que o sujeito da subordinada seja o mesmo da principal.

Roberts (2007, pp. 27-28) informa, citando exemplos do italiano e do grego, que as línguas de sujeito nulo não pressupõem que o sujeito expresso (*overt*) da

⁴⁸ Não encontramos nenhuma referência explícita no sentido de que as respostas às perguntas, nos depoimentos, deveriam ser transcritas por meio do encadeamento de subordinadas. Parece tratar-se mais de um costume do que uma regra. Encontramos depoimentos, tanto antigos (p. ex., um grupo datado de 1888) como modernos (exemplo datado de 2011), nos quais se faz a descrição dos fatos por meio de *narrativa*. Mas tais depoimentos são a exceção e não a regra.

⁴⁹ O inquérito, pela sua natureza investigativa, procura colher fatos, e, de forma que o entendimento do juiz possa ser bem guiado, deve se ater o mais possível à verdade do que realmente ocorreu. Daí talvez a maior frequência do encadeamento nesses casos. Em processo civil, não se procura encontrar a verdade absoluta; a parte não precisa dizer a verdade absoluta, mas fundamentar suas alegações em fatos que efetivamente tenham ocorrido (v., em Nery Junior e Nery, 2010, p. 220, comentário sobre a verdade dos fatos no processo civil).

subordinada adverbial seja o mesmo da oração principal, não se verificando, pois, nessas línguas a ambiguidade que o não preenchimento causaria em línguas como o inglês e o francês, que não admitem o parâmetro do sujeito nulo. O mesmo autor também conclui que esse efeito se observa nas *complement clauses* (as quais parecem aproximadas às subordinadas substantivas), embora com a possibilidade, ainda que mínima, de se admitir a interpretação de que o sujeito da subordinada seja distinto do sujeito da principal.⁵⁰

De qualquer forma, o fato é que as línguas de sujeito nulo tendem a não preencher o sujeito nas subordinadas.

5.4 Encadeamento de subordinadas e frequência do sujeito nulo

O português do Brasil, contudo, como é sabido, apresenta historicamente um decréscimo na ocorrência de sujeitos nulos. Duarte (1993), em conhecido estudo, apurou os seguintes percentuais de ocorrência de sujeitos nulos no português do Brasil, ao longo do período compreendido entre 1845 e 1992, conforme a pessoa.

Tabela 3: percentual de ocorrência de sujeitos nulos em cada uma das pessoas do discurso, segundo Duarte (1993). A forma de apresentação do gráfico é a que consta de citação do mesmo trabalho da autora em sua tese de doutorado (1995).

⁵⁰ A possibilidade, segundo o mesmo autor, de que o sujeito expresso da subordinada seja o mesmo da principal, nas línguas de sujeito nulo, ocorreria caso se pretendesse enfatizar ou reforçar o pronome na subordinada (Roberts, 2007, p. 27), o que não parece ser o caso do nosso *corpus*.

A confrontação desses dados com os que podem ser extraídos do nosso *corpus* é interessante, como uma verificação preliminar do comportamento do parâmetro do sujeito nulo no material de que dispomos. É importante ressaltar, todavia, que a autora considera todas as possibilidades sintáticas e não apenas as relações de subordinação. Por essa razão, a utilização dos dados por ela levantados tem em vista apenas encontrar um norte ou referência, que permita seja melhor visualizado o material de que dispomos e forneça pistas sobre o comportamento do sujeito nulo nesse mesmo material.

Nosso *corpus*, na parte que nos interessa – o encadeamento de subordinadas – se utiliza apenas da terceira pessoa. Os dados do gráfico de Duarte (tabela 3) mostram que a terceira pessoa parece ser um tanto quanto resistente ao preenchimento do sujeito, em termos diacrônicos. E eventual discrepância entre tais dados e os que forem coletados em nosso *corpus* sem dúvida chamarão nossa atenção.

Ainda, para fins de elaboração destas estatísticas, foram consideradas apenas as encadeadas que tinham o mesmo sujeito (nulo ou preenchido) da principal. Desconsideramos também as relações de coordenação e subordinação internas das próprias encadeadas – foram levadas em consideração as orações que começavam logo após o indicativo de início de uma nova encadeada (dois pontos + *que*):⁵¹

⁵¹ A leitura dos depoimentos e testemunhos, todavia, traz um dado que chama a atenção do estudioso do parâmetro do sujeito nulo. Em alguns casos, o preenchimento do sujeito é feito por uma expressão que tem valor de pronome – *elle depoente*, *elle testimunha* ou algo a isso aproximado. Esse tipo de expressão aparece na documentação de 1882, 1908 e 1928. Tal expressão lembra as hipóteses nas quais o preenchimento do sujeito é admitido em línguas de sujeito nulo nas orações subordinadas, servindo como forma de ênfase sobre o sujeito ou certificação sobre quem é, efetivamente, o sujeito da frase. O exemplo abaixo, do italiano, é citado por Roberts (2007, p. 27, citando Cardinaletti, 2003):

a. Mario ha detto che lui verrà domani.

[Mario disse que ele virá amanhã.]

b. Mario ha detto che solo lui verrà domani.

[Mario disse que só ele virá amanhã.]

c. Mario ha detto che lui e sua madre verranno domani.

[Mario disse que ele e sua mãe virão amanhã.]

<i>Ano</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas com o mesmo sujeito da principal</i>	<i>Percentual de ocorrência de sujeitos nulos nessas encadeadas</i>
1878	10	8 (80%)
1928	24	11 (45,8%)

Tabela 4: percentual de ocorrência de sujeitos nulos em encadeamentos nos processos judiciais.

<i>Ano</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas com o mesmo sujeito da principal</i>	<i>Percentual de ocorrência de sujeitos nulos nessas encadeadas</i>
1908	5	0
1914	4	0
1946/1947	57	11 (19,2%)

Tabela 5: percentual de ocorrência de sujeitos nulos em encadeamentos nos inquéritos policiais.

Confrontando os resultados aqui obtidos com o que consta do levantamento de Duarte, nota-se que a frequência de sujeito nulo no encadeamento de subordinadas é sempre *menor* do que o apontado pelos dados daquela autora – com exceção do único documento datado do século XIX:

Duarte (1993)	Nosso <i>corpus</i>
67% [1882]	80% [1878]
61% [1937]	45,8% [1928]

Tabela 6: contraste entre dados de Duarte (1993) e os dados colhidos de processos judiciais.

Duarte (1993)	Nosso <i>corpus</i>
66% [1918]	0 [1908]
66% [1918]	0 [1914]
59% [1955]	19,2% [1946/1947]

Tabela 7: contraste entre dados de Duarte (1993) e os dados colhidos de inquéritos policiais.

O sujeito nulo é mais frequente nos processos judiciais do que nos inquéritos policiais, o que reforça o caráter mais formal do processo. O processo de 1878, aliás,

Em nosso *corpus*, é interessante notar que as expressões pronominais acima citadas comportam-se de forma ambígua – elas parecem servir tanto como formas de ênfase ou exclusão de ambiguidade (tal qual ocorre nas línguas de sujeito nulo e nos exemplos acima) quanto como sujeito, pura e simplesmente. E, tendo em vista essa ambiguidade, bem como o fato de que a discussão sobre ela pode exigir estudos semânticos e sintáticos que extrapolam os limites deste trabalho, optamos por desconsiderar tais expressões em nossos cálculos.

tem frequência de sujeitos nulos superior aos índices apontados por Duarte. Porém, é o único caso. No outro processo, de 1928, bem como em todos os inqueritos, os índices são *inferiores* aos apurados por aquela autora.

Mas é necessário ajuntar a esta análise três fatores relevantes que podem explicar a diferença na caracterização dos dados aqui apresentados.

O primeiro deles é o fato de que a própria Duarte não considera seus resultados absolutos, mas como indicadores de uma *tendência de uso* de cada época (Duarte, 1993, p. 108), o que se explica pela própria proposta de análise da autora, focada na variação propriamente dita.

Em segundo lugar, como já havíamos destacado anteriormente, a análise de Duarte leva em consideração todas as situações de preenchimento, enquanto este estudo considera apenas a vinculação de várias orações subordinadas a uma mesma sentença matriz. Talvez o ideal fosse analisar a proporção das relações de subordinação existentes no *corpus* daquela autora.

A título de comparação, podem interessar os dados apresentados pela mesma autora em outro trabalho (Duarte, 1995, p. 64), de proposta sincrônica e voltado para a fala dos dias de hoje, sobre a interferência da correferência em orações subordinadas para o preenchimento do sujeito:

<i>Faixa etária</i>	<i>Uso do sujeito nulo</i>
59-74 anos	62%
45-53 anos	45%
25-32 anos	30%
Total	46%

Tabela 8: frequência do sujeito nulo em orações subordinadas com sujeitos correferentes, para a terceira pessoa do discurso (adaptado de Duarte, 1995, p. 64).

Nosso trabalho não tem a intenção de analisar a influência de variáveis sociais sobre o fenômeno linguístico e, em razão disso, não analisaremos a influência do fator idade. Todavia, estes dados são interessantes pois indicam que existe uma tendência ao decréscimo da frequência do sujeito nulo com o passar do tempo, o que também é verificável em nossos dados, com a diferença de que o intervalo de tempo analisado supera uma geração.

Com relação aos dados que compõem nosso *corpus*, o altíssimo índice de preenchimento dentro das especificidades por nós estipuladas para este trabalho pressupõe que o total de estruturas que rejeitam o parâmetro do sujeito nulo seja, mesmo assim, *superior*, se excluíssemos as situações “prontas” que contam com modelos a serem seguidos pelo escrivão, e considerássemos também as relações de coordenação/subordinação internas das próprias encadeadas, que não constituem o escopo de análise deste trabalho. Segue exemplo desse tipo de relação:

[1947] “[...] *que o declarante_i* atendeu prontamente e foi a procura de José Peiró e uma vez no quarto *o declarante_i* recebeu a seguinte intimação ‘OU casar com Angelina ou morrer’; [...]”

Por fim, o encadeamento de subordinadas, na maioria dos depoimentos que compõem o *corpus* deste trabalho, por vezes forma estruturas muito grandes, que podem ter mais de uma lauda de extensão. Ou seja, a queda no uso do sujeito nulo poderia eventualmente ser justificada por esse tamanho do depoimento, que poderia induzir o escrivão a tentar minorar eventual problema semântico que pudesse ocorrer em razão da falta de relação direta com a oração principal.

A própria Duarte apurou, em seu estudo de 1993, uma tendência do PB a seguir um padrão do italiano, no qual o referente esperado (sujeito da predicação) força o uso do pronome nulo nas sentenças adjacentes, e o referente não esperado impõe o uso do sujeito expreso, embora o PB tendesse mesmo ao uso de sujeito nulo mesmo com referente não esperado. O preenchimento aumenta nos dados de 1955, em que, mesmo havendo referente esperado, começa a haver preenchimento, e nos casos de referente não esperado sempre ocorre preenchimento.

Todavia, encontramos exemplos de preenchimento do sujeito mesmo em situações de referente esperado em textos muito anteriores a 1955. Veja-se o exemplo abaixo, extraído de um processo judicial, supostamente mais formal e mais atento às regras de estilo:

[1928] “que o depoente_k pode dizer que os factos por elle_k narrados o foram em Abril do corrente anno; que após esses factos o depoente_k nada mais soube. [...]”⁵²

Ao mesmo tempo, encontramos ocorrências de sujeito nulo em subordinadas muito distantes da principal, mesmo depois de uma outra subordinada com sujeito diferente daquele da principal (ou seja, numa situação de referente não esperado):

[1928] “[...] respondeu a testemunha_i: [segue-se uma lauda de texto] que o serviço_k que levou mais tempo, foi o de collocar as calhas, na casa em construção; que *cv*_i não pode precisar quais os dias em que *cv*_i trabalhou na casa contigua á da residencia da querelada; [...]”

Mas, como dito anteriormente, esta primeira comparação visava tão somente dar pistas do comportamento do sujeito na nossa documentação. Não podemos concluir, à vista dos dados apresentados, que temos um comportamento diferenciado em ação. Nossas conclusões dependem de outros testes.

Antes disso, porém, faz-se necessário um esclarecimento sobre o fato de que estamos a falar de sujeito pronominal, quando, nos exemplos acima, vimos o sujeito da subordinada representado por outros termos não pronominais.

5.5 Um parêntese: a realização do sujeito pronominal

Já verificamos que o sujeito preenchido, a julgar por nosso *corpus*, era uma realidade no período ora analisado, restando apenas verificar se havia condicionamentos semelhantes aos que ocorrem nos dias de hoje. Apenas para fins metodológicos, entendemos necessário, todavia, expor uma característica do sujeito pronominal constante da documentação que analisamos, de forma que seja descrito o que foi considerado por nós como *sujeito pronominal*.

⁵² Em alguns casos, o sujeito da subordinada não é realizado de forma pronominal, *stricto sensu*, mas nosso estudo considerou tais ocorrências como sendo de sujeito pronominal, como se verá no próximo item.

Como anteriormente já foi mencionado, nas línguas que seguem o parâmetro do sujeito nulo, o uso de pronome na oração subordinada não significa que esse mesmo pronome se refira ao sujeito da oração matriz.

É certo que o português do Brasil tem gradualmente perdido essa característica, como demonstram os trabalhos de Duarte (1993, 1995). Em nossa língua, o pronome tem sido utilizado para se referir ao mesmo sujeito da oração principal.

Nosso *corpus*, na parte que interessa a este trabalho, é constituído por sentenças em terceira pessoa do singular. Mas há três situações distintas possíveis de representação de pessoa: o uso do pronome, o uso de um substantivo equivalente ao que foi utilizado para designar o sujeito da principal e o uso de uma expressão formada por um pronome e por um substantivo:⁵³⁻⁵⁴

[1878] “a testemunha_i disse

que não cv_i sabe quanto a autora tinha no Banco Mauá, [...]

que o que ella_i ouvio dizer pelo finado Cavalheiro [...]

[1908] “ahi compareceu Pietro de Maria_i, [...] e declarou o seguinte:

que Francisco Giordano_k [...] foi á Europa receber uma herança [...]

que, á vista deste facto, o declarante_i concordou [...]

[1928] “respondeu a testemunha_i

que cv_i é comerciante [...]

que elle depoente_i pessoalmente administrava suas obras [...]

Nota-se que nem sempre se usa um pronome sozinho, o que constituiria, a rigor, a realização do sujeito pronominal. Mas, se considerarmos o que expõe Benveniste (1995, pp. 282-283) sobre a condição da terceira pessoa como uma “não

⁵³ Não obstante cada sentença ter tido trechos omitidos, elas estão em sequência no depoimento, como se pode ver da íntegra dos textos, ao final.

⁵⁴ Sobre a utilização da expressão com valor de pronome para aferição da rejeição do parâmetro do sujeito nulo, vide nota de rodapé 51.

pessoa”, não ligada a uma das pessoas do discurso, não é de se estranhar que a função do pronome de terceira pessoa tenha sido exercida por outros termos. Afinal, ainda segundo Benveniste, a função desempenhada pelo pronome de terceira pessoa *pode ser cumprida por elementos de outras classes*, tendo em vista que se trata de função meramente *substitutiva*.

Ora, todos os depoimentos, na parte que interessa a este trabalho⁵⁵ (a descrição da fala das testemunhas e partes do processo), se utilizam da terceira pessoa, sendo possível ao escrivão ou escrevente substituir o termo designativo do sujeito por outro que tenha condições de cumprir a mesma função do pronome de terceira pessoa.

Em razão do exposto, a expressão “sujeito pronominal” deve ser interpretada levando em consideração a observação de Benveniste, ao longo deste trabalho, pois foi o parâmetro que levamos em consideração para avaliar o sujeito preenchido nas subordinadas.

5.6 Interferência de sentença antecedente sobre o preenchimento do sujeito nas encadeadas

Feita a observação no item anterior, retomamos a análise, de forma a encontrar explicações para os dados aparentemente discrepantes constantes de nosso *corpus*. Sabemos que o índice de preenchimento nas subordinadas encaixadas é muito alto, na maior parte da documentação analisada; havendo condicionamento, esse índice poderia ser creditado a isso.⁵⁶

Como já foi discutido anteriormente, não acreditamos que a justificativa esteja no fato de que as subordinadas estejam distantes da principal, visto que mesmo

⁵⁵ O escrivão ou escrevente, quando se utiliza das fórmulas convencionais para informar sua responsabilidade pelo trabalho de transcrição, escreve em primeira pessoa. Mas, como informado no início do trabalho, o que interessa a esta análise é o encadeamento de subordinadas que ocorre quando da transcrição das falas das testemunhas, que é feita em terceira pessoa.

⁵⁶ Para fins dessa análise, mais uma vez, consideraremos apenas as subordinadas encadeadas que possuem o mesmo sujeito da principal.

em casos de referente esperado existem subordinadas com sujeito preenchido, ao mesmo tempo em que existem subordinadas com sujeito nulo distantes da matriz.

Porém, podemos argumentar que os índices de preenchimento sejam altos em razão da presença de subordinadas encadeadas com sujeito diferente antecedendo as subordinadas nas quais localizamos o preenchimento, o que seria uma tentativa de justificar semanticamente a aparente rejeição ao parâmetro do sujeito nulo.

Analisando o *corpus*, pudemos encontrar algumas situações nas quais as ocorrências de sujeito preenchido são condicionadas pelas subordinadas antecedentes, nos percentuais a seguir. Consideramos “antecedentes” não apenas a encadeada imediatamente anterior, mas também sentenças inseridas em relações de coordenação ou subordinação dentro dessa encadeada anterior.

Deixamos de analisar os documentos extraídos do processo judicial de 1878, tendo em vista que seus índices de preenchimento são superiores aos indicados por Duarte (não há, portanto, estranhamento a ser analisado). Para o cômputo do total de sujeitos preenchidos, mais uma vez são levadas em consideração apenas as encadeadas com o mesmo sujeito da matriz e aquelas que não contêm expressão pronominal:

<i>Ano</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas com mesmo sujeito da principal</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos nessas encadeadas</i>	<i>Encadeadas com sujeito preenchido precedido de sentença com sujeito diferente</i>
1928	24	13/24 [54,1%]	4/13 [30%]

Tabela 9: interferência do sujeito diferente nos depoimentos oriundos de processos judiciais.

<i>Ano</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas com mesmo sujeito da principal</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos nessas encadeadas</i>	<i>Encadeadas com sujeito preenchido precedido de sentença com sujeito diferente</i>
1908	5	5/5 [100%]	1/5 [20%]
1914	4	4/4 [100%]	1/4 [25%]
1946/1947	57	46/57 [80,8%]	29/46 [63%]

Tabela 10: interferência do sujeito diferente nos depoimentos oriundos de inquéritos policiais.

Nota-se que apenas no último grupo de depoimentos (o inquérito de 1946/1947) há interferência relevante do sujeito da sentença imediatamente precedente. Nos demais, há similitude estatística no que diz respeito à interferência do sujeito da sentença anterior.

Como visto, a interferência do sujeito da sentença imediatamente precedente interfere – muito embora não o faça de forma contundente – no preenchimento do sujeito em nosso *corpus*. Todavia, seria possível que, considerando que os altos índices de preenchimento não podem ser total ou majoritariamente creditados a essa interferência, seria possível que a documentação analisada já contivesse sinais de que o português do Brasil estava adotando comportamentos que podemos observar nessa mesma língua hoje?

5.7 Interferência na realização do sujeito: as hipóteses de Barbosa, Duarte e Kato

Ainda com o intuito de verificar a interferência das sentenças do entorno sobre a realização do sujeito no português do Brasil, na época estudada, procederemos a uma análise que tomará como parâmetro estudo de Barbosa, Duarte e Kato (2005) que muito interessa a este trabalho, tendo em vista que se utiliza de entrevistas de jornais – registros orais que foram passados para o papel, tal qual o nosso *corpus*.

Esse estudo também é interessante para este trabalho pelo fato de que se utiliza de um *corpus* do início do século XXI; se houver similitude entre os dados apresentados por essas autoras e os dados que apuremos, então seria possível argumentar que as características do preenchimento do sujeito no PB que hoje são apresentadas como “modernas” já apareciam na língua falada de períodos anteriores na história.

Nesse estudo, ao analisar a realização pronominal do sujeito, as autoras verificaram se o sujeito da sentença antecedente interfere nessa situação, sendo admitidas quatro condições de análise:

- I. o antecedente do sujeito nulo é o sujeito da sentença matriz;
- II. o antecedente é o sujeito da sentença adjacente anterior;

III. o antecedente é o sujeito de uma sentença prévia e não adjacente;

IV. o antecedente está na sentença adjacente prévia, mas é funcionalmente distinto do sujeito nulo (p. 14).

Como nosso objeto de estudo é o encadeamento de subordinadas, vale recordar que estamos diante de várias sentenças ligadas a uma única sentença principal. E, do que se pode inferir das possibilidades indicadas acima, num primeiro momento parece que a única possível de ser verificada no contexto do encadeamento das subordinadas é a hipótese I. Porém, as encadeadas nem sempre têm o mesmo sujeito da principal e, além disso, pode ser que uma encadeada forme uma relação de coordenação ou subordinação própria, com uma outra oração que também pode ter sujeito diferente.

Mas levaremos em conta tão somente as encadeadas que tenham o mesmo sujeito da principal, tendo em vista que nossa intenção é verificar a atenção ao parâmetro do sujeito nulo com base na relação entre sentença matriz e sentença subordinada encadeada.

Note-se que não encontramos nenhuma ocorrência da hipótese III; os casos relacionados a um antecedente prévio não adjacente são todos vinculados à sentença matriz (o que configura a hipótese I).

Ainda, não consideraremos a influência de sentenças antecedentes à principal, que poderia ser eventualmente enquadrada numa das hipóteses supramencionadas. Isso se justifica pelo fato de que esta análise se restringe a verificar o sujeito nulo junto às subordinadas encadeadas, o que nos obriga a nos restringirmos ao pequeno “sistema” criado por cada um dos blocos de sentenças encadeadas.⁵⁷

Sendo assim, serão analisadas apenas as hipóteses I, II e IV.

Feitas essas observações, vejamos a situação descrita na hipótese I. Para essa hipótese, as autoras apuraram uma frequência de 22% para o sujeito *preenchido*.

⁵⁷ Há casos nos quais o sujeito da matriz é nulo por influência da oração que lhe antecede, mas, pelas razões expostas, optamos por não analisar esta situação.

Os dados a ela atinentes foram levantados quando analisamos a interferência da sentença antecedente – as estatísticas apresentadas na coluna do meio das tabelas contidas no item 5.6 dão conta dessa situação, mantida a exclusão do processo de 1878, tendo em vista que seu índice de preenchimento é muito alto e claramente não demonstra indícios de comportamento dito “moderno” da língua quanto ao parâmetro do sujeito nulo.

Consideramos que os dados ideais para comparação são aqueles do item 5.6, descontados dos dados referentes às encadeadas que sofrem interferência da sentença antecedente. Sendo assim, temos os seguintes valores:

<i>Ano</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas com mesmo sujeito da principal</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos nessas encadeadas</i>	<i>(–) Encadeadas com sujeito preenchido precedido de sentença com sujeito diferente</i>	<i>(=) Hipótese I</i>
1928	24	13/24 [54,1%]	4/13 [30%]	9/13 [60%]

Tabela 11: interferência do sujeito da principal sobre o preenchimento do sujeito da encadeada nos depoimentos oriundos de processos judiciais.

<i>Ano</i>	<i>Total de subordinadas encadeadas com mesmo sujeito da principal</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos nessas encadeadas</i>	<i>(–) Encadeadas com sujeito preenchido precedido de sentença com sujeito diferente</i>	<i>(=) Hipótese I</i>
1908	5	5/5 [100%]	1/5 [20%]	4/5 [70%]
1914	4	4/4 [100%]	1/4 [25%]	3/4 [75%]
1946/1947	57	46/57 [80,8%]	29/46 [63%]	17/46 [37%]

Tabela 12: interferência do sujeito da principal sobre o preenchimento do sujeito da encadeada nos depoimentos oriundos de inquéritos policiais.

É interessante notar que todos os processos apontam índices superiores aos apontados pelas autoras, sendo que o grupo de documentos de 1946/1947, que tinha alto índice de preenchimento motivado pela presença de sentença adjacente com sujeito diferente, se aproxima do percentual indicado pelo estudo usado como termo de comparação.

Para a hipótese II, as autoras do estudo que ora é tomado como base encontraram uma frequência de 42% para o sujeito preenchido. Em nosso *corpus*, encontramos os seguintes dados:⁵⁸

<i>Ano</i>	<i>Sentenças com mesmo sujeito da adjacente anterior</i>	<i>Total de sujeitos nulos nessas sentenças</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos nessas sentenças</i>
1878	2	0	2/2 [100%]
1928	14	6/14 [42%]	8/14 [58%]

Tabela 13: interferência do sujeito da sentença adjacente anterior nos depoimentos oriundos de processos judiciais.

<i>Ano</i>	<i>Sentenças com mesmo sujeito da adjacente anterior</i>	<i>Total de sujeitos nulos nessas sentenças</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos nessas sentenças</i>
1908	2	0	2/2 [100%]
1914	3	0	3/3 [100%]
1946/1947	25	9/25 [36%]	16/25 [64%]

Tabela 14: interferência do sujeito da sentença adjacente anterior nos depoimentos oriundos de inquéritos policiais.

Esta situação parece ser melhor visualizada nos depoimentos maiores, quais sejam os datados de 1928 e 1946/1947, talvez pela complexidade maior dos fatos narrados nesses documentos, que lhes confere maior frequência de situações como as que estudamos neste momento.⁵⁹

⁵⁸ Consideramos também adjacentes sentenças coordenadas e subordinadas dentro da sentença encadeada. Porém, não consideramos a relação de adjacência dentro da encadeada, isto é, entre sentenças coordenadas ou subordinadas dentro dela, mas apenas a influência da última sentença que compõe cada encadeada sobre a primeira da encadeada seguinte, que é a ligação direta com a sentença matriz. Por fim, tal qual na hipótese I, desconsideramos os casos nos quais o sujeito é expresso por meio de expressão pronominal. Todavia, como, neste caso, não estamos necessariamente estudando a ligação entre encadeada e matriz, não restringimos a análise às encadeadas que possuem o mesmo sujeito da matriz.

⁵⁹ Vale lembrar que a documentação de 1878 possui alto índice de utilização do sujeito nulo, motivo pelo qual os dados apresentados não nos parecem apresentar a relevância esperada.

Em razão disso, inclinamo-nos a considerar apenas os dados desses dois grupos; e nos dois casos o patamar indicado pelas autoras é altamente superado.

É preciso ressaltar, com relação a esses dois grupos de depoimentos, que a ocorrência do sujeito diferente na sentença adjacente antecedente em 1928 não é tão intensamente relevante como para 1946/1947; neste caso, o preenchimento depende em alto grau da sentença antecedente com sujeito diferente. Mas a força desse último grupo de documentos estaria em que ele serviria de demonstração do fato de que estava muito fraco o uso do sujeito nulo se a sentença adjacente antecedente tivesse o mesmo sujeito.

E, curiosamente, o estudo de Barbosa, Duarte e Kato – que levou em consideração registros de fala *modernos* – se aproxima mais de índices datados de 1928 do que dos de 1946/1947. Isso faz pensar na inevitável edição do texto pelos redatores dos jornais, que podem ter se utilizado, por razões de estilo, do sujeito nulo.

Por fim, vejamos o que foi possível apurar em relação à hipótese IV, para a qual as autoras apuraram o percentual de 57%. Em todos os casos o sujeito da encadeada coincide com o objeto da última sentença adjacente anterior.⁶⁰ Provavelmente também em vista da maior complexidade dos fatos narrados, encontramos ocorrências dessa hipótese apenas nos depoimentos de 1928 (processo judicial) e 1946/1947 (inquérito policial).

<i>Ano</i>	<i>Sentenças com coincidência de elemento contido na adjacente anterior</i>	<i>Total de sujeitos nulos</i>	<i>Total de sujeitos preenchidos</i>
1928	2	0	2/2 [100%]
1946/1947	6	0	6/6 [100%]

Tabela 15: interferência do sujeito da sentença adjacente anterior.

Neste caso, porém, em todas as situações existe independência entre a antecedente e a encadeada, o que não permite concluir de forma segura que haja

⁶⁰ O que, a julgar pelos exemplos fornecidos em seu estudo, parece ter sido também o que ocorreu com Barbosa, Duarte e Kato.

interferência da adjacente sobre a realização do sujeito (que poderia ser melhor analisada com base na hipótese I, que liga a encadeada à principal). Veja-se um exemplo:

[1947] “[...] foi para Santos a procura do declarante_k; *que o* declarante_k procurou a casa de uma família [...]”

5.8 *Mudança em curso?*

As análises levadas a efeito nos itens anteriores nos permitem as seguintes afirmações:

(i) nosso *corpus* apresenta situações de preenchimento para a terceira pessoa que não se explicam, pura e simplesmente, pela distância da encadeada para a principal ou pelas questões de acessibilidade entre pronome e sujeito da oração principal. Nota-se indícios de que as questões hoje discutidas relativamente ao parâmetro do sujeito nulo poderiam já ser passíveis de serem aplicadas no período estudado;

(ii) a reunião de todas as aferições estatísticas aqui levadas a efeito demonstra que há sinais de comportamento “moderno” no material por nós selecionado para estudo, especialmente em relação aos documentos de 1928 e se se atentar para o fato de que optamos por estudar uma situação na qual se considera ainda atuante o sujeito nulo no PB, bem como o de que não analisamos todas as hipóteses possíveis de subordinação contidas nos documentos;

(iii) as diferenças estatísticas entre processos e inquéritos só foram relevantes para a aferição da ocorrência do sujeito nulo; quando passamos ao estudo de situações específicas, representadas pela presença de sentença adjacente com sujeito diferente, bem como pelas hipóteses de Barbosa, Duarte e Kato, houve similitude de percentuais, o que demonstra certa homogeneidade de comportamento linguístico e reforça nossa argumentação no sentido de que o PB já contava com situações ditas “modernas” de preenchimento do sujeito em épocas muito mais recuadas no tempo.

À parte essas observações, o que também salta aos olhos, a partir da simples verificação das partes dos processos e inquéritos considerados, é o fato de que boa

parte do *corpus* escolhido decorre de depoimentos prestados por estrangeiros, *todos falantes de línguas que seguem o parâmetro do sujeito nulo*. Há uma mulher polonesa, muitos italianos e um espanhol – e os estrangeiros, especialmente os italianos, constituíam a maioria da população de São Paulo no início do século XX (ver capítulo 3).

Poder-se-ia supor, apenas a título de argumentação, que seria mais provável que o português de São Paulo continuasse a observar o parâmetro do sujeito nulo por influência e interferência dessa maciça presença estrangeira, sobre a qual já se discorreu no início deste trabalho.

O interesse na investigação aumenta se atentarmos para o fato de que, como vimos no capítulo 3, o paulistano cada vez mais se aproximava do europeu culturalmente, não só pelo contato com os estrangeiros mas também em razão das “novidades” trazidas pelos estudantes da terra que iam para a Europa. Se o estrangeirismo estava em voga, então seria plausível esperar que isso se estendesse também à língua.

Mas, apesar dessa influência europeia intensa, é bom lembrar que essa admiração era bastante relativa e seletiva; os migrantes estrangeiros que aqui chegavam eram vistos como gentilha, como gente “inferior”, rejeitada pela elite paulistana.

Isso justificaria o fato de que nosso português é muito “italianizado” em aspectos superficiais, como o léxico – o que, de certa forma, seria mesmo inevitável em razão da grande quantidade de italianos presente em São Paulo, como vimos –, mas sem adentrar aspectos mais profundos da língua, como a sintaxe. Veja-se, a respeito, conclusão de Ângela Rodrigues a respeito da fala dos migrantes nordestinos, os quais, em período posterior ao do nosso estudo, substituíram os italianos como “massa de trabalho”:

“A variedade de língua que utilizam, regional na origem, torna-se variedade social, símbolo de uma posição social inferior. Os migrantes vão constituir, com a população da capital e de regiões próximas a ela, pertencente ao mesmo estrato social, um extenso grupo de usuários de uma variedade popular ou não-padrão, estigmatizada, que se torna, ela mesma, um indicador da classe socioeconômica a que pertencem, pois

apresentam características relativamente permanentes, que não se alteram em função de diferentes situações de fala. *Traços típicos de fala do migrante, quer de natureza fonética, quer de natureza vocabular, tendem a ser abandonados*” (Rodrigues, 1987, pp. 80-81 – grifos nossos).

Esse tipo de comportamento linguístico apontado pela autora bem justifica a não prevalência do parâmetro do sujeito em São Paulo, se considerarmos exclusivamente a grande quantidade de imigrantes na cidade. Porém, tratamos da fala do imigrante, sem atentar para o que seria a fala da elite que o rejeita.

Em sua tese de doutorado, Helcius Pereira (2010) compara o uso do sujeito expresso em dois *corpora* distintos, datados do início do século XX: o primeiro, composto por cartas da família Mesquita, que passou a ser proprietária do jornal “O Estado de São Paulo” e cujas origens remontam à aristocracia cafeeira; e o segundo, composto por contos de Valdomiro Silveira, nos quais a proposta é reproduzir a fala do caipira.

O autor apurou que, a julgar pelo que consta dos *corpora* selecionados, o dialeto caipira, no início do século XX, já possuía um alto índice de preenchimento da posição do sujeito, e a fala da elite paulistana possuía, em duas gerações da família Mesquita, diferenças quanto aos percentuais de preenchimento (tais percentuais eram maiores na segunda geração).

Também se apurou um tratamento ambíguo prestado ao caipira, pela elite. Como já visto no capítulo 3 deste trabalho, São Paulo possuía, mesmo no século XX, mescla de vida rural e urbana. O trabalho de Pereira mostra que a elite, em algum momento, tem convívio com o caipira, ao menos em suas origens ou convivência, o que faz com que a ele seja prestada certa deferência; mas passa a tratá-lo de forma pejorativa com a progressiva urbanização e contato com a Europa.

Porém, o fato de ainda haver vida rural em São Paulo no período estudado, bem como o contato com o caipira, podem ter permitido que a elite absorvesse elementos da fala daquele, o que poderia ser uma explicação para os altos índices de preenchimento do sujeito contidos em nosso *corpus* em terceira pessoa.

Vale ressaltar que defendemos uma condição especial para nosso *corpus*, de servir como reprodução mais fiel da fala.

Lembramos também a condição específica do escrivão como representante de uma espécie de elite, que tinha acesso aos bancos escolares, submetidas a regras e modos de escrita tidos como mais corretos e cultos.

Sendo assim, se essa elite tendia ao preenchimento da posição do sujeito, esse comportamento seria disseminado, talvez, por um bom canal como o da escola. Como os próprios trabalhos de Duarte e Pereira permitem entrever, isso não deve ter ocorrido de forma rápida, especialmente se considerarmos que as regras de estilística tendiam a rejeitar o preenchimento do sujeito, como vimos anteriormente – mas, considerando os dados encontrados em nosso *corpus*, a mudança poderia já estar ocorrendo, mas de forma talvez lenta, como Duarte (1995) demonstrou ocorrer entre gerações distintas (períodos de tempo menores do que os abarcados em nosso trabalho).

De qualquer forma, nota-se que os dados por nós apresentados permitem verificar que, no período estudado, a mudança poderia já em curso. Não se pode afirmar peremptoriamente que a tendência massiva ao preenchimento do sujeito, no português do Brasil, é fenômeno recente. A questão é muito mais complexa. Mas é certo que o grande distanciamento verificado em relação à variante falada em Portugal já poderia estar em andamento – ou ao menos em desenvolvimento – há muito mais tempo do que se supunha.

6. Conclusão

O foco de nosso trabalho foi extremamente específico: analisou o *status* do sujeito nulo numa situação de subordinação particular que ocorria na documentação que compõe o nosso *corpus*.

Nossa intenção foi a de jogar luz sobre um tema que tem sido analisado quase que apenas sob aspectos puramente linguísticos, sem o apoio da história, da codicologia ou do direito – e, mais especificamente, sem um *corpus* que pode ser tão representativo da realidade quanto o nosso. E, nesse sentido, consideramos que nosso objetivo foi claramente cumprido.

Na realidade, ao final deste estudo, nos deparamos com mais dúvidas do que respostas. A existência, em nosso *corpus*, de comportamentos que, anteriormente, foram analisados apenas à luz de registros modernos, e que, na nossa aferição estatística, contaram com alto índice de preenchimento do sujeito (as hipóteses de Barbosa, Duarte e Kato) demonstra também que a rejeição do parâmetro do sujeito nulo pelo português do Brasil é ainda um grande campo aberto à investigação.

Ainda, o ponto de partida de nosso estudo levou em consideração uma situação específica do preenchimento do sujeito em terceira pessoa, aparentemente um bastião da presença do sujeito nulo no PB. Contradizer de forma tão contundente essa condição merece, sem dúvida, estudos mais aprofundados do que os desenvolvidos aqui.

O maior desafio para o investigador, ao estudar período tão recuado no tempo, é a falta de registros de voz, sobre o que já discorremos em item anterior. Porém, a similitude estatística relativa entre os dados que extraímos do nosso *corpus* ao longo deste trabalho permite concluir que, de fato, os depoimentos podem ser considerados fontes fidedignas de registro de oralidade, mais precisamente da oralidade do escrivão, condicionada e transmitida de acordo com a situação descrita nos itens 4.1.4 e 5.8.

Ora, se todos os documentos foram extraídos de processos e inquéritos distintos, que tramitaram em órgãos distintos e foram redigidos por escrivães distintos, e mesmo assim apresentaram tais similitudes, temos aí um sinal de que a

transcrição dos depoimentos realmente serve como um interessante apoio para os estudos linguísticos, o que corrobora os argumentos que dispendemos no item 4.1.3 para defender a relevância de tais documentos.

Evidentemente, de posse de documentação que estava submetida a todas as convenções de escrita, como ocorre com trabalhos literários e publicações jornalísticas – poucos sabiam escrever no século XIX, e os que sabiam respeitavam à risca os cânones respectivos –, não seria, de fato, possível apurar dados como os que levantamos.

Daí a relevância do fator documental. Os depoimentos, por todo o exposto, se mostraram diferenciados em relação a outros tipos de documentos e possibilitaram o “diagnóstico” a que chegamos. A perfeita exploração do que estava contido no depoimento exigiu, contudo, que adentrássemos a ciência do direito. Foi a nossa forma de fazer bom uso de maus dados, não interpretados como representação válida de oralidade até agora.

É preciso recordar, ainda, que estamos diante de documentação produzida por uma instituição altamente conservadora, o Poder Judiciário. Como pudemos verificar, o encadeamento de subordinadas é utilizado até hoje. O escrivão era submetido a modelos para estruturar os documentos que escrevia, nos quais o padrão era o uso do sujeito nulo. Se o sujeito preenchido saltava aos olhos já em fins do século XIX e início do século XX, mesmo em situações de alta formalidade, então podemos estar diante de uma situação em que a formalidade escrita não se equiparava à fala.

Portanto, ainda que existam muitas dúvidas a serem posteriormente sanadas, este trabalho se encerra com a certeza de que é possível explorar ainda mais a riqueza linguística contida no depoimento judicial, bem como de que o universo judiciário ainda tem muito a oferecer à linguística. E também de que a perfeita caracterização da perda do parâmetro do sujeito nulo pelo PB é questão que está distante de ser encerrada.

Referências bibliográficas

Monografias e artigos

ACIOLI, Vera Lúcia. *A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: Massangana, 1994.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Phillippino ou ordenações e leis do reino de Portugal*. 14. ed. segundo a 1.^a de 1603 e a 9.^a de Coimbra, de 1824. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1870.

ÁLVARES DE AZEVEDO, Manuel Antônio. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976 (Biblioteca Academia Paulista de Letras, v. 1).

AMARAL SANTOS, Moacyr. *Prova judiciária no cível e no comercial*. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 1972. v. III.

AMERICANO, Jorge. *Código de Processo Civil e Commercial do Estado de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1934. v. I.

ARAÚJO, Justino Magno. *O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através dos tempos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007. v. 1 (1874-1974).

AZEVEDO, Manoel Ubaldino de. *O centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo: relato de suas atividades, remontando à Relação Provincial (1873 a 1973)*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1974.

BANANÉRE, Juó. *La divina increnca*. São Paulo: Editor Folco Masucci, 1966.

BARBOSA, Ruy. Replicação do Senador Ruy Barbosa às defesas da redação do Projeto da Câmara dos Deputados. *Código Civil Brasileiro*. Trabalhos da Comissão Especial do Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. II.

BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; KATO, Mary Aizawa. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. 4:2 (2005) 11-52. Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6466/1/Barbosa%20Duar%20e%20Kato%20.pdf>>. Acesso em 22.05.2010.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Officina de Paschoal da Sylva, 1708.

BROTERO, Frederico de Barros. *Tribunal de Relação e Tribunal de Justiça de São Paulo sob o ponto de vista genealógico*: aditamentos a Silva Leme. São Paulo, [s. ed.], 1944.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e a história da narrativa. In: _____ (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria e Editora, 1979.

CÂMARA LEAL, Antonio Luiz da. *Do depoimento pessoal: teoria e pratica*. São Paulo: Saraiva, 1923 (Collecção Juridica da Livraria Academica, v. XI).

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. População e sociedade em São Paulo no século XIX. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – A cidade no império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 2.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CAPPELLETTI, Mauro. *Procédure orale et procédure écrite*. Rapport général présenté au VIIIe Congrès International de Droit Comparé, Section II-C-2. Milano: Giuffrè, 1970.

CARVALHO SANTOS, J. M. de (coord.). *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, s. d., v. 48.

- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. “Andiamo in ‘Merica”. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding: the Pisa lectures*. 5. ed. Dordrecht/Providence: Foris, 1988.
- CONCEIÇÃO, Sanir da. Aquisição de sentenças matrizes infinitivas no Português Brasileiro em uma criança de 20-24 meses. *DELTA*, n. 1, vol. 22, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 31.7.2011.
- CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil lusitano*. São Paulo/Coimbra: RT/Coimbra Editora, 2009.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese (Doutorado). Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- _____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- FERNANDES, Nathalia Reis. *Sujeito nulo parcial na variante culta do português do Brasil: contrastes entre escrita e fala*. Um exemplo do Poder Judiciário. Trabalho apresentado como requisito para a aprovação na disciplina Sintaxe Comparada na România Nova, ministrada pelo Prof. Francisco Ordóñez entre fevereiro e junho de 2010. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010 (mimeo).
- FREIRE, Laudelino de Oliveira. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 13. ed. com atualização e notas de Humberto Theodoro Junior. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

- HOLMBERG, Anders; SHEEHAN, Michelle. Control into finite clauses in partial null-subject languages. In: BIBERAUER, Theresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian; SHEEHAN, Michelle. *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. *Municípios e Distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: IGC, 1995.
- KAISER, Georg A. Losing the null subject. A contrastive study of (Brazilian) Portuguese and (Medieval) French. In: KAISER, G. A.; REMBERGER, E.-M. (eds.). *Proceedings of the workshop "Null subjects, expletives, and locatives in Romance"*. Arbeitspapier 123. Fachbereich Sprachwissenschaft, Universität Konstanz, 2009. Disponível em: <<http://ling.uni-konstanz.de/pages/publ/PDF/ap123.pdf>>. Acesso em 14.12.2011.
- KAYNE, Richard S. *The transformational cycle in French syntax*. Tese (Doutorado). Massachusetts Institute of Technology, 1969. Disponível em: <<http://www.ai.mit.edu/projects/dm/theses/kayne69.pdf>>. Acesso em 14.12.2011.
- JACINO, Renato. *O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo: 1872-1890*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.
- KATO, Mary Aizawa. Mudança de ordem e gramaticalização na evolução das estruturas de *foco* no Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 38 (1): 375-385, jan.-abr. 2009.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Principles of linguistic change*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.
- LEITE, Aureliano. *História da civilização paulista*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.
- MARTINS, Rodrigo. *Apa Bororé: subsídios à implantação – praticando geografia com a teoria dos geossistemas*. Trabalho de Graduação Individual (TGI). São

Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.

MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO LOBATO. “Cidades mortas”. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Marta Maria Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese (Livre-Docência). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*. 11. ed. São Paulo: RT, 2010.

_____; _____. *Constituição Federal comentada e legislação constitucional*. 2. ed. São Paulo: RT, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo e execução penal*. São Paulo: RT, 2005.

_____. *Provas no processo penal*. São Paulo: RT, 2009.

OITICICA, José. *Manual de estilo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944.

OLIVEIRA, Marilza de; KEWITZ, Verena. A representação do caipira na imprensa paulista do séc. XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *História do português paulista*. Campinas: IEL-Unicamp, 2009 (Série Estudos, v. 1).

PEREIRA, Helcius Batista. *A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX: uma análise em perspectiva gerativista trans-sistêmica*. Tese

- (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- PIMENTA BUENO, José. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 4. ed. anotada por Vicente Ferrer de Barros W. Araújo. Lisboa: A. M. Teixeira, 1910.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *São Paulo*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- RIBAS, Antonio Joaquim. *Consolidação das Leis do Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.
- RIBEIRO, Priscilla Barbosa. *A ordem de constituintes sentenciais no português paulista*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- ROBERTS, Ian. *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford, 2007.
- _____; HOLMBERG, Anders. Introduction: parameters in minimalist theory. In: *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. In: BIBERAUER, Theresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian; SHEEHAN, Michelle. *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.
- SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. 2. ed. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978 (Dimensões do Brasil, v. 11).
- SCANTIMBURGO, João de. *Paulistas: síntese da evolução social, política e econômica do povo paulista*. São Paulo: LTr, 2000.

SCHNEIDER, Marília. *Justiça e política na Primeira República: história do Tribunal de Justiça de São Paulo*. São Paulo: Singular, 2007.

SILVEIRA BUENO. Influências italianas na fala de São Paulo. *Jornal de Filologia*, ano I, vol. 1, n. 1, jul.-set. 1953.

TAUNAY, Alfredo de Escragno. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. vs. 2, 8 e 9.

Matérias jornalísticas

“Polacas” do Rio ganham nome em cemitério. *O Estado de São Paulo*, 18.5.2011. <www.estadao.com.br/noticias/impresso,polacas-do-rio-ganham-nome-em-cemiterio,720663,0.htm>. Acesso em 18.5.2011. Na versão impressa: edição de 18.5.2011, C10.

Legislação

BRASIL. *Código Penal*. De acordo com o publicado no Diário Oficial de 31.12.1940, com alterações subsequentes. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em 31.7.2011.

_____. *Código de Processo Penal*. De acordo com o publicado no Diário Oficial de 13.10.1941, com alterações subsequentes. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em 31.7.2011.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. De acordo com o texto promulgado em 5.10.1988, com alterações subsequentes. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 31.7.2011.

_____. *Lei do Sexagenário*. Lei 3.270, de 28.9.1885. <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em 31.7.2011.

_____. *Lei do Ventre Livre*. Lei 2.040, de 28.9.1871. Ementa em
<www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>. Acesso em 31.7.2011.

APÊNDICE 1

1. Aspectos codicológicos

Quase todos os processos aqui estudados foram manuscritos, à exceção do mais recente, de 1946-1947, que contém modelos impressos preenchidos à máquina.

Na seleção dos documentos que ao final viriam a fazer parte deste estudo, tentou-se manter a tipologia textual, mas não foi possível manter a tipologia paleográfica, pois o Poder Judiciário acabou por adotar o uso da máquina de escrever. Isso facilitou o trabalho do escrivão; como ele podia registrar o que era falado com maior velocidade, o depoimento datilografado possui muito mais conteúdo do que o manuscrito.

Com relação aos depoentes que fazem parte dos documentos, como já foi dito anteriormente, todos têm a participação de pelo menos um estrangeiro, à exceção do primeiro (Brasília Jorge). Assim, fica retratada a situação populacional a que se fez referência no capítulo 3: poucos “paulistas tradicionais” e caipiras em comparação com o grande contingente de imigrantes.

O tipo de letra dos manuscritos é de escrita cursiva, com variações conforme a grafia particular de cada escrivão, e sem preocupação em seguir um modelo preexistente (p.ex., de escrita nacional):

(i) Brasília Jorge (fig. 1)

Josi Gregorio de Souza, de qua-
rante annos d'idade, natural
e morador desta cidade, co-
nhecido, empregado publico, e
outro

(ii) Francisco Giordano (fig. 2)

Termo de declarações
das doze de abril de mil nove-
centos e oito, nesta cidade de São
Paulo, na Poste Policial da Comen-
dação, onde se achava o Dr. Alu-
icio Macarato, Primeiro Subdele-
gado, o mesmo escreveu jura-
mentado, e deante nomeado, a
hi compareceu Francisco Gior-
dano, italiano, natural da pro-

(iii) Estela Nialesca (fig. 3)

fina assignado a li
comparceu Estela Nia-
lesca de vinte e dois an-
nos, cultiva, em pro-
prio palacio, natural
da Polonia, residente a
ma Benjamin Constant.

(iv) Cima Segundo (fig. 4)

ausentar-se; que elle
depariti pessoalmente
administrava mas
alras na rua Cruzii-
no n.º 41; auxiliado
pelo mestre da obra
Cima Segundo que é
o principal mte pro-
prio e pelo construc-

Os documentos se encontravam guardados em caixas de papelão no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em estado razoável de conservação, não obstante aqueles datados do período anterior à instalação do Tribunal de Justiça em sua atual sede, em 1933, terem sido armazenados em péssimas condições e/ou sido submetidos a diversas mudanças de endereço, como visto anteriormente.

1.1 Estrutura do documento

A estrutura física do processo judicial é mais ou menos a mesma até hoje, aquela que se chama de “autos” (substantivo plural) no jargão forense. Trata-se de uma espécie de caderno em que as folhas vão sendo apostas conforme os diversos atos do processo vão se desdobrando. Essas folhas são presas com barbante ou presilhas; estas últimas são mais comuns hoje em dia.

As folhas são protegidas por uma capa de papel mais espesso, contendo os dados do processo: número de registro, comarca em que tramitou, nomes das partes e tipo de ação.

Fig. 5: Exemplo de capa de um processo judicial, em modelo que foi utilizado até recentemente.

Os processos mais antigos não contêm capa em papel diferenciado e os dados da ação vão sendo aos poucos descritos, conforme se vai expondo as questões que deram início ao feito.

Fig. 6: Exemplo de capa de um processo antigo.

Não foi possível soltar as folhas para fotografá-las. Apenas os escreventes e os funcionários do setor de fotocópias do Tribunal têm autorização para tanto. Por esse motivo, os fólhos analisados poderão aparecer tortos e não bem enquadrados em algumas fotografias – condição *sine qua non* para a feitura de uma boa edição fac-similada –, especialmente nos casos de autos muito volumosos. No entanto, no processo de tratamento dessas fotografias com programas computacionais como o Photoshop, procurou-se minimizar esse problema ao máximo.

Fig. 7: Dificuldades para enquadrar adequadamente uma página de autos volumosos.

Os manuscritos não possuem qualquer sinal em especial além da numeração das folhas dos autos, sempre indicada no canto superior direito.

Nos casos de processos movidos por particulares, é possível encontrar o selo que atesta o pagamento das custas judiciais, para fazer frente às despesas do processo. Atualmente, o pagamento das custas é provado por guias específicas para isso.

Alguns processos trazem carimbos ou o timbre da delegacia ou cartório judicial em que tramitaram.

Tanto os manuscritos quanto o texto datilografado utilizaram tinta preta. Especificamente quanto aos manuscritos, a tinta tem a propensão a se tornar castanho-escura, como apontado por Acioli (1994, p. 10), para a tinta à base de sulfato de ferro.

Os manuscritos devem ter sido redigidos a pena; mesmo no caso dos exemplares do século XX,⁶¹ a escrita é regular e de traçado fino, o que nos parece muito diferente do traçado da esferográfica, mais grosso. Além disso, a tinta da esferográfica nos parece ser de consistência distinta e tem menos propensão a borrar. Em nossa documentação, pudemos verificar borrões em quase todos os fólios.

A base material utilizada é o papel, que variava muito, tanto em formato como em consistência. Os processos manuscritos utilizavam uma espécie de papel almaço, com pauta; os mais antigos usavam papel de gramatura razoavelmente superior à do papel comumente utilizado hoje, o que pode explicar a boa conservação desse material

⁶¹ Segundo informam Berwanger e Leal (2008, p. 83), a caneta esferográfica, invenção de M. Bich, data de meados do século XX.

consultado. Já os exemplares do século XX contêm papel de gramatura muito semelhante à que é costumeiramente utilizada em impressão de livros e nas folhas padronizadas dos autos atuais, aproximadamente de 63g.

Já o modelo datilografado apresenta papel personalizado, contendo os dados do órgão investigativo e espaços prontos, padronizados para o preenchimento.

No próximo capítulo, no qual apresentaremos os facsímiles e a respectiva edição semidiplomática. Esclarecemos que as fotografias de cada página dos documentos aparecerão na página par e a transcrição respectiva, na página ímpar.

1.2 Os processos e suas particularidades

Vejamos cada uma das características informadas no item anterior para cada um dos processos que fazem parte do *corpus* deste trabalho, bem como eventuais características próprias de cada um deles.

(i) Brasília Jorge

Fig. 8: O número da página é indicado no canto superior direito da página ímpar, apenas.

Fig. 9: As diferentes fases do depoimento são separadas por anotações na margem exposta (neste caso, as reperguntas⁶² da outra parte).

⁶² “Reperguntas”: o juiz é quem principia o questionamento da testemunha ou depoente. Quando ele termina, os advogados das partes são convidados a *reperguntar* (“perguntar novamente”, “perguntar mais”).

(ii) Francisco Giordano

Fig. 10: A numeração de páginas, aqui, é acompanhada da rubrica do escrivão.

Fig. 11: Estes sinais estão na margem direita, mas mudamos sua posição a fim de facilitar a visualização. O carimbo da 1.ª Subdelegacia aparece em todo início de nova fase neste processo (um novo depoimento, uma decisão do juiz etc.). Já a abreviatura “Decl.” quer indicar que, no depoimento, a testemunha começou a prestar as declarações sobre os fatos discutidos no processo.

(iii) Estela Nialesca

Fig. 12: A numeração de páginas está, como de costume, no canto direito da página ímpar.

(iv) Cima Segundo

Fig. 13: No canto superior direito de cada página, podemos verificar não apenas a numeração das páginas, mas também o selo indicativo do recolhimento das custas judiciais.

Fig. 14: As mudanças nas fases do depoimento são indicadas apenas pela letra “D” (declarações) ou “R” (reperguntas).

Fig. 15: No final dos depoimentos, encontramos, ao lado das assinaturas do juiz, das partes, dos advogados e do escrivão, números, mas desconhecemos o significado (supomos que se trata do valor das custas).

(v) Angelina Peiró Costa

Fig. 16: Este processo se utiliza de papel timbrado. Vê-se acima o timbre da Polícia do Estado de São Paulo e, no canto direito superior, a costumeira marcação de páginas, com a rubrica do escrivão. Há várias numerações distintas; atribuímos isso ao fato de que os autos do inquérito foram apensados aos do processo propriamente dito, ou mesmo a um erro de paginação que pode ter sido constatado apenas mais tarde.

Fig. 17: Esta rubrica aparece no canto direito da página inicial do depoimento de José Peiró, mas desconhecemos sua origem.

Fig. 18: O delegado, o juiz e/ou os advogados atuantes no caso podem ter destacado trechos de seu interesse durante a leitura dos depoimentos, com estas marcações, as quais aparecem não só na lateral como também sublinhando texto.

Fig. 19: No depoimento de Luizbino Pinto da Costa, os presentes ao depoimento rubricaram a primeira página.

2. Normas utilizadas para a transcrição

Utilizamos as normas do Projeto para a História do Português Paulista (PHPP), em sua versão mais recente.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
 - a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários. Exemplos: “*etc.*”, “*Sr.*”, “*Sr.^a.*”, “*ltda.*”, “*Cia*”, “*V. Ex*” e “*D.*” permanecem inalteradas.
 - b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.^{to}” a ser transcrita “munto”.
 - c) No caso de variação no próprio documento ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.^s” a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor” “ser”; “aellas”; “daPiedade”; “omninino”; “dosertaõ”; “mostrandoselhe”; “achandose”; “sesegue”.
4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passãõ eninguemcomparece”. Serão observados dois casos especiais:
 - a) Em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, o editor incluirá, em nota de rodapé, uma possível interpretação. Exemplo: Na edição teríamos, “Tenho uma criada que | dice que sabia fazer tudo | que eu mandace ella | fazer emtaõ perguntei | e Paõ doce voce sabe fazer | sei emtaõ mando todos | os sabados fazer.” Em nota teríamos, “Nota 1: Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer. Emtaõ perguntei: □ E Paõ doce, voce sabe fazer? □ ‘Sei’. Emtaõ mando todos os sabados fazer.”

- b) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.
5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docommercio”; “edemarcando tambem lugar; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “que hé munto conveniente”; “fomos a ele”; “fomos á ele”; “fomos à ele”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original. Exemplos: “; “atira- | mos” e “atira= | mos”.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (*sic*) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo, “Nota 1: Acawado por acamado.”. Se for inevitável, por limites do editor de textos, o erro será descrito. Exemplo, “Nota 2: A letra <a> inicial de ‘affirma’ está invertida”
8. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará(rão) sua(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si. Exemplos, “Nota 1: ‘que eu afamado livro’ provavelmente ‘que meu afamado livro.’ ” Talvez a escrita de eu por meu possa indicar lapso de escritura ou erro de cópia; “Nota 2: Pirassocunda possível variante de Pirassununga: talvez a oscilação de grafia indique instabilidade para a escrita de termos Tupi”;
9. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:
- a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: <>; <↑>, se na entrelinha superior; <¯>, se na entrelinha inferior. Por exemplo: “em dezembro recebi <↑todos> os senadores em casa”. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, devese haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé. Exemplos, “Nota 1: abaixo de <↑todos> há palavra suprimida”; “Nota 2: abaixo de <↑todos> foi riscado ‘dentre’.”

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que o lugar convencionado é a casa de Pedro no largo da matriz>. Caso seja necessário, ficará em nota de rodapé a devida descrição da direção de escritura ou quaisquer outras especificidades. Exemplo: “nota 1: Escrito verticalmente de cima para baixo”.

10. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplos: “todos ~~ninguém~~ dos presentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ as pressas para o adro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] em direção oposta.

11. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplos, “Nota 1: À direita do título encontra-se escrito por outro punho: ‘copiado’”; “Nota 2: Na margem inferior encontra-se escrito por outro punho: ‘página 18’”; “Nota 3: Na margem superior encontra-se o carimbado ‘Arquivo Nacional’”.

12. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplos: ent[re]gue o [rapaz].; “faça venda a duas b[arric]as de vinho”.

13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível.] em Java”; “É assim [ilegível + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário, o editor indica em nota a causa da ilegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [inint.] para vocábulos e [inint. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[?]r.”; “É assim [inint.] em Java”; “É assim [inint. + 2 linhas] em Havana.”

15. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais. Exemplo: “Es- | taes pois muito atrazado, ponde-vos na | pira meu ignorantão. || Seria bonito que todas as.”

16. A mudança de fôlio ou página receberá a marcação entre colchetes conforme o caso:

a) Se em documentos manuscritos, com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplos: [fol. 1r]; [fol. 1v]; [fol. 2r]; [fol. 2v]; [fol. 3r]; [fol. 3v]; [fol. 16r].

b) Se em documentos impressos, indicação de página. Exemplos: [p. 1]; [p. 2]; [p. 3]; [p. 19].

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e *layout* do texto em impressos devem aparecer em nota de rodapé.

APÊNDICE 2

Fac-símiles da documentação e edição do texto

1. Inquérito da queixa-crime de Brasília Jorge Cavalheiro da Silva Guerra – 1878

Depoimento de José Gregório de Souza

[fol. 1 r.]

ocorrer.

[assinatura ilegível]

[assinatura ilegível]

[assinatura ilegível]

5 [assinatura ilegível]

Assentada

E logo no mesmo dia, mez e
anno ao principio declarados,
presente o Doutor Juiz Substi-

10 tuto da Segunda Vara Civil,
Dom Francisco D'Assis Mas-
carenhas, a autora acompa-
nhada de seus procuradores
Luiz Gama e solicitador

15 Manoel José Soares, e o Dou-
tor João álvaes de Figueira
Bueno, advogado da ré, pas-
sou-se a inquirir as teste-

20 munhas pelo modo que a-
baixo segue; de que faço
este termo. Eu Elias de
Oliveira Machado, escrivão
e escrevi.

Testemunha primeira

25 José Gregório de Souza, de qua-
renta annos de idade, natural
e morador desta Cidade, ca-
sado, empregado publico; e
aos costumes nada. Teste-

30 munha jurada aos santos

Santos Evangelhos em um livro d'elles em
 que poz sua mão direita e promettio di-
 zer a verdade do que souhesse e pergun-
 tado lhe fosse. E sendo inquirido por par-
 te da autora sobre a petreca irreal que
 elle frisada disse que, por ouvir ao proprio
 Joao Antonio Cavalheiro, sabe que este, para
 a compra de um sitio no bairro de Bary,
 atroz da Luz, tirada de Banco Nacional de
 Companhia a quantia de trezentos mil
 reis, que ali estava em nome da autora,
 mas que o mesmo Cavalheiro dizia
 pertencer ao filho menor de mesma
 autora, de nome Joao; - que sabe de
 propria sciencia, por ouvir ao mes-
 mo Joao Antonio Cavalheiro, que elle fal-
 leira sem pagar essa quantia; - que
 mas sabe nem tampouco ouvir ao
 Cavalheiro que elle pagasse ou nao
 promissas por tal emprestimo. Nada
 mais disse. Dada a palavra ao adorge Repuz.
 do da ri passou elle a reperguntar e o
 testemunha respondeu que elle deponente
 sabe nao ter o finado Joao Cavalheiro
 pago a citada quantia de trezentos mil
 reis ate a occasiao em que adoeceu,
 vindo depois a fallecer, e que depois
 desta occasiao apenas suppoz que o
 mesmo ainda nao pagara ate falle-
 cer. Disse mais que o marido da ri fal-
 leira a principio de Março de mil oit-
 ocentos setenta e quatro, e que nao con-
 ta a elle deponente que a mesma aquem-

Santos Evangelhos em um livro delles em
que poz na mão direita e prometteo di-
zer a verdade do que soubesse e pergun-
5 tado lhe fosse. E sendo inquirido por par-
te da autora sobre a petição inicial que
lhe foi lida disse que, por ouvir ao proprio
João Antonio Cavalheiro, sabe que este, para
a compra de um sitio no bairro do Pary,
10 atraz da Luz, tirára do Banco Mauá &
Companhia a quantia de trezentos mil
reis, que ali estava em nome da autora,
mas que o mesmo Cavalheiro dizia
pertencer ao filho menor da mesma
15 autora, de nome João; - que sabe de
propria sciencia, por ouvir ao mes-
mo João Antonio Cavalheiro, que elle fal-
hara em pagar essa quantia; - que
não sabe nem tampouco ouvio a
20 Cavalheiro que elle pagasse ou não
premios por tal emprestimo. Nada
mais disse. Dada a palavra ao advoga-
do da ré passou elle a reperguntar e a
testemunha respondeo que elle depoente
25 sabe não ter o finado João Cavalheiro
pago a citada quantia de trezentos mil
reis até a occasião em que adoeceo,
vindo depois a fallecer; e que depois
desta occasião apenas suppõe que o
30 mesmo ainda não pagou até fale-
cer. Disse mais que o marido da ré fal-
leceo a primeiro de Março de mil oito-
centos setenta e quatro, e que não cons-
ta a elle depoente que a mesma quan-

ta fôr ou não paga depois do fallecimento
do marido da supplicada, sendo que elle de-
poente só sabe haver o dito finado Car-
valheiro tirado a dita quantia de Banco
procuris dizer o mesmo finado, como já
disse. Disse mais que pro outros meios não
consta a elle de poente mesmo de existen-
cia dessa quantia depositada no Banco
Maua. Disse mais que o finado Joas Ca-
valheiro e a autora venderam uma casa
pertinente aos pais dos mesmos no bair-
ro da Luz para pagar a um substituto
que deram em lugar de um irmão da
autora de nome Joaquim e fizeram
o resto em um banco, donde depois
o mesmo finado levantou para
cumprimento do medio deger galle e
puticas. Disse mais que elle de poente só
sabe que o finado Carvalho. marido da
supplicada, levantara do Banco Maua
a referida quantia de trezentos mil reis,
mas que não sabe e nem o finado
lhe conta a transacção havida
entre elle e a autora para se dar o
levantamento dessa quantia bem
como de prestar constituição ao fi-
nado devido a autora. Nada
mais disse nem lhe foi pergun-
to pelo seu deo se por fim do o pre-
zente depoimento que a testemunha
achou conforme. Neste acto pela
autora foi dito que com a dívida ve-
ria requeria designação de ma-

[fol. 2 v.]

tia fosse ou não paga depois do fallecimento do marido da supplicada, sendo que elle depoente só sabe haver o dito finado Cavalheiro tirado a dita quantia do Banco

- 5 por ouvir dizer o mesmo finado, como já disse. Disse mais que por outros meios não consta a elle depoente mesmo da existencia dessa quantia depositada no Banco Mauá. Disse mais que o finado João Cavalheiro e a autora venderam uma casa
- 10 pertencente aos pais dos mesmos no bairro da Luz para pagar a um substituto que deram em lugar de um irmão da autora de nome Joaquim e puzeram
- 15 o resto em um banco, donde depois o mesmo finado levantou para concerto do predio deque falla a petição. Disse mais que elle depoente só sabe que o finado Cavalheiro, marido da
- 20 supplicada, levantára do Banco Mauá a referida quantia de trezentos mil reis, mas que não sabe e nem o finado lhe contára a transação havida entre elle e a autora para se dar o
- 25 levantamento dessa quantia bem como se por isto constituíó-se o finado devedor á autora. Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que deo se por findo o pre-
- 30 zente depoimento que a testemunha achou conforme. Neste acto pela autora foi dito que com a devida venia requeria designação de no-

novo dia, lugar e hora para a continuacao
da inquiricao de testemunhas que serao
por elle apresentadas, inclusive Antonio
diz inclusive Joao Ribeiro d'Araujo,
empregado na casa de Correccao que
a autora do' accusa descobriu, dan-
do-lhe dito desdizimento de
si, representado por seu advogado.
O Juiz depois, marcando o dia cinco
de corrente ao meio dia. citou
mais houve; e para cessar man-
dou o Juiz ler este termo que assigna
em a testemunha e partes. Eu Elias
d'Oliveira Machado, escrevendo assim
si/.

D. Francisco M. M. M.
João Ribeiro d'Araujo
Benedita Camathianeyagena
Mamot Ju Saary
João Alves d'Almeida
Li Souza.

[fol. 3 r.]

<10>

novo dia, lugar e hora para a continuação da inquirição de testemunhas que serão por ella apresentadas, inclusive Antonio

5 digo inclusive João Ribeiro d'Arcanjo, empregado na casa de Correção que a autora só agora descobrira, dando-se disto desde já conhecimento da ré, representada por seu advogado.

10 O Juiz deferio, marcando o dia cinco do corrente ao meio dia. Nada mais houve; e para constar mandou o Juiz lavrar este termo que [assigna-]
[ram] a testemunha e partes. Eu Elias

15 d'Oliveira Machado, escrevão escrevi.

Dom Francisco Mascarenhas

José Izidoro de Souza

Brazilia Cavalheiro Guerra

20 [assinatura ilegível]

[assinatura ilegível]

[assinatura ilegível]

Testem. 24.

Jacintha Maria das Dores, viro da Luz, de cincoenta e cinco annos de idade mais ou menos, natural e moradora desta cidade, casada, e aos costumes nã da. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro dellas em que poz sua mão direita e prometter dizer a verdade do que souber e perguntado lhe fôr. Quando inquirida por parte da autora sobre a petição inicial que lhe foi lida disse que sabe que a autora tinha no Banco Maria Trezentos mil reis e que emprestou essa quantia a seu irmão Joao Antonio Cavalleiro, autorizando-o a retirar essa quantia do dito Banco; que Joao Cavalleiro de facto retirou o dinheiro, interveio com elle o precepo pelo qual comprou uma chacinha no bairro do Cary; que Joao Cavalleiro ficou a dever tal quantia a autora por quanto, por mais de uma vez o referio a testemunha e logo depois adoeceu gravemente de breços, do que morreu em curta prazo, por diversos vezes disse que fôrão chamar a sua irmã Brásilia (a autora), e por que esta não viesse mandou chamar a sua irmã Gertrudes; nenhum dellas reis; que a testemunha pelas relações que tinha com Joao Cavalleiro e sua família, e por saber os seus negocios, suppoz que esta insistencia de Joao Cavalleiro em chamados de seus irmãos tinha por fim tratar da divida que tinha e não tal com

[fol. 1 r.]

Testemunha segunda

Jacintha Maria das Dores, digo da Luz, de cincoenta e cinco annos de idade mais ou menos, natural e moradora desta Cidade, casada, e aos costumes na-

- 5 da. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro delles em que poz sua mão direita e prometteo dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse. E sendo inquirida por parte da
- 10 autora sobre a petição inicial que lhe foi lida disse que sabe que a autora tinha no banco Mauá trezentos mil reis e que emprestou essa quantia a seo irmão João Antonio Cavalheiro, autorisando-o a retirar essa
- 15 quantia do dito Banco; que João Cavalheiro de facto retirou o dinheiro, inteiro com elle o preço pelo qual comprou uma chacrinha no bairro do Pary; que João Cavalheiro ficou a dever tal
- 20 quantia a autora porquanto, por mais de uma vez o referio á testemunha e logo depois adoecendo gravemente de bexigas, do que morreo em curto passo, por diversas vezes disse que fossem chamar á sua irmã Brasilia (a autora), e
- 25 porque esta não viesse mandou chamar á sua irmã Gertrudes; nenhuma dellas veio; que a testemunha pelas relações que tinha com João Cavalheiro e sua familia, e por saber dos seus negocios,
- 30 suppõe que esta insistencia de João Cavalheiro nas chamadas de suas irmãs tinha por fim tratar da vida que tinha e não saldou com

com a autora; que de tudo isto sabe de sciencia propria pelas relações que tinha com a familia como ja expoz. Disse mais pela mesma razão, affirmar que durante a sua enfermidade em que a testemunha o acompanhava, João Cavalleiro não pagou á autora a dita divida. Nada mais disse. Sendo dada a Repres.^{ta} palavra ao advogado do ré, passou elle a perguntar e a testemunha disse que não sabe quanto a autora tinha ao Banco Mauá, bem como não sabe qual e quanto que o finado João Cavalleiro tirou della autora; que o que elle ouvis dizer pelo finado Cavalleiro á mesma autora na casa de Correia é - que elle Cavalleiro tinha tirado dinheiros do Banco Mauá; pois que á ella mesma testemunha o finado Cavalleiro nada disse. Disse mais que o finado Cavalleiro disse-lhe que o dinheiro que havia tirado era pertencente á autora. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que se deu a por fim de o presente depoimento ser por confissão assignada, o que confirmo e assigna o juiz, e por tanto, assignando a roga da testemunha por não saber assignar, o Capitão Cândido Borges Barreto. Eu Elias d' Oliveira Mochada, escri-
vão escrevi.

D. Francisco Manoel.

Carvalho Borges Barreto

Barthia Cavalleiro Joaze

Manoel José Soares

J. Gama

J. A. Silva

[fol. 1 v.]

<13>

com a autora; que de tudo isto sabe de sciencia propria pelas relações que tinha com a familia como já depoz. Disse mais pela mesma razão,

- 5 afirma que durante a sua enfermidade em que a testemunha o acompanhou, João Cavalheiro não pagou á autora a dita divida. Nada mais disse. Sendo dada a <Repergunta> palavra ao advogado da ré, passou ella a
- 10 reperguntar e a testemunha disse que não sabe quanto a autora tinha no Banco Mauá, bem como não sabe qual a quantia que o finado João Cavalheiro tirou della autora; que o que ella ouviu dizer pelo finado
- 15 Cavalheiro á mesma autora na casa de Correção é – que elle Cavalheiro tinha tirado dinheiro do Banco Mauá, pois que á ella mesma testemunya o finado Cavalheiro nada disse.
- 20 Disse mais que o finado Cavalheiro disséra que o dinheiro que havia tirado éra pertencente á autora. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que deo-se por findo o presente depoimento do que por conforme assignado,
- 25 digo conforme o assigna o Juiz, e partes, assignando a rogo da testemunha por não saber assignar, o Capitão Candido Borges Barreto. Eu Elias d’Oliveira Machado, escrevi.

30 Dom Francisco Mascarenhas

Candido Borges Barreto

Brasilia Cavalheiro Jorge

[assinatura ilegível]

[assinatura ilegível]

35 [assinatura ilegível]

[fol. 1 r.]

Termo de declarações

Aos doze dias de abril de mil novecen-

tos e oito, nesta cidade de São

Paulo, na Força Policial da Conso-

5 lação, onde se achava o *Doutor* An-

tonio Nacarato, primeiro sub-

delegado, connigo escrevente

juramentado adiante nomea-

do, ahi compareceu Maria

10 Giovanna de Maria, italiana,

natural da provincia de Sa-

lerno, filha de Pietro de Maria,

de trinta e quatro annos, ca-

sada, serviços domesticos, re-

15 sidente a rua Possydonio Ignacio, 4,

não sabendo ler nem escrever

e declarou o seguinte: Que <Declaração>

há quatorze annos approxi- <1.^a Sub-Delegacia da 4.^a Circumscripção – Capital>

madamente o indiciado Fran-

20 cisco Giordano foi a Europa

afim de receber uma heran-

ça que lhe cabia por morte

do pai e ahi encontrando-

se com a declarante, pediu-

25 a em casamento á sua fa-

milia, dizendo por essa occa-

sião que era solteiro e sem

impedimento algum; como

Francisco Giordano fosse

30 sobrinho da mãe della decla-

rante, e á vista das razões

expostas pelo mesmo, com-

binou-se o casamento, o qual

qual teve lugar no dia oito de
junho de mil oitocentos e
novecenta e cinco, perante
o official do registro civil da
cidade de São Mauro Cilento;
que Francisco Jordani, dis-
se então á declarante que
regressariam para o Brasil,
onde seria celebrado o cas-
amento religioso; aqui chega-
dos, depois de sete annos, na
cidade da Franca, a declara-
te soube de patricio ven-
to ali residente que Francisco
Jordani já era casado com
Rosa Grippa no tempo da
Monarchia e que esse cas-
amento não havia sido dis-
solvido por sentença de nul-
lidade e nem por morte do
outro conjuge; á vista deste
facto de cumma gravidade,
a declarante incontinenti
escreveu para Ferrapa, re-
quisitando a sua certidão
de casamento, fazendo o mes-
mo para esta Capital, e
sendo obtidos esses documen-
tos, que comprovaram a crimi-
nalidade de Francisco Jor-
dani, vem perante esta sub-
delegacia exhibilos para
os fins devidos. Nada mais

[fol. 1 v.]

qual teve lugar no dia oito de
junho de mil oitocentos e
e noventa e cinco, perante
o official do registro civil da
5 cidade de São Mauro Cilento;
que Francisco Giordani dis-
se então á declarante que
regressariam para o Brasil,
onde seria celebrado o casa-
10 mento religioso; aqui chega-
dos, depois de sete annos, na
cidade da Franca, a declaran-
te soube de patricio seu
ahi residente que Francisco
15 Giordano já era casado com
Rosa Grippa no tempo da
Monarchia e que esse casa-
mento não havia sido dis-
solvido por sentença de nul-
20 lidade e nem por morte do
outro conjuge; á vista deste
facto de summa gravidade,
a declarante incontinenti
escreveu para Europa, re-
25 quisitando a sua certidão
de casamento, fazendo o mes-
mo para esta capital, e
tendo obtido esses documen-
tos que comprovam a crimi-
30 nalidade de Francisco Gior-
dano, vem perante esta sub-
delegacia exhibil-os para
os fins devidos. Nada mais

mais disse nem declarou. E,
para acustar, fiz este termo que
vai assignado pela auctoriza-
dade com Adolpho Henrique, a
roga da declarante. Eu, Joaquim
Augusto de Mendonça, escreven-
te, o escrevi.

Antônio Macarato
Adolpho Henrique

Conclusão

Em seguida faço os autos conclu-
sos ao Dr. Antônio Macarato,
1.º Subdelegado, e faço este ter-
mo. Eu, Joaquim Augusto de Men-
digo Augusto de Mendonça,
escrevente, o escrevi.

Conclusões

Junte-se os documentos
exhibidos por Maria Jo-
anna de Maria e de
me se por termo as re-
clamações de seu Pai,
Pietro de Maria, que se
acorda presente.
S. Paulo, 12 de Abril de 1918
Dr. Subdelegado
Antônio Macarato

[fol. 2 r.]

<4> [rubrica]

mais disse nem declarou. E,
para constar, fiz este termo que
sai assignado pela auctori-
5 dade com Adolpho Henrique, a
rogo da declarante. Eu, Joaquim
Augusto de Mendonça, escreven-
te, o escrevi.

Antonio Naccarato

10 Adolpho Henrique

Conclusão

Em seguida faço os autos conclu-
sos ao *Doutor* Antonio Nacarato,
Primeiro Subdelegado, e faço este ter-
15 mo. Eu, Joaquim Augusto de Meu,
digo Augusto de Mendonça,
escrevente, escrevi.

Conclusos

Junte-se os documentos

20 exhibidos por Maria Gio-
vanna de Maria e to-
me-se por termo as de-
clarações de seu Pai,
Pietro de Maria, que se
25 acha presente.

São Paulo, 12 de Abril de 1908

O *Primeiro* Subdelegado

Antonio Nacarato

Fol. 8
Comitê

Termo de declarações
 Aos doze de abril de mil
 novecentos e oito, nesta sala
 de de São Paulo, na Pasto-
 lical da Causação, onde se
 achava o Dr. Antonio Maria
 nato, primeiro sub-delegado,
 serviu-se excoerente para
 muitas adiante nomeado,
 ali compareceu Pietro de Ma-
 ria, italiano, natural da pro-
 vincia de Salerno (Italia), de
 sessenta e oito annos de e-
 da-
 de, casado, trabalhador, re-
 sidente á rua Pasquino Ignazio, 4,
 filho de Pietro de Maria, já
 fallecido, não sabendo ler nem
 escrever, e declarou o seguin-
 te: Que Francisco Giordano, Ital-
 na quatorze annos approxi-
 madamente foi á Europa
 receber uma herança que
 lhe cabia por morte de seu
 pai e frequentando a casa
 do declarante apaixonou-
 se por sua filha Maria
 Giovanna de Maria, pe-
 dido a seu casamento e
 allegando que era solteiro
 e sem impedimento algum,
 que, á vista deste facto, o
 declarante concordou, ce-
 lebrou-se o acto no dia

1.º SUB-DELEGACIA DA 4.ª CIRCUNSCRIPÇÃO
CAPITAL

[fol. 1 r.]

<8> [rubrica]

Termo de declarações

Aos doze de Abril de mil

novecentos e oito, nesta cida-

5 de de São Paulo, no Posto Po-
licial da Consolação, onde se
achava o *Doutor* Antonio Naca-

10 rato, primeiro subdelegado,
connigo escrevente jura-
mentado adiante nomeado,

ahi compareceu Pietro de Ma-
ria, italiano, natural da pro-
vincia de Salerno (Italia), de

15 de, casado, trabalhador, re-
sidente á rua Posydonio Ignacio, 4,
filho de Pietro de Maria, já
fallecido, não sabendo ler nem

20 escrever, e declarou o seguin-
te: Que Francisco Giordano, < Declaração >

ha quatorze annos, approxi- <1.ª Sub-Delegacia da 4.ª Circumscripção – Capital>

madamente foi á Europa

receber uma herança que

lhe cabia por morte de seu

25 pae e frequentando a casa
do declarante apaixonou-
se por sua filha Maria, pe-
dindo-a em casamento e

30 allegando que era solteiro
e sem impedimento algum;
que, á vista deste facto, o
declarante concordou, ce-

lebrando-se o acto no dia

do dito de junho de mil oitocentos e noventa e cinco, e celebrando-se o acto, digo, perante o official do registro civil de São Mauro Cilento, que, depois disso, os esposos, embarcaram para esta Capital, sendo acompanhados pelo declarante e em seguida foram residir na França; ali, tempos depois souberam que Francisco Jordano já era casado aqui em São Paulo com Rosa Grippa, no tempo da manifestação e que esse casamento não tinha sido dissolvido por sentença de nullidade e nem por morte do outro conjuge; a filha d'elle declarante sabedora de todos esses factos, immediatamente abandonou a companhia de Francisco Jordano. Nada mais disse nem declarou. E, para constar, fiz este termo, que assigna como auctoridade, fazendo-o a rogada declarante Arnaldo Guimarães Estruc. Eu, Joaquin Augusto de Mendonça, escrevente, o escrevi.

[fol. 1 v.]

dia oito de junho de mil oitocentos e noventa e cinco, celebrando-se o acto, digo, perante o official do registo
5 civil de São Mauro Cilento;
que, depois disso, os esposos embarcaram para esta Capital, sendo acompanhados pelo declarante e em seguida foram residir na Fran-
10 ca; ahi, tempos depois souberam que Francisco Giordano já era casado aqui em São Paulo com Rosa
15 Grippa, no tempo da Monarchia e que esse casamento não tinha sido dissolvido por sentença de nullidade e nem por morte do outro conjuge; a filha
20 delle declarante sabedora de todos esses factos, immediatamente abandonou a companhia de Francisco Giordano. Nada mais
25 disse nem declarou. E, para constar, fiz este termo, que assigna com a auctoridade, fazendo-o a rogo do
30 declarante Armando Guimarães Struc. Eu, Joaquim Augusto de Mendonça, escrevente, o escrevi.

Fol. 10
C. m. m. m.

Termo de declarações

Das onze de abril de mil nove-
centos e oito, nesta cidade de São
Paulo, na Poste Policial da Censu-
lação, onde se achava o Dr. Auto-
nio Macarato, Primeiro Subdele-
gado, o mesmo escrevente jura-
mentado, perante nomeado, a
hi compareceu Francisco Gior-
dano, italiano, natural da pro-
vincia de Salerno, casado, co-
pateiro, de quarenta annos
de idade, residente á rua Jesui-
no Paschoa, numero vinte e
oito, filho de Antonio Gior-
dano, sabendo ler e escrever,
e sabendo ler, dig. e declarou
o seguinte: Que ha dez annos de
ou dezete annos approxima-
damente, o declarante contra-
hiu casamento nesta Capital
com Rosa Grippa, sendo ca-
cto celebrado na matriz da
Paroquia; que o declarante
viveu então com sua mulher
durante seis annos e um bel-
lo dia esta abandonou o lar,
entregando-se á prostituição;
que elle declarante achando-
se muito aborrecido, reti-
rou-se para o seu paiz deo-
rigen e ahi, a oito de junho de
mil novecentos e nove e

1.ª SUB-DELEGACIA DA 4.ª CIRCUNSCRIPÇÃO
CAPITAL

[fol. 1 r.]

<10> [rubrica]

Termo de declarações

Aos doze de Abril de mil nove-

centos e oito, nesta cidade de São

5 Paulo, no Posto Policial da Conso-
lação, onde se achava o *Doutor* Anto-
nio Nacarato, Primeiro Subdele-
gado, connigo escrevente jura-

10 hi compareceu Francisco Gior-
dano, italiano, natural da pro-
vincia de Salerno, casado, sa-
pateiro, de quarenta annos

15 no Paschoal, numero vinte e
oito, filho de Antonio Gior-
dano, sabendo ler e escrever,
e sabendo ler, digo, e declarou

o seguinte: Que ha dezeseis < Declaração >

20 ou dezeseite annos approxima- <1.ª Sub-Delegacia da 4.ª Circumscripção – Capital>
damente, o declarante contra-
hiu casamento nesta Capital
com Rosa Grippa, sendo o ac-

25 to celebrado na matriz da
Consolação; que o declarante
viveu então com sua mulher
durante seis annos e um bel-

30 lo dia esta abandonou o lar,
entregando-se á prostituição;
que elle declarante achando-
se um tanto adoentado, reti-
rou-se para o seu paiz de o-
rigem e ahi, a oito de junho de
mil oitocentos e noventa e

e cinco contrahiu, obrigado por
seus parentes, novo casamen-
to com Maria Jovanna de Ma-
ria, sem que a anterior estivesse
se dissolvida por sentença de
nullidade e o outro conjuge
era sobrevivente; quando o de-
clarante a isso foi obrigado,
fez ser a seus parentes, que
já se achava casado aqui
no religioso com Rosa Gripe-
pa, ao que redarguiram aquel-
les que este facto não impe-
dia a que o declarante contra-
hesse novas nupcias; que elle
declarante regressou então com
a sua segunda mulher para
esta capital, tendo sido tam-
bem abandonado por ella. Na-
da mais disse nem decla-
rou. E, para constar, fiz es-
te termo, que vai assignado
pelo declarante com a auto-
ridade. Eu, Joazim Augus-
to de Mendonça, escreven-
te, o escrevi.

Vicente Macarã
Francisco Jordão

Conclusão

Em seguida faço os autos con-
clusos ao Dr. Antonio Ma-

[fol. 1 v.]

e cinco contrahiu, obrigado por
seus parentes, novo casamen-
to com Maria Giovanna de Ma-

5 se dissolvido por sentença de
nullidade e o outro conjuge
era sobrevivente; quando o de-
clarante a isso foi obrigado,
fez sêr a seus parentes que
10 já se achava casado aqui
no religioso com Rosa Grip-
pa, ao que redarguiram aquel-
les que este facto não impe-
dia a que o declarante contra-
15 hisse novas nupcias; que elle,
declarante regressou então com
a sua segunda mulher para
esta capital, tendo sido tam-
bem abandonado por ella. Na-
20 da mais disse nem decla-
rou. E, para constar, fiz es-
te termo, que sai assignado
pelo declarante com a aucto-
ridade. Eu, Joaquim Augus-
25 to de Mendonça, escreven-
te, o escrevi.

Antonio Naccarato

Francisco Giordano

Conclusão

30 Em seguida faço os autos con-
clusos ao *Doutor* Antonio Na-

Fol. 12
C. Mendes

Termo de declarações
 Aos doze dias do mez de abril
 do anno de mil novecentos e oito,
 nesta cidade de São Paulo, no Por-
 to Policia da Consolação, onde
 se achava o Dr. Antonio Mica-
 rató, 1.º Subdelegado, commigo
 presente juramentado, ao cau-
 te nomeado,ahi compareceu
 Rosa Grippa, italiana, natural
 de Basso de Cada (Italia), de trin-
 ta e tres annos de idade, ca-
 sada, serviços domesticos, re-
 sidente no Caminho do Ca-
 randirú, em Sant'Anna, fi-
 lha de Francisco, digo, Vicen-
 te Grippa, já fallecido, não
 sabendo ler nem escrever,
 e declarou o seguinte: Que Decl-
 ha vinte annos approximada-
 mente a declarante contra-
 hiu nupcias com Fran-
 cisco Giordano, sendo o acto
 celebrado na matriz da Con-
 solação desta Capital; que mui-
 to tempo depois, a declara-
 te sendo sabedora do procedi-
 mento irregular do seu ma-
 rido, abandonou-o, indo en-
 tão morar em casa de uma
 sua familia, digo, familia
 sua conhecida, a qual no dia
 seguinte a levou para um

1.º SUB-DELEGACIA DA 4.ª CIRCUNSCRIPÇÃO
CAPITAL

[fol. 1 r.]

<12> [rubrica]

Termo de declarações

Aos doze dias do mez de abril

do anno de mil novecentos e oito,

5 nesta Cidade de São Paulo, no Pos-
to Policial da Consolação, onde
se achava o *Doutor* Antonio Naca-
rato, *Primeiro* Subdelegado, conmigo
escrevente juramentado, adean-

10 te nomeado, ahi compareceu
Rosa Grippa, italiana, natural
de Basso de Cada (Italia), de trin-
ta e tres annos de idade, ca-

15 sada, serviços domesticos, re-
sidente no Caminho do Ca-
randirú, em Sant'Anna, fi-
lha de Francisco, digo, Vicen-
te Grippa, já fallecido, não
sabendo ler nem escrever,

20 e declarou o seguinte: Que <Declaração >
ha vinte annos approximada- <1.^a Sub-Delegacia da 4.^a Circumscripção – Capital>
mente a declarante contra-

 hiu casamento com Fran-
cisco Giordano, sendo o acto
25 celebrado na matriz da Con-
solação desta Capital; que mui-
to tempo depois, a declaran-
te sendo sabedora do procedi-

30 mento irregular de seu ma-
rido, abandonou-o, indo en-
tão morar em casa de uma
sua familia, digo, familia
sua conhecida, a qual no dia
seguinte a levou para Jun-

Giudichy; dahi regressando foi
viver em companhia de uma
sua irmã, á sua Viúta e sua
tra de Maio, e seu marido
outor foi propar uma pecon-
dilação, no que foi estendi-
do, tendo a declarante ido
novamente para companhia
delle; que Francisco Jordano,
insinuado por sua propria
mãe, abandonou a declarante,
fazendo uma viagem á Italia;
e esta escreveu-lhe para lá, pe-
dindo que regressasse, tendo
Jordano devolvido a carta, nel-
la exarando o endereço de de-
volução; á vista deste facto,
a declarante procurou sua
sagra, relatando o occorrido, e
obtendo como resposta que
não esperasse mais seu ma-
rido, porque elle ia passar
novamente na Europa com
uma moçinha mais nova
do que a declarante; esta,
então, amasiou-se com
Joze Pigliolini, com quem
tem tido filhos; que tempo
depois, Francisco Jordano
regressou da Europa e, de-
pois de um anno, para lá
foi ter novamente, casan-
do-se por essa occasião e

[fol. 1 v.]

Jundiahy; dahi regressando foi
viver em companhia de uma
sua irmã, á rua Vinte e Qua-
tro de Maio, e seu marido

- 5 então foi propor uma recon-
ciliação, no que foi attendi-
do, tendo a declarante ido
novamente para companhia
delle; que Francisco Giordano,
10 insinuado por sua propria
mãe, abandonou a declarante,
fazendo uma viagem á Italia;
e esta escreveu-lhe para lá, pe-
dindo que regressasse, tendo
15 Giordano devolvido a carta, ne-
la exarando o endereço de de-
volução; á vista deste facto,
a declarante procurou sua
sogra, relatando o occorrido, e
20 obtendo como resposta que
não esperasse mais seu ma-
rido, porque elle ia casar-
novamente na Europa com
uma mocinha mais nova
25 do que a declarante; esta,
então, amasiou-se com
José Figliolini, com quem
tem tido filhos; que tempos
depois, Francisco Giordano
30 regressou da Europa e, de-
pois de um anno, para lá
foi ter novamente, casan-
do-se por essa occasião e

e isto a declarante soube por
auxilio de outras pessoas; que
o casamento da declarante não
foi dissolvido por sentença
de nullidade e até á presen-
te data sobreviverem ambos
os conjuges. Nada mais dis-
se nem declarou. E para cons-
tar, fiz este termo que vaias-
signado pela auctoridade com
Adolpho Henrique, a roça da
declarante. Eu, Joaquim Au-
gusto de Mendonça, escreven-
te, a exercer.

Adolpho Henrique

Termino de declarações

Em seguida, perante a mesma
auctoridade compareceu Gas-
tana Capucci, italiana, na-
tural da provincia de Saler-
no, (Italia), de cincoenta e se-
te annos de idade, casada,
serviça, domestica, residente
á rua Jerônimo Paschoal, nu-
mero vinte e oito, filha de
Luiz Capucci, já fallecido, não
sabendo ler nem escrever,
e declarou o seguinte: Que elle
o filho della declarante, Fran-
cisco Jordano, contrahiu cas-

[fol. 2 r.]

<13> [rubrica]

e isto a declarante soube por
ouvir de outras pessoas; que
o casamento da declarante não

5 foi dissolvido por sentença
de nullidade e até á presen-
te data sobrevivem ambos
os conjuges. Nada mais dis-
se nem declarou. E para cons-
10 tar, fiz este termo que vai as-
signado pela auctoridade com
Adolpho Henrique, a rogo da
declarante. Eu, Joaquim Au-
gusto de Mendonça, escreven-
15 te, o escrevi.

Antonio Naccarato

Adolpho Henrique

Termo de declarações

Em seguida, perante a mesma
20 auctoridade compareceu Gae-
tano Capucci, italiana, na-
tural da provincia de Saler-
no (Italia), de cincoenta e se-
te annos de idade, casada,
25 serviços domesticos, residente
á rua Jesuino Paschoal, nu-
mero vinte e oito, filha de
Luiz Capucci, já fallecido, não
sabendo ler nem escrever,
30 e declarou o seguinte: Que <Declaração>
o filho della declarante, Fran-
cisco Giordano, contra

sacramento na Matriz da Candelária desta Capital, com Rosa Grippa, isto ha vinte annos, approximadamente; que esta, quatro annos depois abandonou a companhia de seu marido e mais tarde se reconciliaram, contra a vontade da declarante, que decidiu então mandar seu filho para Europa, fazer uma viagem; que tempos depois, Francisco Jordano mandou pedir á declarante dinheiro para regressar, tendo sido attendido; que Francisco Jordano mandou uma carta á declarante accusando o recebimento do dinheiro e ao mesmo tempo communicando que havia contrahido novo casamento com Maria Giovanna de Maria, sua prima; que o primitivo casamento não foi dissolvido por sentença de nullidade nem por morte de qualquer dos conjuges. Nada mais disse nem declarou. E, para constar, fiz este termo que ha assignado pela auctoridade com João Baptista Rodrigues, a raso da declarante. Eu, Joaquin

[fol. 2 v.]

casamento na matriz da Consola-
ção desta Capital, com Rosa
Grippa, isto ha vinte annos
approximadamente; que esta,

5 quatro annos depois abandonou
a companhia de seu marido
e mais tarde se reconciliaram,
contra a vontade da declaran-

10 dar seu filho para Europa,
fazer uma viagem; que tempos
depois, Francisco Giordano
mandou pedir á declarante

15 dinheiro para regressar, ten-
do sido attendido; que Fran-
cisco Giordano mandou uma
carta á declarante accusan-

20 do o recebimento do dinheiro
e ao mesmo tempo com-
municando que havia con-
trahido novo casamento com

25 Maria Giovanna de Maria,
sua prima; que o primi-
tivo consorcio não foi dis-
solvido por sentença de nul-

30 lidade nem por morte de
qualquer dos conjugues. Nada
mais disse nem declarou.
E, para constar, fiz este ter-

mo que vai assignado pe-
la auctoridade com João
Baptista Rodrigues, a rogo
da declarante. Eu, Joaquim

Fol. 14
C. Mendonça

Joaquim Augusto de Mendonça,
escrevente, o escrevi.
Baltazar Vasconcelos
João Baptista Rodrigues

Conclusão

Em seguida faço os autos con-
clusos ao Dr. Antonio Vaca-
rato, 1.º Subdelegado e larro
este termo. Eu, Joaquim Au-
gusto de Mendonça, escreven-
te, o escrevi.

Conclusão

Intime-se ao Governador
nada por parecer de
fora para o que se
for, ao J. Toras
da unit.

P. Paulo, 12 de Abril 1908

Dr. Subdelegado
Baltazar Vasconcelos

Data

No mesmo acto recebi os autos,
com o despacho supra e fa-
ço este termo. Eu, Joaquim
Augusto de Mendonça, escre-
vente, o escrevi.

7

1.ª SUB-DELEGACIA DA 4.ª CIRCUNSCRIPÇÃO
CAPITAL

[fol. 3 r.]

<14> [rubrica]

Joaquim Augusto de Mendonça, escrevente, o escrevi.

Antonio Naccarato

5 João Baptista Rodrigues

Conclusão

Em seguida faço os autos conclusos ao *Doutor* Antonio Naccarato, *Primeiro* Subdelegado e lavro

10 este termo. Eu, Joaquim Augusto de Mendonça, escrevente, o escrevi.

Conclusos <1.^a Sub-Delegacia da 4.^a Circumscrição – Capital>

Intime-se as testemu-

15 nhas que souberem do facto para virem depôr hoje, as 7 horas da noite.

São Paulo, 12 de abril de 1908

20 O *Primeiro* Subdelegado

Antonio Naccarato

Data

No mesmo dia recebi os autos com o despacho supra e fa-

25 ço este termo. Eu, Joaquim Augusto de Mendonça, escrevente, o escrevi.

3. Inquérito sobre denúncia de fraude sofrida por Estela Nialesca – 1914

Depoimento da vítima

48

Declaração

As onze dias do mez de Setembro de mil novecentos e quatorze, nesta cidade de São Paulo, em o posto policial da Liberdade, onde se achava o Doutor Doutor Seca e o Rogueira, Segundo Delegado, com mimgo escrevendo firmamento do fim assignado a li compareceu Estela Nialesca de vinte e dois annos, solteira, com profissão palatka, natural da Polónia, residente a rua Benjamin Constant, numero onze, onde sa- bendo ler e escrever e declarou que ha D. cerca de dois mezes, mais ou menos, a declarando es- tance Adolpho Buslik, o qual e residente no Rio de Janeiro, a rua Summa Camara, trizentas e qua- rentas e sete, e que algu- mas vezes nesta Capita- l assistia blegas pa- ra senhora, visto o mes- mo ter uma fabrica

[fol. 1 r.]

<3>

Declaração

Aos onze dias do mez de
Setembro de mil novecen-

- 5 tos e quatorze, nesta ci-
dade de São Paulo, em o
Posto Policial da Liber-
dade, onde se achava
o Senhor Doutor Accacio
10 Nogueira, Segundo Dele-
gado, commigo escre-
vente juramentado ao
final assignado ahi
compareceu Estela Nia-
15 lesca de vinte e dois an-
nos, solteira, sem pro-
fissão, polaka, natural
da Polonia, residente a
rua Benjamin Constant,
20 numero onze, não sa-
bendo ler e nem escre-
ver e declarou que ha < Declarações >
cerca de dois mezes, mais
ou menos, a declarante co-
25 nhece Adolpho Buslik,
o qual é residente no Rio
de Janeiro, á rua General
Camara, trezentos e qua-
renta e sete, e que algu-
30 mas vezes nesta Capi-
tal vendia bluzas pa-
ra senhora, visto o mes-
mo ter uma fabrica

deu antigo, no Rio de Ja-
neiro, á sua acima já
reputada; que Adolpho
estava ultimamente em
a casa della declarando du-
rante duas semanas, e co-
mo a declarante se achou
em estado de gravidez,
Adolpho lhe convenceu
que era preciso que a
mesma alugasse uma
casa qualquer nesta
Capital, para assim vi-
verem juntos; que a es-
sa proposta a declaran-
te accedeu, tendo por isso
Adolpho dito a ella de-
clarando que para isso
era necessario algum
dinheiro. que hontem á
cinco horas da tarde a
declarante entregou, de
para Adolpho, uma
cedula de quinhentos
mil reis, e duas libras
esterlinas, para que o mes-
mo fosse alugar a casa,
conforme promessa com-
hinnçada feita; que co-
mo Adolpho não ap-
pareceu mais em sua
casa, hontem á noite,
a declarante foi acin-

[fol. 1 v.]

desse artigo, no Rio de Janeiro, á rua acima já referida; que Adolpho esteve ultimamente em

- 5 á casa della declarante durante duas semanas, e como a declarante se acha em estado de gravidez, Adolpho lhe convenceu
- 10 que era preciso que a mesma alugasse uma casa qualquer nesta Capital, para assim viverem juntos; que a es-
- 15 sa proposta a declarante accedeu, tendo por isso Adolpho dito a ella declarante que para isso éra necessario algum
- 20 dinheiro; que hontem ás cinco horas da tarde a declarante então, deu para Adolpho, uma cedula de quinhentos
- 25 mil reis, e duas libras esterlinas, para que o mesmo fosse alugar a casa conforme prévia combinação feita; que co-
- 30 mo Adolpho não appareceu mais em sua casa, hontem, á noite, a declarante foi se in-

informar onde o mes-
mo se achava, saluando
então que Adolpho hou-
tun memmo, pelo rese-
turo fui para o Rio
de Janeiro, levando com-
sego a refutada impor-
tancia que lhe entregou
ella declarante: que
Adolpho, segundo sa-
be agora, a declarante
é o mesmo em con-
cidera appeto, sendo
que por duas vezes o
mesmo já fui expul-
so do Rio, para a Euro-
pa; que finalmente a de-
clarante deu essa impor-
tancia para Adolpho,
porque o mesmo hou-
tun exhibis um recí-
bo phantastico sobre o
aluguel da casa pre-
cisa, recibo esse que
se continha uma estam-
pilha. Disse mais a de-
clarante que Adolpho
Burlak jurava ser mecon-
trado na sua General Ca-
mara, 347, no Rio de Ja-
neiro, e que o mesmo é
bastante conhecido pela
policia da Capital.

[fol. 2 r.]

<4>

informar onde o mes-
mo se achava, sabendo
então que, Adolpho hon-
5 tem mesmo, pelo noc-
turno foi para o Rio
de Janeiro, levando
consigo a referida impor-
tancia que lhe entregou
10 ella declarante; que
Adolpho, segundo sa-
be agora, a declarante
é o mesmo um conhe-
cido caffetem, sendo
15 que por duas vezes o
mesmo já foi expul-
so do Rio, para a Euro-
pa; que finalmente a de-
clarante deu essa impor-
20 tancia para Adolpho
porque o mesmo hon-
tem exhibio um reci-
bo phantastico sobre o
aluguel da casa pre-
25 cisa, recibo esse que
se continha numa estam-
pilha. Disse mais a de-
clarante que Adolpho
Buslik poderá ser encon-
30 trado na rua General Ca-
mara, 347, no Rio de Ja-
neiro, e que o mesmo é
bastante conhecido pela
policia dessa Capital.

Nada mais dizer lido, e por
conforme mais este amig-
nado pela autenticidade e
declarante fazendo a seu
rogo por ser analise. ta
Guilherme Falcone com-
migo José Gungif eien.
muito que o escrevi.

^{Guilherme Falcone}
Guilherme Falcone
José Gungif

Certidão

Certifico que em virtude
da portaria de folhas
duas, intimou em suas
próprias pessoas as testé-
munhas, Eva Esikova, An-
na Boshlan, Olga Kariton
e Maria Estrella Guncin-
de, as que hum o ciestes
ficaram.

Ouvido é verdade e sou fi.
São Paulo 11 de Setembro 1914.

O Escrevente,
José Gungif

|| 2 v. ||

Nada mais disse lido, e por
conforme vai este assignado pela autoridade e
declarante fazendo a seu
5 rogo por ser analphabeta
Guilherme Falcone, con-
migo José Rangel, escre-
vente que o escrevi.

Acacio Nogueira

10 Guilherme Falcone

José Rangel

Certidão

Certifico que em virtu-
de da portaria de folhas

15 duas, intimei em suas
próprias pessoas as teste-
munhas Eva Gikova, An-
na Bosklon, Olga Haviton
e Maria Estrella Benevi-
20 des, do que bem scientes
ficaram.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 11 de Setembro de 1914.

O Escrevente

25 José Rangel

4. Ação criminal de danos supostamente causados ao imóvel de Cima Segundo – 1928

Depoimentos das testemunhas

[fol. 1 r.]

<Cartorio do 5º Offício Cível da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo>

Assentada

Aos onze de Setembro de mil

novecentos e vinte e oito, nesta ci-

5 dade de São Paulo, no Fórum

Criminal, na sala de despa-

chos, pelas 12 horas, onde se

achava o *Meritíssimo* Juiz de Direito da

Quinta Vara Criminal, *Doutor* Mario de

10 Almeida Pires, em audiência

que, dava connigo ajudante

habilitado ao final nomeado,

presentes os querelantes acom-

panhados de seu advogado, *Doutor*

15 Julio Cesar dos Santos Visau,

a querelada acompanhada

de seu advogado, *Doutor* Bierrem-

bach de Lima, e o Promotor Pu-

blico, *Doutor* J. C. de Ataliba Nogueira,

20 passou o *Meritíssimo* Juiz a inquirir

as testemunhas abaixo, sendo

estas recolhidas a sala res-

pectiva, de modo a não poder

uma ouvir a outra. Eu, Be-

25 nedicto Soares Pompeu, escre-

vente, escrevi. <4.000>

Primeira testemunha

José Miniali, italiano, di-

go, brasileiro, casado, com

30 trinta e quatro annos de

idade, encanador, resi-

peridante a Amica Ruape
 n.º 38. (as costumes, disse
 mado. Compromissada e
 D. inquirida, disse: - que
 neste facto elle tendo sido
 lida a petição inicial
 de queixa pôde affirmar
 que os factos
 criminosos n'esta ex-
 pressão são a expressão
 da verdade, pois o ac-
 cusante vem a querrelada
 descascar a parede
 de propriedade de Ci-
 rilo Formoso e sua espo-
 sa; que o accusante vem
 esses factos quando
 na qualidade de
 medrador trabalhava
 num predio de
 Arthur Barri e que é
 ligado ao da querela-
 da, sendo que o pre-
 dio da querrelada fi-
 ca entre a proprieda-
 de de Barri e dos me-
 relantes; que a parede
 alludida e de proprie-
 dade dos querelantes
 foi descascada pela
 propria querelada,
 que em pessoa des-
 casca essa parede

[fol. 1 v.]

residente á Avenida Rudge
número 38. Aos costumes, disse
nada. Compromissada e
inquirida, disse: - que <Declarações>

- 5 neste acto lhe tendo sido
lida a petição inicial
de queixa pode affir-
mar que os factos
criminosos nella ex-
10 postos são a expressão
da verdade, pois o de-
poente viu a querelada
descascar a parede
de propriedade de Ci-
15 ma Segundo e sua espo-
sa; que o depoente viu
esses factos quando
na qualidade de
encanador trabalha-
20 va num predio de
Arthur Barni e que é
pegado ao da querela-
da, sendo que o pre-
dio da querelada fi-
25 ca entre a proprieda-
de de Barni e dos que-
relantes; que a parede
alludida e de proprie-
dade dos querelantes
30 foi descascada pela
propria querelada,
que em pessoa des-
cascou essa parede

parede; que nessa oc-
casão a guilada di-
gindo-se ao deponente
disse palavras offen-
sivas ao guilante;
que o deponente não
dizer que os factos por
ele narrados o foram
em Abril do corrente
anno; que após esses
factos o deponente não
mais sahio. Dada a
palavra aos guilantes
por seu advogado,
nada foi pergunta-
do. Pelo Dr. Promotor Pu-
blico nada foi requiri-
do. As perguntas da
guilada por seu
advogado, respondem
a terminadas: - que R
é encamada, mas
não é estabelecida com
casa desse ramo de
negocio, de modo que
exerce a sua profissão
trabalhando por con-
ta de terceiro, ora aqui
numa obra, ora alli
noutra obra, de mo-
do que entre esses ser-
viços se achava empre-
gado em fazer as en-

[2. r.]

<Cartorio do 5º Officio Cível da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <44>

parede; que nessa oc-
casão a querelada di-
rigindo-se ao depoente

5 disse palavras offen-
sivas ao querelante;
que o depoente pode
dizer que os factos por
elle narrados o foram

10 em Abril do corrente
anno; que após esses
factos o depoente nada
mais soube. Dada a
palavra aos querelan-

15 tes por seu advogado,
nada foi repergunta-
do. Pelo *Doutor* Promotor Pu-
blico nada foi requeri-
do. As reperguntas da

20 querelada por seu
advogado, respondeu
a testemunha: - que <*Reperguntas*>
é encanador, mas
não é estabelecido com

25 casa desse ramo de
negocio, de modo que
exerce a sua profissão
trabalhando por con-
ta de terceiro, ora aqui

30 numa obra, ora alli
noutra obra, de mo-
do que entre esses ser-
viços se achava empre-
gado em fazer os en-

encanamentos da casa
da rua Cruzado n.º 41,
construção dessa de pro-
priedade de Arthur Bar-
ros; que essa construção
é dada ao terreno
de propriedade da pe-
lidade; que essa cons-
trução não era pro-
priamente feita pelo
seu proprietário, mas
era empreitada de
proprio gerente su-
do que a placa que
continha dentro se
foi nas construções
era em nome de
Vicente Branco; au-
mentar explicando:
o empreiteiro era
Vicente Branco, mas
o mestre da obra era
o gerente; que os
serviços de encanamento
da obra referida, elle
depois fez por conta
do proprietário mes-
mo; que elle depois
em 1911 ante anno
já trabalhava nas en-
canamentos da referida
construção; que o ser-
vico que levou mais

[fol. 2 v.]

encanamentos da casa
da rua Cruzeiro *número* 41,
construção essa de pro-

- 5 ni; que essa construção
é pegada ao terreno
de propriedade da que-
relada; que essa cons-
trução não era pro-
10 priamente feita pelo
seu proprietário, mas
era empreitada do
proprio querelante sen-
do que a placa que
15 costumadamente se
poê nas construções
era em nome de
Vicente Branco; ou
melhor explicando:
20 o empreiteiro era
Vicente Branco, mas
o mestre de obra era
o querelante; que os
serviços de encanamento
25 da obra referida, elle
depoente fez por conta
do proprietario mes-
mo; que elle depoente
em Abril deste anno
30 já trabalhava nos en-
canamentos da referida
construção; que o ser-
viço que levou mais

mais tempo, foi o de
collocar as jathas, na
casa em construccão;
que não pode preci-
sar quando as obras
em que trabalhava na
casa continua a da
resistencia da cure-
lada; que tambem
não pode precisar
quando emecam o
trabalho de encaima-
mento na referida
construccão; que tambem
não pode precisar
quando terminam
o trabalho na referida
construccão, sabendo
entretanto que foi no
mes de Abril que elle
enf. dia que não se
recorreu para o
encamamento; que
igualmente não pode
affirmar que a que-
relada no dia ante
de mais referida pela
quixa praticada o
que não se expõe,
isto relativamente a
aproximação dessa data;
que quando acirra
se refere a ter a que-

[fol. 3 r.]

<Cartorio do 5º Officio Civel da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <45>

mais tempo, foi o de
collocar as calhas, na
casa em construção;

- 5 que não pode preci-
sar quais os dias
em que trabalhou na
casa contigua á da
residencia da quere-
10 lada; que tambem
não pode precisar
quando começou o
trabalho de encana-
mento na referida
15 construção; que tambem
não pode precisar
quando terminou
o trabalho na referida
construção, sabendo
20 entretanto que foi no
mez de Abril que elle
um dia que não se
recorda iniciou o
encanamento; que
25 igualmente não pode
affirmar que a que-
relada no dia onze
de maio referido pela
queixa praticou o
30 que nesta se expoê,
isto relativamente a
afixação dessa data;
que quando acima
se referiu a ter a que-

guirrelada dirigido ao
monte das almas, isto
é, ao guirrelante, elle
tutunmuka adianta
que não se lembra
que palavras insu-
tuadas eram essas;
que quando elle tio
tutunmuka se achava
nas almas uirginitas
a casa da guirrelada
nunca puz esta ar-
mada de revolver
nem ameaçava, ati-
rar pessoa nenhuma,
nem vez que não se
achava armada; que
a parte cuscuscada da
fumaça em guirrelante, elle
tutunmuka não pode
precisar a extinção da
mesma; que quando
acima disse que to-
das as partes da pi-
xa de pls. 2 eram
a expressão da morda-
de que elle tutunmuka
resalvar o ponto rela-
tivo e ainda se diz
que a guirrelada pau-
vera tirado todo o
pechoque do parede
em guirrelante, jáis não

[fol. 3 v.]

querelada dirigido ao
mestre das obras, isto
é, ao querelante, elle
testemunha adianta

- 5 que não se recorda
que palavras insultuosas eram essas;
que quando elle testemunha se achava
10 nas obras vizinhas
a casa da querelada
nunca viu esta armada de revolver
nem ameaçava a atirar pessoa nenhuma,
15 uma vez que não se achava armada; que
a parte descascada da parede em questão, elle
20 testemunha não pode
precisar a extinção da mesma; que quando
acima disse que todas as partes da quei-
25 xa de *folhas* 2 eram
a expressão da verdade quer elle testemunha
resalvar o ponto relativo e onde se diz
30 que a querelada houvera tirado todo o reboque da parede
em questão, pois não

não assistiu nem po-
dia assistir esse facto
completo, mas vin-
tratar-se' de parte des-
se facto. Pelo admo-
do da jurada de
dito que em presen-
das compisões inter-
na constituinte con-
stitua o depoimento
desta testemunha por-
que a mesma depõe
as contradicções em
que elle, mostra vi-
vel parcialidade
no depor a favor do
jurante, dada prin-
cipalmente a cir-
cunstancia de elle ser inca-
puado em sua
obra cuja construcção
era dirigida como seu
mestre, o proprio pe-
relante, a jurada
deve já estar pro-
mover a responsabilidade
da testemunha por
falsamente da verda-
de e pelo ensino que
existe e que provára
existir entre esse
testemunha e o juran-
te, além de outros

[fol. 4 r.]

<Cartorio do 5º Offício Cível da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <46>

não assistiu nem po-
dia assistir esse facto
completo, mas viu

- 5 tratar-se de parte des-
se reboque. Pelo advoga-
do da querelada foi
dito que sem prejuizo
das confissões uteis a
10 sua constituinte con-
testava o depoimento
desta testemunha por-
que a mesma afóra
as contradições em
15 que cahe, mostra vi-
zível parcialidade
no depor a favor do
querelante dada prin-
cipalmente a circuns-
20 tancia delle ser enca-
nador em uma
obra cuja construção
era dirigida como seu
mestre, o proprio que-
25 relante; a querelada
desde já protesta pro-
mover a responsabilidade da testemunha por
falseamento da verda-
30 de e pelo conluio que
existe e que provará
existir entre essa
testemunha e o querelan-
te, além de outros

outros motivos que
 em sua defesa nã
 processo. aduzirá. Pe.
 la tutumha foi dito
 que nãtãtã o seu
 depoimento far ser
 a expressã. da mura.
 a. Nada mais disse
 o seu lido e achado
 camparum vac divi.
 deuti assignado.
 Cu. Buccicci loares
 Pampun, gurmã, erro.
 Mice

11.000

José Mirioli
 Cirme Segundo

Angliacama
 Julobracan. (Lido)

Angella & Lido
 Giunubach & Mice
 Mice

2ª tutumha
 Carlos Gatti, italiano,
 casado, com trinta e
 um annos de idade,
 servente de pedreiro,
 residente c/rua Cruzes
 no. 30. Pas costumes
 disse ser amigo de
 gurelante e que quan

[fol. 4 v.]

outros motivos que
em sua defesa neste
processo adduzirá. Pe-
la testemunha foi dito

5 que sustenta o seu
depoimento por ser
a expressão da verda-
de. Nada mais disse
o que lido e achado
10 conforme vai devi-
damente assignado.

Eu, Benedicto Soares

Pompeu, escrevente, escrevi.

[assinatura ilegível] <11.000>

15 José Minioli

Cima Segundo

Emiglia Cima

Julio Cesar Viseu

Angela S. Schor

20 Bierrembach de Lima

<assinatura ilegível>

Segunda testemunha

Carlos Gatti, italiano,

casado, com trinta e

25 um annos de idade,
servente de pedreiro,

residente á rua Cruzei-

ro, *número* 30. Aos costumes

disse ser amigo do

30 querelante e que quan-

quanto a querelada
sua inimiga par-
que esta nunca vez
que tentou matar,
isto é que elle não
é inimigo da querela-
da. Compromissada
e injuriada, disse:
que apesar de ser
lançado do querelante
este facto não impe-
de de que elle depom-
te somente a sua ver-
dade; que o depoente
pôr a fuzila com
uma cavadeira re-
tirando parte do
reboque da parede
de propriedade de
Guina Siqueira e sua
esposa; que fuzila
assim procedeu por
duas vezes sendo a
primeira vez em
fins de março do cor-
rente anno e da se-
gunda vez em prin-
cípios de maio ante
anno, que na segun-
da vez fuzila, ar-
mada de revolver
ameaçou atirar no
depoente, e assim

[fol. 5 r.]

<Cartorio do 5º Officio Civel da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <47>

quanto a querelada
é sua inimiga por-
que esta numa vez

5 lhe tentou matar,
isto é que elle não
é inimigo da querela-
da. Compromissada
e inquirida, disse: -

10 que apesar de ser <Declarações>
amigo do querelante
este facto não impe-
de a que elle depoen-

15 te sómente diga a ver-
dade; que o depoente
viu a Angela com
uma cavadeira re-
tirando parte do

20 reboque da parede
de propriedade de
Cima Segundo e sua
esposa; que Angela
assim procedeu por

25 duas vezes sendo a
primeira vez em
fins de março do cor-
rente anno e da se-
gunda vez em prin-

30 cipios de Maio deste
anno; que na segun-
da vez Angela, ar-
mada de revolver
ameaçou atirar no
depoente, e assim

assim Angela proce-
deu porque não que-
ria que o deputado
trabalhasse na pare-
de que dividia a
propriedade de Barni
com a de Angela, que
o querelante e fustiga-
da e Jacata, que
Angela era mal vista
por todas as suas
vizinhas e isto por-
que Angela era muito
parva com elles. Da-
de a palavra aos
querelantes por seu
advogado, nada foi
representado. Pelo Dr.
Barboto nada foi
reperido. Os represen-
tes da querelada por
seu advogado, respon-
deram a testemunha: que
na occasião referida
pela quixa, era elle
testemunha imprega-
do do querelante co-
mo seu servente de
pedreiro e ainda até
a data de hoje em-
tinha como seu
empregado, pois
delle recebe o sala-

[fol. 5 v.]

assim Angela proce-
deu porque não que-
ria que o depoente
trabalhasse na pare-

5 de que dividia a
propriedade de Barni
com a de Angela; que
o querelante é pessoa
boa e pacata; que

10 Angela era mal vista
por todos os seus
vizinhos e isto por-
que Angela era ruim
para com elles. Da-

15 da a palavra aos
querelantes por seu
advogado, nada foi
reperguntado. Pelo *Doutor*
Promotor nada foi

20 requerido. As repergun-
tas da querelada por
seu advogado, respon-
deu a testemunha: que

<Reperguntas> na ocasião referida

25 pela queixa, era elle
testemunha emprega-
do do querelante co-
mo seu servente de
pedreiro e ainda até

30 a data de hoje con-
tinua como seu
empregado, pois
delle recebe os sala-

48
salarias mensais ali
hoje. Pelo aduogado
da gaurilada de
dito que o presente
apartamento e a tal
mercancia que não pode
o espirito póstumo
e do mo do M. Miz,
pelo compassando
pelo tumulto e
inimizada capital
entre o mesmo e
a gaurilada, e a
aduzada e sub-
serviência que tem
com o seu patrão
o gaurilante, não
pode ser tal depoi-
sente uma prova
idonea e hábil. A
gaurilada pede re-
mota do M. Miz para
protestar contra
a accorção caluniosa
dessa tumultuosa at-
tribuindo-lhe a auto-
ria de uma tentati-
va de morte e onde
foi protestu repensabi-
lizar criminalmente
dita tumultuosa, não
só pela calumnia

[fol. 6 r.]

<Cartorio do 5º Offício Cível da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <48>

salários mensais até
hoje. Pelo advogado
da querelada foi

- 5 dito que o presente
depoimento e de tal
ordem que não pode
merecer fé perante
o espírito justiceiro
- 10 e digno do *Meritíssimo* Juiz, pois confessando
ele testemunha a
inimizade capital
entre o mesmo e
a querelada e a
- 15 amizade e sub-
serviência que tem
com o seu patrão
o querelante, não
pode ser tal depoi-
- 20 mento uma prova
idonea e habil. A
querelada pede ve-
nia ao *Meritíssimo* Juiz para
protestar contra
- 25 a accersão caluniosa
dessa testemunha at-
tribuindo-lhe a auto-
ria de uma tentati-
va de morte e desde
- 30 já protesta responsabi-
lizar criminalmente
dita testemunha, não
só pela calúnia

Calumnia irrogada co-
mo pelo falsamente
da guarda. Pelo que
muita foi o que
pretendeu o seu depri-
mido por ser a ex-
pressão da guarda.
Nada mais posso
e me liço e achado
superfície vai de-
vidamente assina-
do. Cu, Punditório
Purpur, Punditório, novo
Muito

devido a tudo

Uma Segundo

Enigme Cima

Relatório Antão

Ang. L. Silva

Jeremias de Silva

~~Antão~~

3ª testemunha

Arthur Barni, brasileiro,
casado, com trinta an-
nos de idade, com-
mercio, residente a
rua Borges, 41. Das
costumes posso nada
compromissada e
nigunda posso: que

D.

[fol. 6 v.]
 calumnia irrogada co-
 mo pelo falseamento
 da verdade. Pela teste-
 munha foi dito que
 5 sustenta o seu depoi-
 mento para ser a ex-
 pressão da verdade.
 Nada mais disse
 o que lido e achado
 10 conforme vae de-
 vidamente assigna-
 do. Eu, Benedicto [Soares]
 Pompeu, escrevente, escrevi.
 <assinatura ilegível>
 15 Carlos Gatti
Cima Segundo
Emiglia Cima
 [assinatura ilegível]
 <7.000>Angela S. Schor
 20 Bierrembach de Lima
 [assinatura ilegível]
Terceira testemunha
 Arthur Barni, brasileiro,
 casado, com trinta an-
 25 nos de idade, com-
 mercio, residente á
 rua Cruzeiro, 41, Aos
 costumes disse nada.
 Compromissada e
 30 <Declarações> inquirida disse: - que

que o cupomente é pro-
prio 41, predio esse que
fica vizinho ao de
de Paula Thar. que is-
paí construido sobre
a direccão directa
do cupomente, sendo
Victor Branco o ar-
chitecto responsavel,
sendo certo que Lima
segundo fôra encar-
regado pelo cupomente
para fiscalisar a
construção como mos-
tre da obra, ganhando
por esse trabalho
dais mil reis por ho-
ra, que Lima segundo
e outra repasa são
os donos, segundo
me consta do outro
predio pegado ao
de Paula Thar; que
o cupomente sabe que Pau-
la Thar por duas ve-
zes com uma lava-
deira em causa sume-
lhante quebrau par-
te do reboco da pa-
rede do predio dos
juizantes que fica

Cartório do 5º Juiz de Direito da Capital
LUIZ MARQUES DE OLIVEIRA
ESCRIVÃO, 2º PAULO

49

[fol. 7 r.]

<Cartorio do 5º Officio Civel da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <49>

que o depoente é pro-
prietario do immovel
número 41, predio esse que

- 5 fica vizinho ao de
Angela Schor; que es-
se predio do depoente
foi construido sob
a direcção directa
10 do depoente, sendo
certo que Cima
Segundo fôra encar-
regado pelo depoente
para fiscalisar a
15 construção como mes-
tre de obra, ganhando
por esse trabalho
dois mil reis por ho-
ra; que Cima Segundo
20 e sua esposa são
os donos, segundo
lhe consta do outro
predio pegado ao
de Angela Shor; que
25 o depoente sabe que An-
gela Shor por duas ve-
zes com uma cava-
deira ou cousa seme-
lhante quebrou par-
30 te do reboque da pa-
rede do predio dos
querelantes que fica

fica na rua Cruzado,
que fugiu a pessoa pro-
cedendo a primeira vez
no meio do mercado
e na segunda em
Muito do garrente an-
rio; que o deponente
encontrava-se no pre-
dio de sua propriedade.
de, quando elle esta-
va em construcção e
nessa occasião fugiu
ameaçou um servo
de fideiussor e que foi
depois muito processo
de que ella tinha car-
ta branca para ati-
rar qualquer pessoa
que se approximasse
da propriedade de
que dado esse proce-
dimento da guarda
a obra esteve parada
por diversas vezes
tendo sido solicitado
o auxilio da policia,
que o deponente se en-
contrava presente,
quando fugiu a di-
vidado-se a crime de
fundo ameaçou de
derrubar a casa de
propriedade de

[fol. 7 v.]

fica na rua Cruzeiro;
que Angela assim pro-
cedeu a primeira vez
no mez de Março

- 5 e na segunda em
Maio do corrente an-
no; que o depoente
encontrava-se no pre-
dio de sua proprieda-
10 de, quando elle esta-
va em construção e
nessa occasião Angela
ameaçou um servente
de pedreiro e que foi
15 depor neste processo
de que ella tinha car-
ta branca para ati-
rar qualquer pessoa
que se aproximasse
20 da propriedade della;
que dado esse proce-
dimento da querelada
a obra esteve parada
por diversas vezes
25 tendo sido solicitado
o auxilio da policia;
que o depoente se en-
contrava presente,
quando Angela diri-
30 gindo-se a Cima Se-
gundo ameaçou de
derrubar a casa de
propriedade de Ci-

Cartorio da Capital
LUIZ DE MOURA
ESCRIVÃO
S. PAULO

50

Emmer, e que não fica-
ria no ponto em
que estava, o estrago
por ella feito na
propriedade de Em-
mer, que posteriormente
marcadas o ponto foi
tue necessidade de
quixar-se do D. Peli-
soal, no intuito de
ser garantida a
sua vida, porque
muita capanga da
Kufela, alta vara
da noite, isto é, depois
das nove horas, da
noite dentro da casa
de Kufela atirou por
cinco vezes em di-
recção do local onde
se encontrava o de-
pante que se achava
na cozinha em
construcção do seu
pequeno 'preço; que
o depante attribuiu
esse facto dada a
circunstancia de ter
sido arrejado por
Emmer como testemunha
neste processo; que

[fol. 8 r.]

<Cartorio do 5º Officio Cível da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <50>

Cima, e que não ficaria no ponto em

que estava, o estrago

5 por ella feito na

propriedade de Cima;

que posteriormente

dos factos já

narrados o depoente

10 teve necessidade de

queixar-se ao *Doutor Delegado*

de Segurança Pessoal, no sentido de

ser garantida a

15 sua vida porque

um capanga de

Angela alta hora

da noite, isto e, depois

das nove horas da

20 noite dentro da casa

de Angela atirou por

cinco vezes em direcção

ao local onde

se encontrava o depoente

25 poente que se achava

na casinha em

construcção do seu

referido predio; que

o depoente attribuiu

30 esse facto dada a

circunstancia de ter

sido arrolado por

Cima como testemunha

deste processo; que

que o *guirila* é
pessoa calma e de
caracter bom, nunca
tendo tido attactos
com vizinhos, pois
o *guirila* como tal
na muitos annos
e isto por ter sido
seu proprio; que
muita deo o seu
caracter violento e
provoa a dar incom-
patibilisara-se com
todas os seus vizinhos
comparme estes o po-
dem declarar em
qualquer tempo. En-
ta a palavra dos
guirilaes por seu
advogado, nada foi
representado. Pelo Dr.
Promotor Publico na-
da foi requerido.
As representas da
guirilaes por seu
advogado, segundo
R a *tribuna*! - que é
commerciante e como
tal gerente interessado
da firma *Fratelli Berti*
que explora muita capi-
tal o estabelecimento
denominado a *Lidada*

[fol. 8 v.]

que o querelante é
pessoa calma e de
caracter bom, nunca
tendo tido attrictos

5 com vizinhos, pois
o conhece como tal
ha muitos annos
e isto por ter sido
seu freguez; que

10 Angela dado o seu
caracter violento e
provocador incom-
patibilisara-se com
todos os seus vizinhos

15 conforme estes o po-
dem declarar em
qualquer tempo. Da-
da a palavra aos
querelantes por seu

20 advogado, nada foi
reperguntado. Pelo *Doutor*
Promotor Publico na-
da foi requerido.

As reperguntas da

25 querelada por seu
advogado, respondeu

<*Reperguntas*> a testemunha: - que é
comerciante e como
tal gerente interessado

30 da firma Fratelli Berti
que explora nesta Capi-
tal o estabelecimento
denominado a “Cidade

Cidade de Flôrência, de
modo que a maior
parte do tempo des-
pida sua profissão e exer-
cício, naquelle estabe-
lecimento, podendo
retirar-se em qual-
quer momento para
ausentar-se; que elle
deparante pessoalmente
atministrava suas
outras e a sua Cruz-
po n.º 41; auxiliado
pelo mestre da obra
Simão Segundo que é
o guardante neste pro-
cesso e pelo construc-
tor Vicente Branco; que
o guardante era im-
pregado em marmar
era aspirante de
deparante que lhe pa-
gava os respectivos sala-
rios pessoalmente;
que nessa qualidade
o guardante se con-
serva em emprega-
do até dia 1.º de
agosto do corrente
anno ou seja até de-
fais de ser procedida
a mitaria pdeida por
este processo e igual-

[fol. 9 r.]

<Cartorio do 5º Officio Civel da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <51>

Cidade de Florença; de

modo que a maior

parte do tempo des-

5 sa sua profissão é exer-

cida naquele estabe-

lecimento, podendo

entretanto em qual-

quer momento dalli

10 ausentar-se; que elle

depoente pessoalmente

administrava suas

obras na rua Cruzei-

ro *número* 41; auxiliado

15 pelo mestre de obra

Cima Segundo que é

o querelante neste pro-

cesso e pelo construc-

tor Vicente Branco; que

20 o querelante era em-

pregado ou melhor

era operario delle

depoente que lhe pa-

gava os respectivos sala-

25 rios pessoalmente;

que nessa qualidade

o querelante se con-

servou seu empre-

gado até dez de

30 agosto do corrente

anno ou seja até de-

pois de ser procedida

a vistoria recebida por este

processo e igual-

al, pelo que

a que ell

igualmente depois de
ter sido calculada esta
quiza, conforme era
a para saluado pela
leitura que faz do
acpacto de fls. 30, que
as alras tinha uma
placa no fronte, e pri-
meiro do architecto Vicen-
te Branco, mas as
plantas foram apro-
vadas na Prefeitura
em nome de Emilia
Bran, sendo que esta
mediante a compra de
depoente ex-proprieda-
ria do alludido pre-
cio vizinho do da
quella da, tendo a
mamma Emilia
Bran, feito doação a
elle de poente ha uns
três mezes a esta
parte; que elle (de-
poente ha, disse, de poente
te no meo, disse, de poente
te no meo, disse, de poente
ante quando foi intimado
do para comparecer
perante o terceiro de-
legado de policia da
te Capital, par mo-
timas ignorados pat

[fol. 9 v.]

igualmente depois de
ter sido recebida esta
queixa, conforme está
agora sabendo pela

- 5 leitura que faz do
despacho de *folhas* 30; que
as obras tinha uma placa
no fronte-espi-
cio do architecto Vicen-
10 te Branco, mas as
plantas foram apro-
vadas na Prefeitura
em nome de Emília
Prau, sendo que esta
15 senhora é sogra delle
depoente e ex-proprieda-
ria do alludido pre-
dio vizinho do da
querelada, tendo a
20 mesma Emilia
Prau, feito doação a
elle depoente ha uns
treis mezes a esta
parte; que elle de-
25 poente ha, digo, depoen-
te no mez, digo, depoen-
te no mez de Junho
deste anno foi intima-
do para comparecer
30 perante o terceiro de-
legado de policia des-
ta Capital, por mo-
tivos ignorados, até

até a presente data;
que quando acmisa
se referir ao facto de
ter a guerrilha da amea-
cado um servente de
pelaireiro d'elle deante
tal facto se deu em
Marco do corrente an-
no mais ou menos;
que quando tambem
se referir ao facto da
guerrilha ameaçar
derrubar a casa do
guerrilante, isso se
deu tambem em
meiados de marco;
que elle deante in-
justo, mais ou menos
de seja depois de mis-
taurado n'um processo,
é que por dar sua
parthida a presun-
ça do Sr. Delegado de Se-
gurança Pessoal, pe-
diu garantia de vi-
da contra as amea-
ças da guerrilha e
contra um capan-
ga d'ella como acmisa
referir; que disse facto
floram intimados a
guerrilha e sua
D. Helena. cujo sobre

[fol. 10 r.]

<Cartorio do 5º Officio Cível da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <52>

até a presente data;

que quando acima

se referiu ao facto de

5 ter a querelada amea-
çado um servente de
pedreiro delle depoente
tal facto se deu em

Março do corrente anno mais ou menos;

10 que quando tambem
se referiu ao facto da
querelada ameaçar
derrubar a casa do
querelante, isso se

15 deu tambem em
meiados de Março;
que elle depoente em
Agosto mais ou menos

20 ou seja depois de ins-
taurado este processo,
é que foi por sua
vontade a presença
do Dr. Delegado de Se-

25 gurança Pessoal, pe-
dir garantia de vi-
da contra as amea-
ças da querelada e
contra um capan-

30 ga desta como acima
referiu; que desse facto
foram intimados a
querelada e uma
D. Helena cujo sobre

salve nome a garra
mas se meados não
tendo sido alerto
o respectivo inquirito
por falta de provas,
mas tendo elle de-
monstrado igualmente
a persistencia perante
aquella autoridade
pela abertura do
inquirito; mas elle
depois declara
que na occasião quan-
do foi aquella dele-
gação para providen-
cias, isto se deu
declarando, disse,
deu denunciando,
disse, indicando elle
depois a autoridade
at o nome da juve-
lada para que esta
fosse intimada, que
o depoente quando
iniciou a sua cons-
trução se achava em
São Paulo, tendo anterior-
mente dado ordens
para construção do
reperido prédio. Pelo
advogado da juve-
lada foi dito que entre-
te o cupaimento da

[fol. 10 v.]

sobre nome agora
não se recorda não
tendo sido aberto
o respectivo inquerito

5 por falta de provas,
não tendo elle de-
poente igualmente
insistido perante
aquella autoridade

10 pela abertura do
inquerito; mas elle
depoente declara
que na occasião quan-
do foi aquella dele-

15 gacia pedir provi-
dencias, isso se deu
declarando, digo,
deu denunciando,
digo, indicando elle

20 depoente à autorida-
de o nome da quere-
lada para que esta
fosse intimada; que
o depoente quando

25 iniciou a sua cons-
trução se achava em
Santos, tendo anterior-
mente dado ordens
para construção do

30 referido prédio. Pelo
advogado da querela-
da foi dito que contes-
ta o depoimento da

53
testemunhas fargue
mesma, sobre ca-
vir em contradicções
precisando nem
deixando os factos
a cerca das quaes
depõem falsa e a
verdade e alim-
disso é risivelmen-
te surpente mas só
par ser parte na
decisão. Certe pleito
como principalmente
porque é plausante
a sua parcialidade
a favor do querelante
em supregado e em
preposto além do
que como transparece
do que depas é ini-
migo da querelada
tanto assim que foi
delatar perante a
autoridade policial
contra a mesma
querelada, e esta pro-
tuta opportunamente
adduzir outros mo-
tivos que tornam o
presunte depoimento
risarivelmente falso
por não vizargir con-
vicia peridica re-

[fol. 11 r.]

<Cartorio do 5º Officio Civel da Capital/Luiz Marcondes de Moura/Escrivão, São Paulo> <53>

da testemunha porque

a mesma, sobre ca-

ir em contradição

5 não precisando nem

definindo os factos

a cerca dos quaes

depõem falseia a

verdade e alem

10 disso é visivelmen-

te suspeita não só

por ser parte na

decisão deste pleito

como principalmente

15 porque é flagrante

a sua parcialidade

a favor do querelante

seu empregado e seu

preposto alem do

20 que como transparece

do que depos é ini-

migo da querelada

tanto assim que foi

delatar perante a

25 autoridade policial

contra a mesma

querelada, e esta pro-

testa opportunamente

adduzir outros mo-

30 tivos que tornam o

presente depoimento

insanavelmente nullo

por não induzir con-

vicção jurídica ne-

memória. Pela Tula-
memória foi isto que
pretendo e que depois
muito far ser de expro-
rão da verdade. Nada
mais disse e fui lias
e adiado conforme
nae devidamente as-
signado. Cu, Binaide
Soares Pampun, secre-
tário, escrevi.

16000 Arthur Baroni
Bina Segundo
Emilia Cima
Julio Xavier Antunes

Angela D. Silva
Pierrebach de

1000 Junta de
Cu 11 de Setembro de 1928
junto a estes autos a cer-
tidão seguinte. Cu, Binaide
Soares Pampun, secretário,
escrevi.

[fol. 11 v.]

nenhuma. Pela testemunha foi dito que sustenta o seu depoimento por ser a expres-

5 são da verdade. Nada mais disse o que lido e achado conforme vai devidamente assignado. Eu, Benedicto Soares Pompeu, escrevente, escrevi.

[assinatura ilegível]

<16.000> Arthur Barni

Cima Segundo

15 Emiglia Cima

Julio Cesar Santos Viseu

Bierrembach de Lima

Angela S. Schor

[assinatura ilegível]

20 Juntada

Em 11 de Setembro de 1928

junto a estes autos a cer-

<1.000>tidão seguinte. Eu, Benedicto

Soares Pompeu, escrevente,

25 escrevi.

5. Inquérito e processo sobre a morte de Angelina Peiró Costa – 1946/1947

Depoimento do pai da vítima

POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA _____ CIRCUNSCRIÇÃO _____

TÉRMO DE DECLARAÇÕES

Aos Quatro dias do mês de Dezembro
de mil novecentos e quarenta e seis, nesta cidade de São Paulo,
na Delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição, onde se achava o Doutor
A. P. Pinto Moreira, Delegado respectivo,
comigo escrivão _____ de seu cargo, ao final assinado, compareceu
JOSÉ PEIRÓ
filho de Geronimo Peiró
com quarenta e sete anos de idade, de cor branca
estado civil casado de nacionalidade brasileira Hespanhol
natural de Hespanha de profissão _____
comerciante residente à rua Nove de Julho
número 1.460

sabendo ler e escrever e declarou:

que reside em Araraquara, onde é estabelecido com uma pequena comercial, sendo pai de oito filhos e dentre estes tinha a menor de nome Angelina; que Angelina estava com dezessete anos e estava trabalhando com outras irmãs na Fabrica de Meias Lupo; que a Fabrica Lupo, todos os anos, dá férias coletivas aos seus empregados e a firma custeia uma viagem a Santos, para todos os empregados que querem ir; que uma das vezes que os empregados iam para essas férias coletivas, Angelina pediu ao declarante para também tomar parte na caravana e o declarante como sabia que sua filha trabalhava bastante o ano todo e mesmo por saber que a mesma tinha muito bom genio, consentiu que ela fosse a Santos com a caravana de empregados da Fabrica; que alguns dias depois do regresso, chegou em Araraquara um moço com a farda da base Aerea moço esse que Angelina ficou conhecendo em Santos e Angelina falou ao declarante e a mãe que aquele moço tinha ido ali para pedir-lhe em casamento; que levando em consideração a pouca idade de Angelina o declarante fez ver a ela que era muito cedo; que de fato o tal rapaz que era conhecido pelo nome de Rolando, foi a casa do declarante, tendo pedido Angelina em casamento, ao que o declarante respondeu que achava Angelina muito creança para casar-se, porem Rolando fez ver ao declarante que não poderia casar-se tão cedo e somente queria ficar noivo para que Angelina não namorasse outros moços pois ele

T. D. I. - Mod. 16-B

[fol. 1 r.]

<Polícia do Estado de São Paulo/Delegacia de Polícia da ... Circunscrição> [números ilegíveis] <19>

Térmo de declarações

Aos Quatro dias do mês de Dezembro

de mil novecentos e quarenta e seis, nesta cidade de São Paulo,

5 na Delegacia de Polícia da *Primeira* Circunscrição, onde se achava o Doutor

A. P. Pinto Moreira, Delegado respectivo,

comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu

JOSÉ PEIRÓ

filho de Geronimo Peiró [rubrica]

10 com quarenta e sete anos de idade, de côr branca

estado civil casado, de nacionalidade ~~brasileira~~ Hespanhol

natural de Hespanha de profissão

comerciante residente à rua Nove de Julho

número 1.460

15 sabendo ler e escrever e declarou:

que reside em Araraquara, onde é estabelecido com uma pe-

quena comercial, sendo pae de oito filhos e dentre estes

tinha a menor de nome Angelina; que Angelina estava com

dezessete anos e estava trabalhando com outras irmãs na

20 Fabrica de Meias Lupo; que a Fabrica Lupo, todos os anos,

dá férias coletivas aos seus empregados e a firma custeia

uma viagem a Santos, para todos os empregados que querem

ir; que uma das vezes que os empregados iam para essas fe-

rias coletivas, Angelina pediu ao declarante para tambem

25 tomar parte na caravana e o declarante como sabia que sua

filha trabalhava bastante o ano todo e mesmo por saber que

a mesma tinha muito bom genio, consentiu que ela fosse a

Santos com a caravana de empregados da Fabrica; que alguns

dias depois do regresso, chegou em Araraquara um moço com

30 a farda da base Aerea moço esse que Angelina ficou conhe-

cendo em Santos e Angelina falou ao declarante e a mãe

que aquele moço tinha ido ali para pedir-lhe em casamento;

que levando em consideração a pouca idade de Angelina o

declarante fez ver a ela que era muito cedo; que de fato

35 o tal rapaz que era conhecido pelo nome de Rolando, foi a

casa do declarante, tendo pedido Angelina em casamento, ao

que o declarante respondeu que achava Angelina muito crean-

ça para casar-se, porem Rolando fez ver ao declarante que

não poderia casar-se tão cedo e somente queria ficar noi-

40 vo para que Angelina não namorasse outros moços pois ele

pois ele gostava muito dela e quando ela estivesse em boa situação viria para casar-se; que o declarante pensou bem e julgou que Angelina com o tempo se esquecesse daquele namoro e com essa esperança consentiu no noivado, fazendo ver porem a Rolando que quando ele viesse a Araraquara, não consentia que se encontrasse com Angelina fora de casa, consentindo unicamente que ele fosse conversar com Angelina em sua residencia; que assim Angelina e Rolando ficaram noivos; que depois disso, certa vez o declarante quando a mesma regressou o declarante fez ver a ela que ela estava comprometida e não podia estar indo a qualquer baile e como Angelina respondesse mal, o declarante castigou-a pois na qualidade de pai somente desejava a felicidade de sua filha; que contrariada com esse castigo, Angelina fugiu de casa a treis dias depois de ter fugido o declarante recebeu uma carta de Rolando explicando que Angelina estava em Santos e que ele estava tratando dos papeis do casamento e alguns dias mais o declarante recebeu outra carta, onde Rolando avisava o declarante que tinha se casado e que estavam bem, noticias essas que causaram satisfação ao declarante e a toda familia; que dezoito dias depois da ida de Angelina para Santos o declarante recebeu uma intimação ou um convite do Delegado de Santos para comparecer na Delegacia tendo o declarante atendido imediatamente e qual não foi a sua surpresa de ao chegar na Delegacia em Santos encontrar a sua filha Angelina; que o declarante novamente reprovou o procedimento que Angelina teve ao sair da casa paterna e então ficou sabendo que Rolando havia mentido, pois não havia se casado conforme informara; que então o declarante depois de entender-se com a autoridade policial, esta fez ver ao declarante que devia entender-se com o Juiz de Menores, tendo mandado apresentar o declarante ao referido Juiz; que o Juiz, depois de ouvir atentamente aconselhou-o de que fizesse o casamento de Angelina ao que o declarante concordou; que depois disso, com grande surpresa o declarante foi saber de que sua filha Angelina estava residindo em uma casa de rendez-vou; que outra coisa, o declarante tambem soube de que Angelina fora obrigada por Rolando a assinar uma declaração dizendo que havia sido deflorada por um irmão com a idade de doze anos; que isso irritou o declarante e conversando com Angelina esta disse ter sido forçada a assinar tal declaração para que Rolando não saísse da Base Aerea; que mais tarde o declarante encontrou-se com Rolando e como este dissesse que não tinha se casado ainda por falta de dinheiro para os papeis o declarante prontificou-se a pagar as despesas e assim realizaram o casamento no Cartorio em Santos, tendo servido de testemunha a mulher da casa de rendez-vou que Angelina se encontrava; que somente depois disso é que o declarante ficou sabendo que o nome verdadeiro do tal Rolando era Luizbino Pinto da Costa; que depois do casamento o declarante comprou tudo quanto Angelina quiz e ao sair deu a ela setecentos e cinquenta cruzeiros para as primeiras despesas, pagando ainda uma diaria de hotel para os dois e pediu a Luizbino que fosse arranjar um comodo qualquer para residir com Angelina e que não voltasse para o rendez-vou; que o declarante foi para Araraquara mais socegado pois depois, com surpresa, veio a saber que Luizbino levava Angelina para o mesmo rendez-vou; que passados uns treis ou quatro meses o declarante recebeu uma carta de um senhor de nome Antonio Garcia, que dizia que se o declarante quizesse ver sua filha viva que fosse em Santos, pois ao contrario a encontraria morta; que o declarante não foi, mandou sua esposa com uma outra amiga e

[fol. 1 v.]

pois ele gostava muito dela e quando ela estivesse em boa situação viria para casar-se; que o declarante pensou bem e julgou que Angelina com o tempo esquecesse daquele namoro e com essa esperança consentiu no noivado, fazendo ver porem a Rolando que quando ele viesse a Araraquara, não consentia que se encontrasse com Angelina fora de casa, consentindo unicamente que ele fosse conversar com Angelina em sua residencia; que assim Angelina e Rolando ficaram noivos; que depois disso, certa vez Angelina em Araraquara foi a um baile contra a vontade do declarante e quando a mesma regressou o declarante fez ver a ela que ela estava comprometida e não podia estar indo a qualquer baile e como Angelina respondesse mal, o declarante castigou-a pois na qualidade de pae somente desejava a felicidade de sua filha; que contrariada com esse castigo, Angelina fugiu de casa e treis dias depois de ter fugido o declarante recebeu uma carta de Rolando explicando que Angelina estava em Santos e que ele estava tratando dos papeis do casamento e alguns dias mais o declarante recebeu outra carta, onde Rolando avisava o declarante que tinha se casado e que estavam bem, noticias essas que causaram satisfação ao declarante e a toda família; que dezoito dias depois da ida de Angelina para Santos o declarante recebeu uma intimação ou um convite do Delegado de Santos para comparecer na Delegacia tendo o declarante atendido imediatamente e qual não foi sua surpresa ao de ao chegar em Santos encontrar a sua filha Angelina; que o declarante novamente reprovou o procedimento que Angelina teve ao sair da casa paterna e então ficou sabendo que Rolando havia mentido, pois não havia se casado conforme informára; que então o declarante depois de entender-se com a autoridade policial, esta fez ver ao declarante que devia entender-se com o Juiz de Menores, tendo mandado apresentar o declarante ao referido Juiz; que o Juiz, depois de ouvir atentamente aconselhou-o de que fizesse o casamento de Angelina ao que o declarante concordou; que depois disso, com grande surpresas o declarante foi saber de que sua filha Angelina estava residindo em uma casa de rendez-vou; que outra coisa, o declarante também soube de que Angelina fôra obrigada por Rolando a assinar uma declaração dizendo que havia sido deflorada por um irmão com a idade de doze anos; que isso irritou o declarante e conversando com Angelina esta disse ter sido forçada a assinar tal declaração para que Rolando não saísse da Base Aerea; que mais tarde o declarante encontrou-se com Rolando e como este dissesse que não tinha se casado ainda por falta de dinheiro para os papeis o declarante prontificou-se a pagar as despesas e assim realizaram o casamento no Cartorio em Santos, tendo servido de testemunha a mulher da casa de rendez-vou que Angelina se encontrava; que somente depois disso é que o declarante ficou sabendo que o nome verdadeiro do tal Rolando era Luizbino Pinto da Costa; que depois do casamento o declarante comprou tudo quanto Angelina quiz e ao sair deu a ela setecentos e cinquenta cruzeiros para as primeiras despesas, pagando ainda uma diaria de hotel para os dois e pediu a Luizbino que fosse arranjar um comodo qualquer para residir com Angelina e que não voltasse para o rendez-vou; que o declarante foi para Araraquara mais socegado porem depois, com surpresa, veio a saber que Luizbino levava Angelina para o mesmo rendez-vou; que passados uns treis ou quatro mezes o declarante recebeu uma carta de um senhor de nome Antonio Garcia, que dizia que se o declarante quizesse ver sua filha viva que fosse em Santos, pois ao contrario a encontraria morta; que [o declarante] não foi, mandou sua esposa com uma outra amiga e

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLICIA DA _____ CIRCUNSCRIÇÃO

a Santos para ver o que se passava; que sua esposa chegando em Santos não encontrou Angelina e foi informada de que a mesma tinha ido com o marido para a casa da mãe deste em Ribeirão Pires; que a esposa do declarante foi a Ribeirão Pires e encontrou Angelina em uma casa muito pobre e frequentada por negras sendo que nessa ocasião a esposa do declarante saiu muito impressionada com essa situação; que passado mais algum tempo, o declarante veio a esta Capital ver o seu filho José que estava doente e como este estava bom, já havia se restabelecido, o declarante e seu filho foram fazer uma visita a Angelina e qual não foi o espanto do declarante ao encontrar Angelina morando na casa da mãe de Luizbino, uma casa que parecia um bordel de negras; que o declarante ficou horrorizado da situação de sua filha e em certa hora notou que Angelina estava andando arcada, proveniente das molestias venereas que Luizbino a transmitiu o que mais indignou o declarante que chamou Luizbino e disse que ele precisava tratar da esposa o que este, cinicamente, disse que não sabia o que ela tinha; que o declarante interrogou Angelina perguntando porque não se tratava tendo Angelina respondido que não podia porque não tinham dinheiro; que Luizbino perguntou se o declarante queria levar Angelina, proposta que o declarante recebeu com satisfação, pois era seu desejo ver sua filha regressar para o lar paterno; que então ficou combinado que Luizbino ia pessoalmente levar Angelina a Araraquara e, de fato, dois ou três dias depois Luizbino apareceu em Araraquara, deixando Angelina na casa paterna; que logo depois da chegada de sua filha, o primeiro passo dado pelo declarante foi fazer a sua esposa levar Angelina a um medico para ser examinada e depois o declarante foi entender-se com o medico, tendo o mesmo exposto ao declarante que o estado de saúde de Angelina era deploravel, pois a mesma estava com molestias venereas e em estado muito adiantado pela falta de tratamento, tendo o declarante tratado com o medico o tratamento de Angelina; que quando Angelina já estava bem melhor Luizbino foi a Araraquara e queria trazê-la para sua companhia, tendo o declarante feito ver a ele que Angelina estava em tratamento e que ele Luizbino somente devia trazer a esposa quando estivesse em situação de alugar um comodo para residir pois ele não devia levar Angelina para a casa da mãe dele outra vez, tendo o declarante usado franquesa a Luizbino fazendo-lhe ver que a casa da mãe dele não era ambiente proprio para uma mulher honesta; que dessa vez Luizbino atendeu tendo concordado em deixar a esposa, porem poucos dias depois, voltou novamente e dessa vez queria trazer a esposa, dizendo gostar muito dele e não poder passar sem sua companhia; que dessa vez ele levou a mulher e entregou novamente na casa da mãe; que nos ultimos tempos, Luizbino estava trabalhando aqui em São Paulo pois fôra transferido da Basse Aerea de Santos para esta Capital; que depois, embora o declarante estivesse aborrecido por Angelina ter vindo novamente em companhia do marido, Luizbino passou dois telegramas para a esposa do declarante sendo

[fol. 2 r.]

<Secretaria da Segurança Pública/Delegacia de Polícia da ... Circunscrição> [números ilegíveis] <20>

a Santos para ver o que se passava; que sua esposa chegando em Santos não encontrou Angelina e foi informada de a mesma tinha ido com o marido para a casa da mãe deste em
5 Ribeirão Pires; que a esposa do declarante foi a Ribeirão Pires e encontrou Angelina em uma casa muito pobre e frequentada por negras sendo que nessa ocasião a esposa do declarante saiu muito impressionada com essa situação; que passado mais algum tempo, o declarante veio a esta
10 Capital ver o seu filho José que estava doente e como este estava bom, já havia se restabelecido, o declarante e seu filho foram fazer uma visita a Angelina e qual não foi o espanto do declarante ao encontrar Angelina morando na casa da mãe de Luizbino, uma casa que parecia um bordel de negras; que o declarante ficou horrorizado da situação
15 de sua filha e em certa hora notou que Angelina estava andando arcada, proveniente de molestias venereas que Luizbino a transmitiu o que mais indignou o declarante que chamou Luizbino e disse que ele precisava tratar da esposa o que este, cinicamente, disse que não sabia o que ela tinha; que o declarante interrogou Angelina perguntando porque não se tratava tendo Angelina respondido que não podia porque não tinha dinheiro; que Luizbino perguntou se o declarante queria levar Angelina, proposta que o declarante recebeu com satisfação, pois era seu desejo ver sua
25 filha regressar para o lar paterno; que então ficou combinado que Luizbino ia pessoalmente levar Angelina a Araraquara e, de fato, dois ou três dias depois Luizbino apareceu em Araraquara, deixando Angelina na casa paterna; que logo depois da chegada de sua filha, o primeiro passo
30 dado pelo declarante foi fazer a sua esposa levar Angelina a um medico para ser examinada e depois o declarante foi entender-se com o medico, tendo o mesmo exposto ao declarante que o estado de saúde de Angelina era deploravel, pois a mesma estava com molestias venereas e em estado
35 muito adiantado pela falta de tratamento, tendo o declarante tratado com o medico o tratamento de Angelina; que quando Angelina estava bem melhor Luizbino foi a Araraquara e queria trazer-a para sua companhia, tendo o declarante feito ver a ele que Angelina estava em tratamento e que ele Luizbino somente devia trazer a esposa quando estivesse em situação de alugar um comodo para residir pois ele não devia levar Angelina para a casa da mãe dele outra
40 vez, tendo o declarante usado franquesa a Luizbino fazendo-lhe ver que a casa da mãe dele não era ambiente proprio para uma mulher honesta; que dessa vez Luizbino atendeu tendo concordado em deixar a esposa, porem poucos dias depois, voltou novamente e dessa vez queria trazer a esposa, dizendo gostar muito dele e não poder passar sem sua
45 companhia; que dessa vez ele levou a mulher e entregou novamente na casa da mãe; que nos ultimos tempos, Luizbino estava trabalhando aqui em São Paulo pois fôra transferido da Base Aerea de Santos para esta Capital; que depois, embora o declarante estivesse aborrecido por Angelina ter vindo novamente em companhia do marido, Luizbino
50 passou dois telegramas para a esposa do declarante sendo

sendo que em um pedia para que ela viesse buscar Angelina em virtude de elas terem se separado e no dia seguinte um outro telegrama dizendo que não viesse buscar porque haviam se harmonizado. Que depois o declarante teve noticias da Angelina quando Luizbino assassinou-a estupidamente aqui em São Paulo, pois casualmente o filho do declarante chamou o declarante por telegrama, tendo o declarante vindo a esta Capital e visto o cadaver de sua filha picado de facadas. Que no inicio destas declarações, onde consta que o declarante foi chamado na Delegacia de Policia de Santos, quer esclarecer que houve engano, pois o declarante recebeu um convite da Delegacia de Policia de Araraquara e atendendo a esse convite foi a Delegacia onde encontrou sua filha Angelina, pois parece ao declarante que a Delegacia de Santos é que havia enviado um officio ao Delegado de Araraquara. Que assim, ficou bem historizada a vida de Angelina e o modo com a mesma veio a ficar conhecendo esse bandido que tornou-se seu marido; que o declarante na qualidade de pae estremo e que criou os seus filhos com sacrificio e com muito carinho, confia na Justica para o castigo do assassino. Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que mandou a autoridade que depois de lido fosse este texto encerrado e devidamente assinado. Eu,

escrevão que datilegrafei.

[Handwritten signature]
por *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]

[fol. 2 v.]

sendo que em um pedia para que ela viesse buscar Angelina em
virtude de eles terem se separado e no dia seguinte um outro
telegrama dizendo que não viesse buscar porque haviam se har-
monizado. Que depois o declarante somente teve notícias de An-
5 gelina quando Luizbino assassinou-a estupidamente aqui em São
Paulo, pois casualmente o filho do declarante de nome Geroni-
mo estava aqui em São Paulo e imediatamente chamou o declaran-
te por telegrama, tendo o declarante vindo a esta capital e
visto o cadaver de sua filha picado de facadas. Que no inicio
10 destas declarações, onde consta que o declarante foi chamado
na Delegacia de Policia de Santos, quer esclarecer que houve
engano, pois o declarante recebeu um convite da Delegacia de
Policia de Araraquara e atendendo a esse convite foi a Dele-
gacia onde encontrou sua filha Angelina, pois parece ao de-
15 clarante que a Delegacia de Santos é que havia enviado um
ofício ao Delegado de Araraquara. Que assim, ficou bem his-
toriada a vida de Angelina e o modo com a mesma veio a fi-
car conhecendo esse bandido que tornou-se seu marido; que o
declarante na qualidade de pae estremoso e que criou os
20 seus filhos com sacrificio e com muito carinho, confia na
Justiça para o castigo do assassino. Nada mais disse nem lhe
foi perguntado pelo que mandou a autiridade que depois de
lido fosse este termo encerrado e devidamente assinado. Eu,
Sylvio da Silva, escrevão que datilografei.

25 <assinatura ilegível>

José Peiró

Sylvio da Silva

Fls. 70

POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E DE INTERROGATÓRIO

Às **QUINZE** horas do dia **Dezenove** do mês
de **maio** do ano de mil novecentos e quarenta e **sete**,
nesta cidade de **São Paulo**
na Delegacia da Primeira Circunscrição, onde se achava o Senhor
Delegado **respetivo** comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compa-
receu o acusado, o qual, às perguntas da autoridade, respondeu como segue:
Qual o seu nome? **LUIZBINO PINTO DA COSTA**
Qual a sua nacionalidade? **VRASILEIRA**
Onde nasceu? **Ribeirão Pires, deste Estado**
Qual o seu estado civil? **casado**
Qual a sua idade? **vinte e dois anos**
Qual a sua filiação? **Mancel Pinto da Costa**
Qual a sua residência? **Ribeirão Pires**
Qual o seu meio de vida ou profissão? **militar**
Qual o lugar onde exerce a sua atividade? **Quarta Zona Aerea**
Sabe lêr e escrever? **Sim** Depois de cientificado da acusação que lhe é feita,
passou o acusado a ser interrogado pela autoridade, respondendo o seguinte:
que é sargento da Base Aerea e servia na base de Santos
quando conheceu Angelina Peiro que fazia parte de uma cara-
vana de operarios da Fabrica Luppo que estava em fèrias;
que tendo se simpatizado por Angelina e sendo retribuido
nessa simpatia, tornaram-se namorados; que depois que An-

Luizbino Pinto da Costa

T. D. L. - Mod. 135-B

<Polícia do Estado de São Paulo/Delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição> [números ilegíveis] <29>

Auto de qualificação e de interrogatório

Às QUINZE horas do dia Dezenove do mês [rubricas]

de maio do ano de mil novecentos e quarenta e sete,

5 nesta cidade de São Paulo

na Delegacia da Primeira Circunscrição, onde se achava o Senhor

Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compa-

receu o acusado, o qual, às perguntas da autoridade, respondeu como segue:

Qual o seu nome? LUIZBINO PINTO DA COSTA

10 Qual a sua nacionalidade? VRASILEIRA

Onde nasceu? Ribeirão Pires, deste Estado

Qual o seu estado civil? viuvo

Qual a sua idade? vinte e dois anos

Qual a sua filiação? Manoel Pinto da Costa

15 Qual a sua residência? Ribeirão Pires

Qual o seu meio de vida ou profissão? militar

Qual o lugar onde exerce a sua atividade? Quarta Zona Aerea

Sabe lêr e escrever? sim. Depois de cientificado da acusação que lhe é feita, passou o acusado a ser interrogado pela autoridade, respondendo o seguinte:

20 que é Sargento da Base Aerea e servia na base de Santos

quando conheceu Angelina Peiro que fazia parte de uma cara-

vana de operarios da fabrica Luppo que estava em ferias;

que tendo se simpatizado por Angelina e sendo retribuido

nessa simpatia, tornaram-se namorados; que depois que An-

que Angelina foi embora para a sua cidade que era Araraquara, o declarante e ela se correspondiam; que passado algum tempo o declarante foi a Araraquara e procurou o pai de Angelina, pedindo a mão da mesma em casamento, pedido que não foi bem recebido por parte do senhor José Peiró; pois para o declarante que o snr. Peiró não se simpatizou com o declarante pelo fator de ser militar; que o declarante voltou para Santos continuando a manter correspondência com Angelina e certo dia, o declarante foi a visado por uma telefonada, de que estava na cidade uma moça de Santos que procurava pelo declarante, tendo o declarante pedido licença aos seus superiores e ido ver de que se tratava e com surpresa encontrou Angelina que dizendo não poder mais viver com a família, foi para Santos a procura do declarante; que o declarante procurou a casa de uma família e conseguiu um quarto onde alojou Angelina e nessa primeira noite, indo para o mesmo quarto, o declarante a pedido de Angelina tentou fazer um juramento que se casaria com ela, essa exigência de Angelina foi para que a mesma consentisse em ter relações sexuais com o declarante; que depois desse juramento quando o declarante se preparava para copular com Angelina notou que a mesma não era mais virgem e então, não teve relações sexuais com ela e apertou-a muito para que ela confessasse quem a havia desvirginado e depois de muita insistência Angelina disse que havia sido desvirginada pelo irmão de nome Jeronimo quando tinha treze anos de idade; diante disso o declarante resolveu fazer com que Angelina voltasse para Araraquara e assim apresentou Angelina a uma das Delegacias de Santos, onde foi relatado o que havia se passado com ela e depois a autoridade policial mandou um investigador levar Angelina para Araraquara afim de apresentá-la a família; que passados alguns dias, apareceu em Santos o pai de Angelina em companhia da mesma e o declarante foi chamado na Base Aérea, para comparecer ao quartel em que o pai de Angelina estava hospedado; que o declarante atendeu prontamente e foi a procura de José Peiró e uma vez no quarto o declarante recebeu a seguinte intimação "OU casar com Angelina ou morrer"; que em vista disso o declarante não teve outro meio senão concordar em

[fol. 1 v.]

que Angelina foi embora para a sua cidade que era Araraquara, o declarante e ela se correspondiam; que passado algum tempo o declarante foi a Araraquara e procurou o pai de Angelina, pedindo a mão da mesma em casamento, pedido que n[ão] foi bem recebido por parte do senhor José Peiró, pois pare[ce] ao declarante que o snr. Peiró não se simpatizou com o declarante pelo fator de ser militar; que o declarante voltou para Santos continuando a manter correspondência com Angelina e certo dia, o declarante foi avisado por uma telefonada, de que estava na cidade uma moça de Santos que procurava pelo declarante, tendo o declarante pedido licença aos seus superiores e ido ver do que se tratava e com surpresa encontrou Angelina que dizendo não poder mais viver com a família foi para Santos a procura do declarante; que o declarante procurou a casa de uma família e conseguiu um quarto onde alojou Angelina e nessa primeira noite, indo para o mesmo quarto, o declarante a pedido de Angelina teve que fazer um juramento que se casaria com ela, essa exigência de Angelina foi para que a mesma consentisse em ter relações sexuais com o declarante; que depois desse juramento quando o declarante se preparava para copular com Angelina notou que a mesma não era mais virgem e então, não teve relações sexuais com ela e apertou-a muito para que ela confessasse quem a havia desvirginado e depois de muita insistência Angelina disse que havia sido desvirginada pelo irmão de nome Jeronimo quando tinha treze anos de idade; diante disso o declarante resolveu fazer com que Angelina voltasse para Araraquara e assim apresentou Angelina a uma das Delegacias de Santos, onde foi relatado o que havia se passado com ela e depois a autoridade policial mandou um investigador levar Angelina para Araraquara afim de apresentá-la a família; que passados alguns dias, apareceu em Santos o pai de Angelina em companhia da mesma e o declarante foi chamado na Base Aérea, para comparecer no quarto em que o pai de Angelina estava hospedado; que o declarante atendeu prontamente e foi a procura de José Peiró e uma vez no quarto o declarante recebeu a seguinte intimação “OU casar com Angelina ou morrer”; que em vista disso o declarante não teve outro meio senão concordar em

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLICIA DA _____ CIRCUNSCRIÇÃO

concordar em casar-se e assim, no dia seguinte o casamento foi realizado em Santos; que o declarante ficou com sua esposa em Santos uns dias e depois veio para Ribeirão Pires e depois ainda levou Angelina para Araraquara para se tratar, pois a mesma estava doente; que quando voltou de Araraquara o declarante levou Angelina para a casa de sua mãe em Cumpica e como o declarante ia pouco em casa em virtude do curso de sargento que estava fazendo, certa vez algumas pessoas, inclusive a mãe do declarante pediu ao declarante que tirasse Angelina de Ribeirão Pires, pois a mesma não estava procedendo bem; que com essa informação o declarante tirou Angelina da casa de sua progenitora trazendo-a para São Paulo, porem com a informação de que Angelina não estava procedendo bem o declarante separou-se da mesma com o trato de dar-lhe o sustento e com a condição de ela não aborrecer o declarante e assim, o declarante foi para o Q.G. e depois para o Hotel Bragança, ignorando o lugar em que Angelina estava hospedada; que no Hotel Bragança o declarante foi procurado por algumas vezes por Angelina que queria dinheiro e outras vezes foi procurado no proprio Q.G. onde Angelina ameaçava fazer escândalo para obter dinheiro; que certa vez Angelina chegou a dizer que o declarante era um sargentinho atoa e que ela ia arranjar um gostosão para o matar; que tendo o declarante sido informado de que Angelina estava dançando em um Taxi imediatamente escreveu uma carta para a família da mesma comunicando o fato e pedindo que viessem buscar Angelina, que no dia vinte e nove de setembro a tarde, o declarante passou pelo restaurant Funchal, nas proximidades da Estação da Luz e com surpresa encontrou Angelina nesse restaurant em companhia de dois moços tendo o declarante se dirigido para falar com Angelina e esta, de inicio tratou o declarante com desprezo porem depois, deante da insistencia do declarante, ela concordou em conversar com o declarante tendo então pedido ao declarante que não contasse ao irmão dela que ela estava trabalhando em um cabaret e que ela

[fol. 2 r.]

<Secretaria da Segurança Pública/Delegacia de Polícia da ... Circunscrição> [números ilegíveis] <30>

concordar em casar-se e assim, no dia seguinte o casamento foi realizado em Santos; que o declarante ficou com sua esposa em Santos uns dias e depois veio para Ribeirão Pi- [rubricas]

- 5 res e depois ainda levou Angelina para Araraquara para se-
tratar, pois a mesma estava doente; que quando voltou de
Araraquara o declarante levou Angelina para a casa de sua
mãe em Cumpbica e como o declarante ia pouco em casa em
10 virtude do curso de sargento que estava fazendo, certa vez
algumas pessoas, inclusive a mãe do declarante pediu ao
declarante que tirasse Angelina de Ribeirão Pires, pois a
mesma não estava procedendo bem; que com essa informação
o declarante tirou Angelina da casa de sua progenitora
trazendo-a para São Paulo, porem com a informação de que
15 Angelina não estava procedendo bem o declarante separou-
se da mesma com o trato de dar-lhe o sustento e com a con-
dição de ela não aborrecer o declarante e assim, o decla-
rante foi para o Q.G e depois para o Hotel Bragança, igno-
rando o lugar em que Angelina estava hospedada; que no Ho-
20 tel Bragança o declarante foi procurado por algumas vezes
por Angelina que queria dinheiro e outras vezes foi procu-
rado no proprio Q.G. onde Angelina ameaçava fazer escanda-
lo para obter dinheiro; que certa vez Angelina chegou a di-
zer que o declarante era um sargentinho atoa e que ela ia
25 arranjar um gostosão para o matar; que tendo o declarante
sido informado de que Angelina estava dançando em um Taxi-
imediatamente escreveu uma carta para a familia da mesma
comunicando o fato e pedindo que viessem buscar Angelina,
que no dia vinte e nove de setembro a tarde, o declarante
30 passou pelo restaurant Funchal, nas proximidades da Estação
da Luz e com surpresa encontrou Angelina nesse restaurant
em companhia de dois moços tendo o declarante se dirigido
para falar com Angelina e esta, de inicio tratou o decla-
rante com desprezo porem depois,. deante da insistencia do
35 declarante, ela concordou em conversar com o declarante
tendo então pedido ao declarante que não contasse ao irmão
dela que ela estava trabalhando em um cabaret e que ela

e que ela estava ali para esconder-se do irmão que se achava na Capital; que o declarante foi informado então de que o irmão de Angelina estava hospedado no Hotel das Bandeiras; que saindo dali, o declarante foi ao Hotel onde de fato encontrou-se com Jeronimo Peiró e então o pôz ao par de tudo que se passava e pediu a ele que levasse Angelina para sua casa pois a mesma estava envergonhando o declarante aqui em São Paulo; que á noite, em companhia de Jeronimo o declarante foi ao Ta xi-Dance sito na rua de São Bento onde encontrasse dali, tendo Jeronimo chamado Angelina e os treis saíram do Dancing com destino ao hotel sendo certo que Angelina antes de sair do Taxi Dance ameaçou fazer escandalo, pois de forma alguma queria sair; que uma vez na rua e em caminho, Angelina não queria consentir nem que o declarante se aproximasse dela e em dado momento Angelina deu uma bofetada no declarante; que na frente do hotel Bandeira, os treis pararam e o declarante pediu a Angelina que fosse para o Hotel das Bandeiras em companhia do irmão e que no dia seguinte fosse embora com ele para Araraquara, tendo Angelina se enfurecido e dito que o declarante era um "CORNO MANSO" e que ela o havia traído em Santos, em Ribeirão e Pires e mesmo aqui em São Paulo e que ela não sair de São Paulo enquanto não vesse o declarante morto; que o irmão de Angelina vendo isso, despediu-se e foi embora, sendo que o proprio irmão teve esta frase "esta minha irmã não presta, só a matando"; que Angelina entrou para o Hotel Francano, Jeronimo foi para o Hotel das Bandeiras e o declarante desceu a rua Conceição; que o declarante se aproximou do Hotel Francano e dirigindo-se ao porteiro perguntou se a mulher dele declarante estava no quarto, ao que o porteiro admirou-se pois disse que no quarto de Angelina havia um outro homem e na rua ainda viam mais quatro moços com destino ao quarto de Angelina; que o declarante disse a o porteiro que não devia consentir que outro homem fosse no quarto com sua esposa e então o declarante entrou para o hotel e dirigiu-se ao quarto que era ocupado por Angelina onde empurrando a porta deparou com Angelina e um moço sentados na cama e abraçados; que tendo o declarante chegado de surpresa o tal homem, naturalmente sabendo ser marido de Angelina investiu para o declarante ao mesmo tempo que Angelina tirava um punhal de baixo do travesseiro; que com

[fol. 2 v.]

e que ela estava ali para esconder-se do irmão que se achava na Capital; que o declarante foi informado então de que o irmão de Angelina estava hospedado no Hotel das Bandeiras; que saindo dali, o declarante foi ao Hotel onde de fato encontrou-se com Jeronimo Peir ó e então o pôz ao par de tudo que se passava e pediu a ele que levasse Angelina para sua casa pois a mesma estava envergonhando o declarante aqui em São Paulo; que á noite, em companhia de Geronimo o declarante foi ao Taxi Dance sito na rua de São Bento onde encontraram Angelina dançando e o declarante pediu a Geronimo que a tirasse dali, tendo Geronimo chamado Angelina e os treis saíram do Dancing com destino ao hotel sendo certo que Angelina antes de sair do Taxi Dance ameaçou fazer escandalo, pois de forma alguma queria sair; que uma vez na rua e em caminho, Angelina não queria consentir nem que o declarante se aproximasse dela e em dado momento Angelina deu uma bofetada no declarante; que na frente do Hotel Bandeira, os treis pararam e o declarante pediu a Angelina que fosse para o Hotel das Bandeiras em companhia do irmão e que no dia seguinte fosse embora com ele para Araraquara, tendo Angelina se enfurecido e dito que o declarante era um “CORNO MANSO” e que ela o havia traído em Santos, em Ribeirã o Pires e mesmo aqui em São Paulo e que ela não saia de São Paulo enquanto não vesse ao declarante morto; que o irmão de Angelina vendo isso, despediu-se e foi embora, sendo que o proprio irmão teve esta frase “esta minha irmã não presta, só a matando”; que Angelina entrou para o Hotel Francano, Geronimo foi para o Hotel das Bandeiras e o declarante desceu a rua Conceição; que o declarante se aproximou do Hotel Francano e dirigindo-se ao porteiro perguntou se a mulher dele declarante estava no quarto, ao que o porteiro admirou-se pois disse que no quarto de Angelina havia um outro homem e na rua ainda vi-nham mais quatro moços com destino ao quarto de Angelina; que o declarante disse a o porteiro que não devia consentir que outro homem fosse no quarto com sua esposa e então o declarante entrou para o hotel e dirigiu-se ao quarto que era ocupado por Angelina onde empurrando a porta deparou com Angelina e um moço sentados na cama e abraçados; que tendo o declarante chegado de surpresa o tal homem, naturalmente sabendo ser marido de Angelina investiu para o declarante ao mesmo tempo que Angelina tirava um punhal de baixo do travesseiro; que com

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLICIA DA CIRCUNSCRIÇÃO

T. 1 - Mod. 27-C

que com essa arma Angelina investiu tambem contra o declarante tendo desferido um golpe que atingiu o declarante no pulso esquerdo; q ue então estabeleceu-se uma luta corporal entre o declarante, Angelina e o tal homem que caiu por cima do declarante e em dado momento o declarante ouviu um grito que reconheceu ser de Angelina, tendo o tal moço saído correndo e Angelina levantando-se com a mão no abdômen disse ao declarante foge desgraçado que eu fui a culpada de tudo isso; que o declarante saiu do quarto deixando Angelina em pé, desceu as escadas calmamente e foi para o lado da Mocca, onde muito cansado, passou algumas horas meio alucinado; Que o declarante mostra-se surpreso em saber que Angelina recebeu trinta e seis ferimentos de punhal e embora confesse que foi autor da morte de Angelina, acha que não seria capaz de dar esses golpes no corpo de sua esposa que queria tanto bem. Que voltando atrás, esclarece que não não é verdade que tivesse matado sua esposa e somente diss depois é que veio a saber que a mesma havia falecido; que não sabe a quem atribuir os ferimentos recebidos por Angelina, pois afirma que não feriu a mesma; que declara que no momento estava completamente alucinado porem tem absoluta certeza de que não feriu a sua esposa; estas declarações foram prestadas livremente e em presença das testemunhas Luiz Tandler, brasileiro, solteiro, com vinte e dois anos de idade, natural do Distrito Federal, sabe ler e escrever, residente rua Almirante Lobo 276, sargento da Base Aerea, Edson Alves, brasileiro, casado, com 49 anos de idade, comerciante, sabendo ler e escrever, residente a rua Florencio de Abreu 203, Roberto Nilson Alves, brasileiro, solteiro, com 21 anos de idade, estudante, residente a rua Florencio de Abreu 203 e Jos'e Collagande, italiano, com 26 anos de idade, comerciarior, sabendo ler e escrever residente a rua do Gazometro 95. Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que mandou a autoridade que depois de lido fosse este termo encerrado e assinado. Eu, _____

[fol. 3 r.]

<Secretaria da Segurança Pública/Delegacia de Polícia da ... Circunscrição> [números riscados] <31>

que com essa arma Angelina investiu também contra o declarante tendo desferido um golpe que atingiu o declarante no pulso esquerdo; que então estabeleceu-se uma luta corporal entre o declarante, Angelina e o tal homem que caiu por cima do declarante e em dado momento o declarante ouviu um grito que conheceu ser de Angelina, tendo o tal moço saído correndo e Angelina levantando-se com a mão no abdômem disse ao declarante fuge desgraçado que eu fui a culpada de tudo isso; que o declarante saiu do quarto deixando Angelina em pé, desceu as escadas calmamente e foi para o lado da Mooca, onde muito cansado, passou algumas horas meio alucinado; Que o declarante mostra-se surpreso em saber que Angelina recebeu trinta e seis ferimentos de punhal e embora confesse que foi autor da morte de Angelina, acha que não seria capaz de dar esses golpes no corpo de sua esposa que queria tanto bem. Que voltando atrás, esclarece que não não é verdade que tivesse matado sua esposa e que somente dias depois é veio a saber que a mesma havia falecido; que não sabe a quem atribuir os ferimentos recebidos por Angelina, pois afirma que não feriu a mesma; que declara que no momento estava completamente alucinado porém tem absoluta certeza de que não feriu a sua esposa; estas declarações foram prestadas livremente e em presença das testemunhas Luiz Tandler, brasileiro, solteiro, com vinte e dois anos de idade, natural do Distrito Federal, sabe do ler e escrever, residente rua Almirante Lobo 276, sargento da Base Aérea, Edson Alves, brasileiro, casado, com 49 anos de idade, comerciante, sabendo ler e escrever, residente a rua Florencio de Abreu 203 e José Collagrande, italiano, com 26 anos de idade, comerciante, sabendo ler e escrever residente a rua do Gazometro 95. Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que mandou a autoridade que depois de lido fosse este termo encerrado e assinado. Eu,

[Handwritten signature]

escrevendo que datilografar

[Handwritten signature]
Lisboa Pinto da Costa
[Handwritten signature] 36. Dez.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[fol. 3 v.]

Sylvio da Silva, escrivão que datilografei.

[assinatura ilegível]

Luizbino Pinto da Costa

[assinatura ilegível]

5 Edson Alves

[assinatura ilegível]

José Collagrande

Sylvio da Silva

[fol. 1 r.]

<Polícia do Estado de São Paulo/Delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição> [números ilegíveis] <47>

Térmo de declarações

Aos trinta, dias do mês de julho,

de mil novecentos e quarenta e sete, nesta cidade de São Paulo,

5 na Delegacia de Polícia da *Primeira* Circunscrição, onde se achava o Doutor

Carlos Ribas de Mello Leitão, Delegado respectivo,

comigo escrivão, de seu cargo, ao final assinado, compareceu MARIA

SANTANA FRÓIS,

10 filho de Delfino de Santana Fróis e Eulalia Maria da Concei-
ção,

com vinte e seis, anos de idade, de côr branca,

estado civil solteira, de nacionalidade brasileira,

natural desta Capital, de profissão

doméstica, residente à Avenida Cruzeiro do Sul,

15 número mil setecentos e noventa

e cinco, sabendo ler e escrever e declarou:

que, é uma das sócias do prostíbulo situado á rua Aimores

193; que, em primórdios do mês de setembro, do ano findo, a

declarante ficou conhecendo no referido local, o sargento

20 da Base Aerea de nome Luizbino ou Lizbino Pinto da Costa,

de quem, logo após o referido conhecimento, tornou-se sua

amante, passando ele a frequentar não sómente a casa de to-

lerancia acima mencionada, como a residencia particular da

declarante, sita á Avenida Cruzeiro do Sul, 1795; que, no dia

25 29 de setembro do ano findo, por volta das 2,30 horas, mais

ou menos, a declarante foi á sua residencia, e como não en-

controu alí seu amásio, foi pernoitar na casa de sua vi-

sinha de nome Maria do Carmo, residente na mesma avenida,

número 1820; isso, entretanto, causou certa estranhez á declarante,

Maria de Santanna Francis

Ressaca do Rio - Montevideo

1914

1914

declarante, porquanto Luizbino não costumava pernoitar fora de casa; que, aproximadamente, ás 9 horas, a declarante foi informada por Maria do Carmo, de que, Luizbino estava na casa da declarante, porquanto, a janela do prédio estava aberta e ele havia perguntado pela mesma; em seguida, Luizbino foi á casa de Maria do Carmo, encontrando ali a declarante, e como ele estivesse nervoso a declarante passou a interrogá-lo, tendo ele informado-a do seguinte: que, naquela madrugada, em virtude dele haver encontrado no Salão Verde, sua esposa quando, depois de levá-la para o Hotel aonde a mesma estava hospedada, ali, agrediu-a, desferindo alguns golpes com um sabre que ele havia retirado do Quartel General, ocasião em que ali não se encontrava qualquer pessoa; diante daquela confissão de Luizbino, a declarante disse-lhe que não devia ter ido procurá-la, porquanto, facilmente poderia complicá-lo no crime que ele havia praticado; Luizbino, respondeu-lhe então, que, não havia matado sua esposa, mas, apenas havia feito aquilo para assustá-la; que, ali ele permaneceu todo o dia, e no dia seguinte depois de se fardar foi ao Quartel; que, na madrugada do dia seguinte, por ocasião em que Luizbino encontrava-se na residencia da declarante, ficou a mesma sabendo por seu intermedio, de que ele havia estado no Quartel e quando procurava ingressar no mesmo, foi informado por um seu colega de nome Bartolomeu Gavanski, o qual, ali estava de serviço, de que, havia se verificado um crime em um Hotel da rua da Conceição, e que, o autor do referido crime era ele; que, independentemente, dele haver assassinado a sua mulher, havia roubado do Quartel um sabre, com cuja arma havia praticado o crime; que, em seguida, foi aconselhado por Gavanski, a fugir; que, em seguida, Luizbino manifestou o desejo de fugir mas para isso, precisava empenhar um relógio e um anel que

|| 1 v. ||

[rubricas] declarante, porquanto Luizbino não costumava pernoitar fóra de casa; que, aproximadamente, às 9 horas, a declarante foi informada por Maria do Carmo, de que, Luizbino estava na casa da declarante, porquanto, a janela do prédio estava aberta e
5 ele havia perguntado pela mesma; em seguida, Luizbino foi á casa de Maria do Carmo, encontrando alí a declarante, e como ele estivesse nervoso a declarante passou a interrogá-lo, tendo ele informado-a do seguinte: que, naquela madrugada, em
10 virtude dele haver encontrado no Salão Verde, sua esposa dançando, depois de levá-la para o Hotel aonde a mesma estava hospedada, alí, agrediu-a, desferindo alguns golpes com um sabre que ele havia retirado do Quartel General, ocasião em que alí não se encontrava qualquer pessoa; diante daquela
15 confissão de Luizbino, a declarante disse-lhe que não devia ter ido procurá-la, porquanto, facilmente poderia complicá-la no crime que ele havia praticado; Luizbino, respondeu-lhe então, que, não havia matado sua esposa, mas, apenas havia feito aquilo para assustá-la; que, alí ele permaneceu todo o dia, e no dia seguinte depois de se fardar foi ao Quartel; que,
20 na madrugada do dia seguinte, por ocasião em que Luizbino encontrava-se na residência da declarante, ficou a mesma sabendo por seu intermedio, de que ele havia estado no Quartel e quando procurava ingressar no mesmo, foi informado por um seu colega de nome Bartolomeu Gavanski, o qual, alí estava
25 de serviço, de que, havia se verificado um crime em um Hotel da rua da Conceição, e que, o autor do referido crime era ele; que, independentemente, dele haver assassinado a sua mulher, havia roubado do Quartel um sabre, com cuja arma havia praticado o crime; que, em seguida, foi aconselhado por Gavanski,
30 a fugir; que, em seguida, Luizbino manifestou o desejo de fugir mas para isso, precisava empenhar um relógio e um anel que

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLICIA DA 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO

que possuía, e tinha receio de o fazer, porquanto, facilmente poderia ser preso; nessa altura foi a declarante aconselhada pela progenitora de Maria do Carmo, pessoa já idosa, de dar o dinheiro para Luizbino fugir; que, a este, a declarante deu-lhe quinhentos cruzeiros, tendo ele, em seguida, informado a declarante que ia para Corumbá, Bolivia ou Ponta Grossa, para um lugar bem distante; que, desde essa ocasião, nunca mais viu Luizbino ou Lizbino Pinto da Costa, e nem dele recebeu qualquer correspondencia; nada mais disse. Lido e achado conforme, vai este assinado pela autoridade, declarante, as testemunhas, Brasílio de Oliveira Monteiro, branco, brasileiro, com 26 anos, filho de José Mario de Oliveira Monteiro, residente á rua Tabapuã, 1474, e Júlio de Souza, branco, com quarenta anos, casado, português, filho de Diogo de Souza, residente á rua Joaquim Tavora, 86, comigo, J. I. J. - escrivão, que o datilografei, - - - - -

Maria de Santanna Tróis

Brasílio de Oliveira Monteiro

J. I. J. -

-Conclusão-

Em seguida, faço estes autos conclusos ao Senhor Doutor Mel-
lo Leitão, 1º Delegado de Policia. Eu J. I. J. - escrivão,
que o datilografei e assino. - - - - -

[fol. 2 r.]

<Secretaria da Segurança Pública/Delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição> [números ilegíveis] <48>

que possuía, e tinha receio de o fazer, porquanto, facilmente
poderia ser preso; nessa altura foi a declarante aconselhada
pela progenitora de Maria do Carmo, pessoa já idosa, de dar
5 o dinheiro para Luizbino fugir; que, a este, a declarante deu-
lhe quinhentos cruzeiros, tendo ele, em seguida, informado a
declarante que ia para Corumbá, Bolívia ou Ponta Grossa, pa-
ra um lugar bem distante; que, desde essa ocasião, nunca mais
viu Luizbino ou Lizbino Pinto da Costa, e nem dele recebeu
10 qualquer correspondência; nada mais disse. Lido e achado con-
forme, vai este assinado pela autoridade, declarante, as tes-
temunhas, Brásio de Oliveira Monteiro, branco, brasileiro,
com 26 anos, filho de José Mario de Oliveira Monteiro, re-
sidente á rua Tabapuã, 1474, e Júlio de Souza, branco, com
15 quarenta anos, casado, português, filho de Diogo de Souza,
residente á rua Joaquim Tavora, 86, comigo, <assinatura ilegível>
escrivão, que o datilografei,

Mello Leitão

Maria de Santana Fróis

Brásio de Oliveira Monteiro

<assinatura ilegível>

<assinatura ilegível>

- Conclusão -

Em seguida, faço estes autos conclusos ao Senhor Doutor Mel-

25 lo Leitão, *Primeiro* Delegado de Polícia. Eu <assinatura ilegível> escrivão,
que o datilografei e assino.

Fls. 61
POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
57

ASSENTADA

Aos cinco, - - - - - dias do mês de agosto, - - - - -
de mil novecentos e quarenta e sete, - - , nesta cidade de São Paulo,
na Delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição, onde se achava o Doutor
Carlos Ribas de Mello Leitão, - - - - - , Delegado respectivo,
comigo escr ivão, - de seu cargo ao final assinado, comparece u
a testemunha retro intimada - que, sendo inquirida pela autoridade,
respondeu o que adiante se segue. Do que, para constar, faço este termo.
Eu, *[assinatura]*, escr ivão , que o escrevi.

4ª. TESTEMUNHA

CLAUDIO LIMA CAVALCANTI, branco, brasileiro, natural de Ama-
zonas, com dezoito anos de idade, solteiro, militar da Aeronau-
tica, filho de Dr. Genezio Pereira Cavalcanti e Argentina Li-
ma Cavalcanti, residente á rua Dona Hipolita, tresentos e trin-
ta e quatro, - São Paulo e, Base Aérea de Santos, sabendo ler
e escrever, ás de costume disse nada. Testemunha jurada sob
palavra de honra prometeu dizer a verdade do que souber e
lhe for perguntado e arguida pela autoridade respondeu; que,
é soldado de 1ª classe da Base Aérea de Santos; que, no dia
30 de setembro do ano findo, se não lhe falha a memoria, o
depoente, aproximadamente, ás 21,30 horas, encontrava-se no
interior do bar e café situado quasi defronte ao Quartel
General da 4ª Zona Aerea, em companhia do Sargento Bartolo-
meu Gavanski, quando deste último se aproximou o Sargento
Luizbino Pinto da Costa, o qual, expressou-se da forma que se

[fol. 1 r.]

<Polícia do Estado de São Paulo/Delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição> [números ilegíveis] <59>
Assentada

Aos cinco, dias do mês de agosto,

de mil novecentos e quarenta e sete, nesta cidade de São Paulo,

5 na Delegacia de Polícia da *Primeira* Circunscrição, onde se achava o Doutor

Carlos Ribas de Mello Leitão, Delegado Respectivo,

comigo escrivão, de seu cargo ao final assinado, compareceu

a testemunha retro intimada que, sendo inquirida pela autoridade,

respondeu o que adiante se segue. Do que, para constar, faço este termo.

10 Eu, <assinatura ilegível>, escrivão, que o escreví.

Quarta Testemunha

CLAUDIO LIMA CAVALCANTI, branco, brasileiro, natural de Ama-

zonas, com dezoito anos de idade, solteiro, militar da Aeronau-

tica, filho de Dr. Genezio Pereira Cavalcanti e Argentina Li-

15 ma Cavalcanti, residente á rua Dona Hipolita, tresentos e trin-

ta e quatro, São Paulo e, Base Aérea de Santos, sabendo ler

e escrever, ás de costume disse nada. Testemunha jurada sob

palavra de honra prometeu dizer a verdade do que souber e

lhe for perguntado e arguida pela autoridade respondeu; que,

20 é soldado de *primeira* classe da Base Aérea de Santos; que, no dia

30 de setembro do ano findo, se não lhe falha a memoria, o

depoente, aproximadamente, ás 21,30 horas, encontrava-se no

interior do bar e café situado quasi defronte ao Quartel

General da *Quarta* Zona Aerea, em companhia do Sargento Bartolo-

25 meu Gavanski, quando deste último se aproximou o Sargento

Luizbino Pinto da Costa, o qual, expressou-se da forma que se

se sêgue: "estão me procurando? o que que há comigo"; em se-
guida, Gavanski respondeu-lhe; "você aqui.... rapaz, o que va-
cê fez, ela morreu": ló go Luizbino passou a chorar tendo
o declarante deles se afastado um pouco: entretanto, em da-
momento, o depoente ouviu Luizbino dizer o seguinte: "eu
não queria matá-la", ficando muito pensativo; em seguida, Ga-
vanski perguntou a Luizbino o seguinte: "com que você a
matou", tendo este último respondido-lhe, "foi com um punhal";
Gavanski retrucou-lhe, "foi com punhal mesmo, você não está
mentindo?"; Luizbino respondeu-lhe, "foi com punhal"; em se-
guida, Gavanski respondeu a Luizbino, "olha se não foi com
sabre", tendo Luizbino dito o seguinte: "foi com o sabre mes-
mo"; que, em seguida, Luizbino dalí se retirou, tendo o depoente
ficado sabendo então, de que, havia ssassinado a sua le-
gitima esposa a golpes de sabre; o depoente esclarece que,
o que esclareceu, foi alguma cousa da conversação que Luiz-
bino Pinto da Costa, manteve com Bartolomeu Gavanski; nada
mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme,
vai este legalmente assinado. Eu J. P. J. M. escrivão, que
o datilografei. - - - - -

Claudio Lima Cavalcanti Sr.

J. P. J. M.

-Conclusão-

Em seguida, faço estes autos conclusos ao Senhor Doutor Car-
los Ribas de Mello Leitão, 1º Delegado de Polícia. Eu J. P. J. M.
escrivão, que o datilografei e assino. - - - - -

[fol. 1. v.]

se sêgue: “estão me procurando? o que há comigo?”; em seguida, Gavanski respondeu-lhe; “você aqui... rapaz, o que você fez, ela morreu”: ló go Luizbino passou a chorar tendo o declarante deles se afastado um pouco: entretanto, em dado momento, o declarante ouviu Luizbino dizer o seguinte: “eu não queria matá-la”, ficando muito pensativo; em seguida, Gavanski perguntou a Luizbino o seguinte: “com que você a matou”, tendo este último respondido-lhe, “foi com um punhal”, Gavanski retrucou-lhe, “foi com um punhal mesmo, você não está mentindo?”; Luizbino respondeu-lhe, “foi com punhal”; em seguida, Gavanski respondeu a Luizbino, “olha se não foi com sabre”, tendo Luizbino dito o seguinte: “foi com o sabre mesmo”; que, em seguida, Luizbino dali se retirou, tendo o depoente ficado sabendo então, de que, havia ssassinado a sua legítima esposa a golpes de sabre; o depoente esclarece que, o que esclareceu, foi alguma cousa da conversação que Luizbino Pinto da Costa, manteve com Bartolomeu Gavanski; nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai este legalmente assinado. Eu <assinatura ilegível> escrevão, que o datilografei.

Mello Leitão

Claudio Lima Cavalcanti

[assinatura ilegível]

- Conclusão -

Em seguida, faço estes autos conclusos ao Senhor Doutor Carlos Ribas de Mello Leitão, *Primeiro* Delegado de Policia. Eu [assinatura ilegível] escrevão, que o datilografei e assino.